

Demonstrações Contábeis

Exercício 2016



ÍNDICE

Índice	1
Relatório da Administração.....	3
Demonstrações Contábeis	14
BALANÇO PATRIMONIAL.....	14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	18
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	20
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	21
Notas Explicativas.....	22
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	22
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	22
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	23
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	26
5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	33
6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	45
8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	46
9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	54
10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55
11 - CARTEIRA DE CÂMBIO.....	61
12 - OUTROS CRÉDITOS	62
13 - OUTROS VALORES E BENS	63
14 - INVESTIMENTOS.....	64
15 - IMOBILIZADO DE USO	71
16 - INTANGÍVEL.....	71
17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	72
18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	76
19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	77

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	78
21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	82
22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	84
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	84
24 - TRIBUTOS.....	92
25 - PARTES RELACIONADAS.....	94
26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	98
27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.....	108
28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL.....	111
29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	119
30 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	120
<hr/>	
Relatório dos Auditores Independentes.....	123
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	130
Manifestação do Conselho de Administração.....	132
Parecer do Conselho Fiscal.....	133
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras.....	134
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	135
Membros da Administração.....	136

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração relativo ao exercício 2016, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

Em 2016, o cenário macroeconômico doméstico e internacional foi caracterizado por incertezas que afetaram direta e indiretamente o ambiente de negócios das instituições financeiras.

A economia internacional continuou apresentando uma leve, porém desbalanceada, recuperação.

Nos Estados Unidos, se por um lado a economia cresceu gradativamente, com redução da taxa de desemprego para patamar próximo ao pleno emprego, por outro o resultado da eleição presidencial trouxe dúvidas sobre as perspectivas econômicas. Nesse ambiente, o banco central dos Estados Unidos prosseguiu com a normalização das condições monetárias, contribuindo para a tendência de valorização do dólar em relação às principais moedas globais.

Na Europa, a atividade econômica respondeu aos estímulos monetários promovidos pelo Banco Central Europeu, com avanço do PIB em suas principais economias. Acrescenta-se a esse contexto, a ascensão de movimentos nacionalistas europeus que pregam o fechamento do mercado e o ceticismo em relação às vantagens da atual política de integração dos países via união monetária e econômica. A decisão dos britânicos pelo Brexit foi um dos sintomas desse processo, cujas consequências ainda não estão totalmente mensuradas.

Nos mercados emergentes, após turbulências no início do ano, as incertezas quanto ao crescimento econômico da China arrefeceram. Com isso, os preços das commodities apresentaram importante valorização no mercado internacional.

As incertezas externas e internas prejudicaram a evolução da economia brasileira em várias dimensões. Os investimentos, o consumo e o PIB retraíram em termos reais e o mercado de trabalho doméstico e as condições financeiras das empresas se deterioraram, afetando diretamente o mercado de crédito. Mesmo diante do fraco desempenho da economia, a inflação seguiu pressionada, levando o Banco Central a manter as condições monetárias apertadas.

No último trimestre, com o arrefecimento da inflação e a tendência de reancoragem das expectativas, a autoridade monetária iniciou o processo de distensão monetária, com a Selic sendo reduzida para 13,75% a.a. ao final de 2016.

Apesar do contexto difícil, 2016 também foi caracterizado por uma mudança importante de política econômica, o que sinaliza perspectivas promissoras para o cenário macroeconômico ao longo dos próximos anos. A nova política econômica focou em questões estruturantes, como o ajuste fiscal. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação, foi um marco nesta direção.

Com isso, o prêmio de risco Brasil, medido pelo CDS 5 anos, registrou recuo superior a 50%, comparativamente ao observado ao final de 2015, e os índices de confiança, sejam de empresários ou consumidores, passaram por uma importante inversão de tendência, sinalizando boas perspectivas em relação à possibilidade de retomada gradual e sustentada do crescimento econômico.

2. Estratégia Corporativa para o Período de 2017-2021

A atuação estratégica para o período visa conciliar o planejamento de capital, a rentabilidade ajustada ao risco no crescimento de negócios e o retorno adequado aos acionistas. Nesse sentido, pautados nos princípios da sustentabilidade, continuaremos dando prioridade a rentabilidade, as receitas com prestação de serviços, a redução de perdas, os ganhos em eficiência e a melhoria da produtividade advindos da simplificação de processos e da transformação digital. Manteremos nosso posicionamento inovador frente à nova realidade digital com o intuito de proporcionar experiências de alto valor aos clientes.

A seguir, alguns eventos destaques no ano:

- I. No primeiro semestre, nosso aplicativo para celular foi considerado como um dos cinco mais importantes no dia a dia das pessoas, segundo pesquisa da consultoria norte-americana *eMarketer*.
- II. Também no primeiro semestre, fomos listados entre os três empregadores mais atrativos do país, segundo *ranking* elaborado pela consultoria sueca *Universum Communications*, em parceria com a revista *Exame*.
- III. Lançamos em setembro o Portal Solução de dívidas na versão *mobile*, pela qual foram realizados 34 mil acordos e movimentados R\$ 245 milhões.
- IV. Lançamos em novembro a Conta Fácil. Esse novo tipo de conta pode ser aberta pelo celular e dispensa a apresentação de documentos. Desde o seu lançamento, foram abertas mais de 296 mil contas.
- V. Desde novembro nossos clientes contam com a possibilidade de emitir senhas para atendimento presencial pelo aplicativo do BB no celular. Até o fim de 2016 110,5 mil senhas foram emitidas com essa inovação.
- VI. Mantivemos a liderança no *ranking* Anbima de fundos de investimentos através da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), com participação de mercado de 22,4% e um total de R\$ 730,9 bilhões em recursos administrados.

3. Destaques Financeiros

Seguem abaixo os principais números relativos ao resultado do Banco do Brasil

Tabela 1. Destaques Financeiros

Destaques	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2015	2016	2015	2016
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	14.108	7.930	14.400	8.034
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.269	31.593	22.045	31.927
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	16.475	17.617	22.361	24.004
Despesas Administrativas ¹	(34.787)	(37.148)	(36.177)	(38.548)
	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16
Patrimoniais (R\$ milhões)				
Ativos	1.514.683	1.506.278	1.401.129	1.401.377
Carteira de Crédito Classificada	700.229	637.606	719.568	653.591
Depósitos Totais	456.623	434.397	464.420	445.981
Patrimônio Líquido	70.673	76.218	81.536	87.194
Índice de Basileia (%)	16,1%	18,5%	16,1%	18,5%

¹ – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Capital

O Banco do Brasil possui Plano de Capital que norteia a tomada de decisão da nossa Administração frente aos requerimentos de Basileia 3 e exigências do regulador interno.

O índice de Basileia do Banco do Brasil atingiu 18,5% em dezembro/16, permanecendo acima do mínimo regulatório. O índice de capital nível I chegou a 12,8%, sendo 9,6% de capital principal. O patrimônio de referência do Banco alcançou R\$ 130,5 bilhões.

4. Negócios e Relacionamentos com Clientes

Contexto atual

Em novembro iniciamos o processo de reorganização estrutural, para tornar o Banco ainda mais dinâmico, ágil, competitivo e reforçar a sustentabilidade dos nossos negócios. O objetivo é aprimorar a experiência do cliente e, conseqüentemente, retomar índices de rentabilidade compatíveis com nossos pares de mercado, no médio prazo.

A seguir, apresentamos as principais diretrizes do processo de reorganização:

Transformação digital: Os avanços tecnológicos e a popularização dos dispositivos com acesso à *internet* provocaram mudanças significativas nas relações de consumo. Os clientes estão mais informados, colaborativos e propensos a escolher com base em avaliações de outros consumidores.

Neste cenário, reforçamos nossa estratégia digital, com a implementação de novos modelos de relacionamento, realização de negócios, além de horário estendido de atendimento em canais digitais. A utilização de tecnologias de análise de dados nos permitiu aprofundar o conhecimento sobre os padrões de consumo e expectativas de nossos clientes.

A transformação digital iniciada pelo BB oferece aos clientes maior comodidade, agilidade e conveniência na sua experiência de consumo. A oferta assertiva de produtos e serviços personalizados aproxima as necessidades dos clientes às soluções oferecidas pelo Banco, estratégia que gera maior satisfação e rentabilidade por cliente.

Eficiência e gestão: Outro pilar da reorganização é a redução de despesas e melhoria da eficiência operacional. Implementamos no segundo semestre medidas que contemplam:

- I. redimensionamento da estrutura organizacional: Agências - transformação de 379 em postos de atendimento e desativação de 402; extinção de três unidades estratégicas, 31 superintendências regionais, sendo 3 de Governo e centralização de processos em órgãos regionais. Aumento do número de agências com atendimento digital.
- II. lançamento do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada: oferecemos incentivo de desligamento aos funcionários em condições de se aposentar até o dia 31 de dezembro de 2016, de forma livre e autônoma. Aderiram ao Plano 9.409 funcionários.
- III. ampliação do Plano de Funções de 2013 – Jornada de seis horas: ampliação do público-alvo para a jornada de seis horas. Inclusão de seis mil assessores da direção geral, superintendências e órgãos regionais no público potencial.
- IV. revisão de processos: identificamos oportunidades de simplificação de atividades diárias e redução do fluxo de atendimento não relacionado aos negócios, que pode ser realizado em canais de autoatendimento, contribuindo para ganhos em produtividade e favorecendo o foco em negócios.
- V. novas práticas de gestão de despesas: revisão de despesas com serviços de terceiros, locação e condomínio, deslocamento, transporte de valores entre outras despesas.

4.1 Pessoas Físicas

Atendimento

Nossos mais de 62 milhões de clientes contam com 16,6 mil pontos de atendimento, presentes em 99,7% dos municípios brasileiros. Para melhor atendê-los, contamos com segmentos de relacionamento de acordo com as características de cada público. Atualmente nossos segmentos são: Private, Estilo, Exclusivo, Personalizado, Varejo e Mercado Emergente.

Os clientes Private podem ser atendidos de forma exclusiva em sete Escritórios, 68 pontos de atendimento no país e um no exterior. Nesse segmento, oferecemos consultoria financeira em investimentos e gestão patrimonial por gerentes especializados, dos quais 84% possuem certificação em planejamento financeiro CFP. Como resultado da

assertividade na estratégia de relacionamento com o público Private, a satisfação do nosso cliente cresceu 3,5% em relação a 2015.

No varejo alta renda, atendíamos ao final de 2016 mais de quatro milhões de clientes nos segmentos Estilo, Exclusivo e Personalizado em 250 agências exclusivas para esse público.

Para os clientes dos segmentos Varejo e Emergente, houve incentivo à utilização de canais de autoatendimento, centralização do fluxo de caixa no BB e uso responsável do crédito, com prioridade para a oferta de linhas com menor risco. No público-alvo, destacam-se os proventistas e os beneficiários do INSS.

Experiência Digital

Encerramos 2016 com a marca de 250 agências Estilo Digital, sendo que 129 foram abertas neste ano. A expansão desse modelo de relacionamento, aliado à outras inovações na oferta de produtos, proporcionou a elevação nos níveis de satisfação dos clientes, em média, de 16%, de acordo com o resultado do *Net Promoter Score*. A rentabilidade obtida com novos clientes inseridos no segmento cresceu entre 20% e 44%¹. A evolução percebida no segmento Estilo também ocorreu no atendimento ao público Exclusivo, com 175 mil clientes atendidos no modelo digital em 34 escritórios.

Para os clientes Private, passamos a oferecer desde março opções de atendimento digital, a exemplo da ferramenta “Fale com seu Gerente”. A solução permite o contato direto do cliente com o BB por meio da troca de mensagens instantâneas, de forma segura, via aplicativo do Banco do Brasil ou *internet banking*.

Em 2016, as transações realizadas nos canais *mobile* e *internet* representaram 38,6% e 26,4% do total do atendimento automatizado no BB.

Em setembro, lançamos o *app* Ourocard. O aplicativo, desenvolvido a partir de sugestões dos próprios clientes, permite acompanhamento de gastos, geração de cartão virtual para compras na *Internet* e questionamento de compras não reconhecidas. Em *smartphones* com a tecnologia NFC, o aplicativo oferece ainda a solução de pagamentos por aproximação. Em 2016, mais de 592 mil ativações do aplicativo.

Inovações nos Negócios

A partir de 2016, nossos clientes passaram a contar com a possibilidade de financiar um veículo e contratar antecipação do imposto de renda de forma totalmente digital, pelo seu *smartphone*. No ano, foram desembolsados R\$ 193,5 milhões no crédito veículo (60,2% do total de operações realizadas fora do atendimento bancário) e R\$ 19,0 milhões em antecipação de IR nesse canal.

Com o objetivo de oferecer cada vez mais comodidade ao cliente investidor, implementamos assessoria em investimento por meio de atendimento via *chat*, disponível no autoatendimento BB pela *internet*. Em 2016, captamos R\$ 1,3 bilhão em investimentos por esse canal.

Desde agosto, nossos clientes podem resgatar benefícios por meio dos pontos adquiridos no Programa Ponto pra Você por meio da *Internet* ou do *app* Lívolo. Em 2016, foram mais de 18 bilhões de pontos enviados à Lívolo.

A partir de novembro, nossos clientes passaram a contar com um novo tipo de conta, a Conta Fácil, uma conta de pagamento pré-paga, individual, com um único titular por CPF, que pode ser aberta pelo celular e permite movimentação a crédito no valor máximo de R\$ 5.000,00. Esse tipo de conta dispensa a apresentação de documentos, uma vez que a assinatura é realizada com a própria senha, gerando comodidade, além de ganhos de eficiência operacional. Além disso, a Conta Fácil possibilitará ao cliente contratar seguros, capitalização e consórcios. Desde o seu lançamento, foram abertas mais de 296 mil contas.

¹ Considera a distância entre a rentabilidade de um cliente encarteirado e outro não encarteirado com o mesmo perfil

Crédito

O crédito consignado permanece como a principal linha na carteira para pessoas físicas, com 32,1% do total da carteira classificada, sendo os empréstimos para servidores públicos os mais representativos (88,5%).

O crédito imobiliário encerrou o ano com saldo de R\$ 42,0 bilhões, expansão de 13,1% em relação a 2015, confirmando a tendência de ganho de relevância na carteira, com elevação na participação de 19,2% para 21,3%.

4.2 Empresas e Governo

Atendimento

Nossos 2,4 milhões de clientes empresariais são atendidos nos seguintes segmentos: Micro e Pequenas Empresas (MPE), Empresa, Empresarial Middle, Empresarial Upper Middle, Corporate e Large Corporate.

Encerramos o ano com 38 agências especializadas e exclusivas para atendimento de MPEs, nas quais foram atendidos cerca de 45 mil clientes. O modelo se encontra em expansão e novas agências serão implantadas até o final de 2017.

Em maio, atuamos em operação de emissão de *bonds* no valor de US\$ 6,8 bilhões. Foi a maior emissão externa de uma empresa brasileira desde março/2014 e reabriu o mercado de dívida para outras empresas.

Lançamos em outubro novo modelo para prospecção de clientes e negócios no atacado. A estratégia prevê a atuação conjunta dos segmentos Private e Atacado e deverá oferecer atendimento completo e qualificado, com soluções corporativas personalizadas e aconselhamento financeiro para a gestão patrimonial, tanto para o dirigente quanto para sua empresa.

Experiência Digital

Encerramos 2016 com 20 escritórios de negócios voltados ao atendimento de MPE, sendo 17 implantados no ano passado. Nesses escritórios, foram atendidos 36 mil clientes, que contam com canais digitais para relacionamento e horário de atendimento estendido.

Inovações nos Negócios

Para melhoria de eficiência operacional e oferta de novas soluções aos clientes, foram lançadas novas funcionalidades no Gerenciador Financeiro, entre elas, consulta a extratos de ordens judiciais, assinatura digital em contratos de câmbio, novo menu de liberações e extrato de recebíveis. As empresas que atuam no comércio exterior realizaram 63,0% das operações de câmbio exportação e 38,8% de câmbio importação via *internet*.

Governo

Em dezembro, o portal UniBB Setor Público completou um ano de seu lançamento, tendo ofertado aos usuários mais de 150 conteúdos entre cursos, artigos, videoaulas e casos de sucesso sobre variados temas de relevância para a gestão municipal. Atualmente são quase 4,5 mil gestores públicos cadastrados que já concluíram mais de seis mil cursos e acessaram cerca de dois mil itens de biblioteca em 12,4 mil acessos.

Firmamos, também em dezembro, termo de compromisso com o Ministério Público Federal para implementar medidas de combate à corrupção na movimentação de recursos públicos federais. O objetivo do compromisso é implementar restrições na movimentação de contas específicas vinculadas aos repasses de recursos federais, mantidas pelos governos estaduais e municipais, no âmbito das transferências voluntárias (Decreto nº 6.170/2007) e transferências legais (Decreto nº 7.507/2011). Entre as medidas a serem implementadas pelo Banco estão a limitação legal do saque em espécie e a identificação da finalidade de pagamentos, a fim de dar rastreabilidade aos gastos públicos.

Crédito

A carteira de crédito PJ encerrou 2016 com saldo de R\$ 249,2 bilhões, queda de 16,6% em relação a 2015. No financiamento ao comércio exterior, as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE) representaram 23,4% do mercado. No câmbio exportação, atingimos 21,1% de participação em 2016, com valor contratado de US\$ 37,1 bilhões, mantendo a liderança de mercado, consolidando a posição do Banco como o principal parceiro do comércio exterior brasileiro.

4.3 Rural e Agroindustrial

Atendimento

Lançamos em 2016 o atendimento especializado para o agronegócio em Dourados (MS). Nesse modelo de relacionamento, os clientes contam com atendimento realizado por equipe capacitada em crédito rural, apoio de especialistas em investimentos, consultoria de engenheiros agrônomos, além de horário de atendimento estendido.

A iniciativa tem o objetivo aprimorar a experiência do cliente produtor rural brasileiro, adaptando o modelo de atendimento aos novos desafios e necessidades desses clientes, de forma a assegurar as condições necessárias à continuidade do crescimento sustentável deste segmento da economia. O modelo será inicialmente testado em três municípios com grande concentração de clientes produtores rurais e com vocação para o agronegócio. São eles: Dourados (MS), Araçatuba (SP) e Cascavel (PR).

Experiência Digital

Em 2016, o Projeto AgroDigital, desenvolvido para proporcionar inovações no atendimento aos nossos clientes do agronegócio, concluiu 36 trabalhos, entre eles os aplicativos utilizados nas feiras do agronegócio, a disponibilização do Extrato de Operações Rurais no *mobile* e o GeoMapa Rural, solução para a delimitação de propriedades rurais via coordenadas geodésicas (satélite).

Inovações nos Negócios

A partir de novembro/2016, os produtores rurais pessoas físicas começaram a receber mensagens SMS, informando sobre a aprovação e a renovação de seus financiamentos. Os clientes também serão informados sobre parcelas vincendas de suas operações rurais, sendo que, especificamente para os agricultores familiares, foi disponibilizado aviso sobre a proximidade de vencimento de sua Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Esses avisos são gerados de forma automática, ofertando comodidade ao cliente produtor rural, o que fortalece nosso relacionamento com esse público, trazendo maior segurança ao banco na gestão de sua carteira de agronegócios.

Essa iniciativa, somada a outras recém-lançadas como a simulação de financiamentos rurais e a consulta a extratos e lançamentos futuros, reforça nossa imagem de agente financeiro moderno e inovador, que disponibiliza a seus clientes soluções que asseguram mais transparência e comodidade no acompanhamento de seus financiamentos rurais.

Crédito

Nos mantemos, historicamente, como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Encerramos 2016 com carteira de crédito de Agronegócios de R\$ 179,1 bilhões, com destaque para a linha de custeio agropecuário. Conforme dados do Banco Central do Brasil, detínhamos, em dezembro/2016, 59,2% de participação nos financiamentos destinados ao setor.

Na contratação de operações de crédito rural utilizamos mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Na safra 2016/2017, 64,2% das operações de custeio agrícola contratadas estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro), seguro de preço (contratos de opções) ou ambos (Seguro Faturamento).

5. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente rentáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

Por acreditarmos na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos nossos acionistas ao desenvolvimento de negócios sociais e ambientalmente sustentáveis, contamos com o Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável (DS). Esse sistema permite mapear programas, projetos e ações, além de identificar oportunidades nas dependências de forma integrada, impulsionando as iniciativas em Planos de Ações em Desenvolvimento Sustentável (PADS).

Tabela 2. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo		Var. %
	2015	2016	
MPO	663,4	560,1	(15,6)
Fies	19.480,3	27.106,4	39,1
Crédito Acessibilidade	160,1	169,3	5,7

6. Acionistas

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adotamos a prática de convidar analistas de mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário esclarecer temas específicos sobre a Empresa. Realizamos em 2016 nove *Non-deal roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participamos de nove conferências no País e outras 13 no exterior, além de promovermos quatro teleconferências de resultado. Realizamos também um encontro Apimec e organizamos reuniões com investidores em Nova York e São Paulo. Mantemos uma equipe dedicada ao atendimento a analistas e investidores, que realizou, até dezembro, 947 atendimentos, incluindo participação em reuniões e atendimentos telefônicos.

Tabela 3. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2015	2016
Valor Patrimonial - BBAS3	25,3	27,4
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado	29,2	31,3
Cotação de Fechamento - BBAS3	14,7	28,1
Lucro por Ação (R\$)	5,05	2,84
Retorno sobre Ativos (%)	1,0	0,5
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	1,1	0,6
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	17,3	9,0
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	16,1	8,4
Dividendos (R\$ milhões)	1.301	-
JCP (R\$ milhões)	4.445	2.355
Cotação ADR (US\$)	3,68	8,32

Distribuição de Dividendos

De acordo com Fato Relevante de 23/02/2016, o Conselho de Administração decidiu, no exercício de suas atribuições estabelecidas no art. 21, inciso II do Estatuto Social do BB, fixar em 25% o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio para o exercício de 2016.

Maiores esclarecimentos acerca de política de dividendos do Banco do Brasil poderão ser encontrados na seção 3 do Formulário de Referência ou no artigo 45 do Estatuto Social do BB, disponibilizados no site bb.com.br/ri.

7. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Diretoria Executiva (DE). O CA é composto por oito membros e assessorado pelos comitês de Auditoria, Remuneração e pela Auditoria Interna. A DE é composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, instituímos processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Auditor Geral, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de governança corporativa e de ética também dão suporte às práticas de governança adotadas.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Controles Internos

Alinhado à nossa estratégia corporativa, o Sistema de Controles Internos continua com atuação coesa e coordenada no gerenciamento de riscos e controles.

O modelo preserva a autoridade e independência da Diretoria de Controles Internos, na condição de responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos.

Para informações adicionais sobre controles internos no BB, consulte o Formulário de Referência 2016 disponível em www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

Continuamos apoiando e contribuindo ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. Participamos de reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Ministério Público do Estado de São Paulo. No período, 27.227 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

8. Gestão de Pessoas

Para nós, o desenvolvimento das políticas e práticas de gestão de pessoas é norteado pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho e clima organizacional. Eles são o alicerce que permite a conquista dos objetivos estratégicos.

Segue abaixo o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 4. Perfil de Funcionários

	2015	2016	Var. %
Perfil de Funcionários			
Funcionários	109.191	100.622	(7,8)
Feminino	45.382	41.549	(8,4)
Masculino	63.809	59.073	(7,4)
Escolaridade			
Ensino Médio	23.489	19.750	(15,9)
Graduação	47.658	43.083	(9,6)
Especialização, Mestrado e Doutorado	37.728	37.575	(0,4)
Demais	316	214	(32,3)
Distribuição Geográfica			
Norte	4.948	4.689	(5,2)
Nordeste	18.207	16.719	(8,2)
Centro-Oeste	19.257	17.899	(7,1)
Sudeste	49.393	44.924	(9,0)
Sul	17.342	16.349	(5,7)
Exterior	44	42	(4,5)
Rotatividade de Funcionários (%)	6,37	9,95	56,2
Rotatividade de Funcionários-s/ Efeitos do PEAI (%)	1,81	0,97	(46,4)

Em 2016, investimos R\$ 97,5 milhões em educação corporativa por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB). Esse investimento possibilitou a oferta de 11,6 mil bolsas de graduação, 11,9 mil de pós-graduação e 6,1 mil bolsas de idiomas.

Além disso, o Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado (PDG), contemplou 6,7 mil funcionários e distribuiu R\$ 64,8 milhões.

Tabela 5. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas		Var. % s/ 2015
	2015	2016	2015	2016	
Folha de pagamento ¹	17.441	19.433	18.429	20.683	12,2
Previdência Complementar ²	1.368	1.471	1.368	1.471	7,5
Planos de Saúde ²	1.111	1.222	1.111	1.222	10,0
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.824	1.011	1.828	1.016	(44,4)
Treinamento ⁴	62	58	68	65	(3,8)

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa de Despesas de Pessoal.

9. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,8% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 43 bilhões em dezembro de 2016. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,5 bilhão e das pequenas empresas R\$ 25,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 1,1 bilhão e para as pequenas empresas R\$ 15 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.619,2 mil, que representam 6,1% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 6. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco Votorantim S.A.	01/01/2016	25/05/2016	Revisão de documentação	186,6
Banco Patagonia S.A.	01/01/2016	31/12/2016	Revisão agente financeiro de novo trust	39,7
Banco Votorantim S.A.	21/01/2016	24/02/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	10,0
Kepler Weber S.A.	18/02/2016	18/08/2016	Consultoria - SAP	435,0
Elo Participações S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Stelo S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Livelo S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
Elo Serviços S.A.	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	8,1
CBSS - Alelo	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	16,3
Ibi Promotora de Vendas	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	4,1
Movera	23/02/2016	Em andamento	Consultoria - Base de despesas	2,0
Banco Votorantim S.A.	16/03/2016	30/04/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	29,2
Votorantim Asset	16/03/2016	30/04/2016	Conformidade - NBC TO 3000 (ISAE 300)	14,6
Votorantim Asset	16/03/2016	30/04/2016	Relatório - Escrituração de valores mobiliários	65,3
Cielo S.A.	17/03/2016	Em andamento	Asseguração limitada - Rel. Sustentabilidade	88,4
BB Securities Asia	01/04/2016	31/03/2017	Cumprimento de obrigações fiscais	23,1
Banco Votorantim S.A.	24/05/2016	31/07/2016	Rev. Escriturações Contábil Fiscal	100,0
BB AG	19/07/2016	20/07/2016	Treinamento Fit&Proper	5,8
BB La Paz	01/09/2016	31/12/2018	Consultoria tributária	78,9
Cielo S.A.	01/10/2016	31/12/2016	Treinamento - Requerimentos normativos	171,0
Neoenergia S.A.	17/10/2016	16/02/2017	Análise de processos	248,0
BB La Paz	03/11/2016	31/12/2017	Treinamento - Requerimentos normativos	54,6
BB AG	18/11/2016	18/11/2016	Treinamento Fit&Proper	14,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381, informamos que, em 2016, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na Nota Explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a

ganhos e as perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários estão divulgados na Nota Explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1,5 bilhão, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 688,1 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 695,2 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1,1 bilhão de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao ano de 2016.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 15,5 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB.
- IV. Firmamos em 2012 Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo valor total de R\$ 6.800.000.000,00 (seis bilhões e oitocentos milhões de reais). A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao exercício 2016.
- V. No período não ocorreram modificações societárias.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos Clientes e da sociedade. Para mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE		804.240.873	771.228.599
Disponibilidades	6	12.805.771	18.054.422
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	404.769.645	351.419.935
Aplicações no mercado aberto		371.537.393	303.356.591
Aplicações em depósitos interfinanceiros		33.232.252	48.063.344
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	16.959.199	24.273.925
Carteira própria		13.937.394	20.534.138
Vinculados a compromissos de recompra		1.499.048	1.257.846
Vinculados à prestação de garantias		309.539	113.777
Instrumentos financeiros derivativos		1.213.218	2.368.164
Relações Interfinanceiras		68.026.103	65.050.180
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.513	7.252
Créditos vinculados	9.a	66.063.844	63.361.321
Depósitos no Banco Central		63.451.094	60.810.918
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		54.959	54.205
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.557.791	2.496.198
Correspondentes		1.958.746	1.681.607
Relações Interdependências		376.530	597.676
Transferências internas de recursos		376.530	597.676
Operações de Crédito	10	174.149.338	188.807.055
Setor público		649.803	2.438.099
Setor privado		186.111.325	196.989.843
Operações de crédito vinculadas à cessão		374	431
(Provisão para operações de crédito)		(12.612.164)	(10.621.318)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	237.447	318.349
Setor privado		269.250	352.475
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(31.803)	(34.126)
Outros Créditos		126.462.278	122.226.217
Créditos por avais e fianças honrados		494.543	397.550
Carteira de câmbio	11.a	17.188.751	19.847.057
Rendas a receber		2.644.778	2.784.436
Negociação e intermediação de valores		218.932	308.180
Créditos específicos	12.a	541	--
Diversos	12.b	107.887.734	100.389.034
(Provisão para outros créditos)		(1.973.001)	(1.500.040)
Outros Valores e Bens	13	454.562	480.840
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		339.302	332.533
(Provisão para desvalorizações)		(137.564)	(120.940)
Despesas antecipadas		252.824	269.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO NÃO CIRCULANTE		597.136.101	629.900.158
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		564.008.357	597.797.430
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	942.027	1.321.852
Aplicações no mercado aberto		145.292	174.225
Aplicações em depósitos interfinanceiros		796.735	1.147.627
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	104.309.483	93.011.125
Carteira própria		65.273.440	71.087.575
Vinculados a compromissos de recompra		35.791.728	16.939.716
Vinculados à prestação de garantias		2.844.970	3.989.966
Instrumentos financeiros derivativos		399.345	993.868
Relações Interfinanceiras		497.227	358.235
Créditos vinculados	9.a	1.909	99
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		1.909	99
Repasses interfinanceiros		495.306	358.136
Correspondentes		12	--
Operações de Crédito	10	390.774.002	439.070.732
Setor público		73.401.682	76.374.043
Setor privado		338.986.894	384.232.452
Operações de crédito vinculadas à cessão		611.713	332.860
(Provisão para operações de crédito)		(22.226.287)	(21.868.623)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	325.376	507.440
Setor privado		334.946	522.360
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(9.570)	(14.920)
Outros Créditos		67.143.433	63.512.259
Carteira de câmbio	11.a	282.794	1.573.065
Rendas a receber		31.350	36.398
Negociação e intermediação de valores		887.868	1.344.984
Créditos específicos	12.a	377.698	334.604
Diversos	12.b	66.337.503	61.040.381
(Provisão para outros créditos)		(773.780)	(817.173)
Outros Valores e Bens	13	16.809	15.787
Despesas antecipadas		16.809	15.787
PERMANENTE		33.127.744	32.102.728
Investimentos		16.855.006	15.452.248
Participações em coligadas e controladas em conjunto	14.a	16.703.729	15.281.217
No país		16.631.072	15.100.387
No exterior		72.657	180.830
Outros investimentos	14.c	170.398	225.300
(Provisão para perdas)		(19.121)	(54.269)
Imobilizado de Uso	15	7.557.478	7.323.034
Imóveis de uso		7.722.456	6.796.594
Outras imobilizações de uso		9.953.340	9.336.493
(Depreciação acumulada)		(10.118.318)	(8.810.053)
Intangível	16	8.715.260	9.310.872
Ativos intangíveis		19.602.197	17.543.048
(Amortização acumulada)		(10.886.937)	(8.232.176)
Diferido		--	16.574
Gastos de organização e expansão		2.098	1.588.601
(Amortização acumulada)		(2.098)	(1.572.027)
TOTAL DO ATIVO		1.401.376.974	1.401.128.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE		1.004.424.338	909.357.947
Depósitos	17.a	394.668.312	406.119.891
Depósitos à vista		69.349.186	66.549.760
Depósitos de poupança		151.763.344	151.845.281
Depósitos interfinanceiros		17.827.013	35.863.954
Depósitos a prazo		155.675.658	151.860.896
Outros depósitos		53.111	--
Captações no Mercado Aberto	17.c	358.409.319	294.973.701
Carteira própria		42.983.151	30.332.240
Carteira de terceiros		315.426.168	264.641.461
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	68.052.214	43.600.506
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		62.623.394	31.127.215
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		5.428.820	12.473.291
Relações Interfinanceiras		1.075	30.621
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.075	34
Correspondentes		--	30.587
Relações Interdependências		2.450.012	5.438.786
Recursos em trânsito de terceiros		2.446.807	5.438.146
Transferências internas de recursos		3.205	640
Obrigações por Empréstimos	19.a	17.997.094	22.214.249
Empréstimos no exterior		17.997.094	22.214.249
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	39.463.427	39.015.494
BNDES		8.227.439	11.394.421
Caixa Econômica Federal		23.758.043	19.690.627
Finame		5.155.259	5.696.559
Outras instituições		2.322.686	2.233.887
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	95	9.916
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	1.089.344	1.967.562
Outras Obrigações		122.293.446	95.987.221
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		427.463	398.229
Carteira de câmbio	11.a	17.879.212	13.737.534
Sociais e estatutárias		1.125.248	1.588.380
Fiscais e previdenciárias	20.a	24.755.372	19.149.334
Negociação e intermediação de valores		379.982	563.939
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	9.055.620	10.021.062
Dívidas subordinadas	20.c	4.158.742	1.845.639
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	279.308	121.313
Diversas	20.e	64.232.499	48.561.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		309.758.884	410.234.637
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		309.312.622	409.775.429
Depósitos	17.a	51.312.376	58.299.827
Depósitos interfinanceiros		2.837.788	5.618.593
Depósitos a prazo		48.474.588	52.681.234
Captações no Mercado Aberto	17.c	16.224.713	38.547.947
Carteira própria		16.224.699	38.547.900
Carteira de terceiros		14	47
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	97.114.139	144.960.986
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		82.047.387	123.923.197
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		14.964.440	21.026.465
Certificados de operações estruturadas		102.312	11.324
Obrigações por Empréstimos	19.a	2.412.254	7.441.111
Empréstimos no país - outras instituições		--	38.494
Empréstimos no exterior		2.412.254	7.402.617
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	43.619.266	51.049.914
Tesouro Nacional		149.248	178.145
BNDES		23.859.417	26.586.982
Finame		19.610.601	24.284.787
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	781.047	1.321.610
Outras Obrigações		97.848.445	108.153.652
Carteira de câmbio	11.a	5.322.077	1.862.406
Sociais e estatutárias		986	--
Fiscais e previdenciárias	20.a	733.452	784.824
Negociação e intermediação de valores		24.613	107.822
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	5.734.905	4.981.462
Operações especiais		2.203	2.187
Dívidas subordinadas	20.c	50.942.804	52.172.117
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	5.246.031	7.745.195
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	24.714.492	27.293.304
Diversas	20.e	5.126.882	13.204.335
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		446.262	459.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	87.193.752	81.536.173
Capital		67.000.000	60.000.000
De domiciliados no país		53.209.529	47.321.901
De domiciliados no exterior		13.790.471	12.678.099
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		15.509	14.326
Reservas de Reavaliação		2.660	2.730
Reservas de Lucros		27.646.569	29.031.090
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.929.205)	(17.042.671)
(Ações em Tesouraria)		(1.854.749)	(1.697.380)
Participação dos Não Controladores		3.212.968	3.128.078
TOTAL DO PASSIVO		1.401.376.974	1.401.128.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		94.917.256	167.305.078	181.332.178
Operações de crédito	10.b	57.024.754	101.471.173	108.435.135
Operações de arrendamento mercantil	10.i	155.494	333.419	421.912
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	34.099.308	57.917.523	61.161.035
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	(566.365)	(2.179.612)	1.356.187
Resultado de operações de câmbio	11.b	358.360	1.905.262	2.730.873
Resultado das aplicações compulsórias	9.b	2.770.796	5.608.445	5.097.498
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.074.909	2.248.868	2.129.538
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(79.238.456)	(135.377.886)	(159.286.986)
Operações de captação no mercado	17.d	(60.387.442)	(113.542.657)	(98.905.381)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(4.255.867)	7.078.354	(34.317.257)
Operações de arrendamento mercantil	10.i	(85.311)	(188.266)	(255.075)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(47.518)	(75.562)	(33.638)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(14.462.318)	(28.649.755)	(25.775.635)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.678.800	31.927.192	22.045.192
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(10.208.421)	(17.782.633)	(15.697.324)
Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias	21.a	12.383.160	24.003.921	22.360.619
Receitas de prestação de serviços		7.932.992	15.538.969	15.189.551
Rendas de tarifas bancárias		4.450.168	8.464.952	7.171.068
Despesas de pessoal	21.b	(12.373.767)	(22.885.997)	(20.762.171)
Outras despesas administrativas	21.c	(8.061.287)	(15.662.071)	(15.414.394)
Despesas tributárias	24.c	(2.819.001)	(5.641.524)	(5.081.623)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	14	2.180.340	4.295.548	4.367.566
Outras receitas operacionais	21.d	4.487.348	9.037.928	10.123.972
Outras despesas operacionais	21.e	(6.005.214)	(10.930.438)	(11.291.293)
RESULTADO OPERACIONAL		5.470.379	14.144.559	6.347.868
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	118.851	227.131	5.937.598
Receitas não operacionais		240.834	393.644	6.066.491
Despesas não operacionais		(121.983)	(166.513)	(128.893)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		5.589.230	14.371.690	12.285.466
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	(1.142.961)	(3.647.467)	5.684.062
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(388.859)	(1.015.628)	(1.827.985)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(847.953)	(1.675.039)	(1.741.984)
LUCRO LÍQUIDO		3.209.457	8.033.556	14.399.559
LUCRO POR AÇÃO	23.f			
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.784.750.547	2.787.552.822	2.794.842.378
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,14	2,84	5,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldo em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.773	2.805	5.468.217	21.157.294	(9.437.805)	(160.035)	(1.621.507)	--	3.093.452	80.613.194
Aumento de capital - capitalização de reservas		6.000.000	--	--	--	--	(6.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(2.002.669)	(204.067)	--	--	--	(2.206.736)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(5.238.095)	--	--	--	--	(5.238.095)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	7.968	--	--	--	--	--	4.741	--	--	12.709
Programa de recompra de ações		--	--	(4.415)	--	--	--	--	--	(80.614)	--	--	(85.029)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.568	--	7.568
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(75)	--	--	--	--	--	75	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	34.626	34.626
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	14.399.558	14.399.558
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(255.877)	--	(255.877)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	35.194	--	--	--	(35.194)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	705.425	8.926.420	--	--	--	(9.631.845)	--	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	(1.261.460)	--	--	--	(39.046)	--	(1.300.506)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(4.445.239)	--	(4.445.239)
Saldo em 31.12.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.730	6.173.642	22.857.448	(16.678.569)	(364.102)	(1.697.380)	--	3.128.078	81.536.173
Mutações do período		6.000.000	--	3.553	(75)	705.425	1.700.154	(7.240.764)	(204.067)	(75.873)	--	34.626	922.979
Saldo em 30.06.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.695	6.411.237	18.991.096	(18.259.672)	(59.013)	(1.854.749)	--	3.102.235	83.449.338
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(26.087)	74.638	--	--	--	48.551
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	1.340.929	--	--	--	--	1.340.929
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.458	--	7.458
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(35)	--	--	--	--	--	35	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	110.733	110.733
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.209.457	3.209.457
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(29.325)	--	(29.325)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	1.933	--	--	--	(1.933)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	158.910	2.083.393	--	--	--	(2.242.303)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(943.389)	--	(943.389)
Saldo em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Mutações do período		--	--	--	(35)	158.910	2.085.326	1.314.842	74.638	--	--	110.733	3.744.414
Saldo em 31.12.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.730	6.173.642	22.857.448	(16.678.569)	(364.102)	(1.697.380)	--	3.128.078	81.536.173
Aumento de capital - capitalização de reservas		7.000.000	--	--	--	--	(7.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	1.306.804	379.727	--	--	--	1.686.531
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(1.573.065)	--	--	--	--	(1.573.065)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	1.183	--	--	--	--	--	6.157	--	--	7.340
Adimplemento de operação afiançada pelo FGCM - Fundo Garantidor da Construção Naval		--	--	--	--	--	--	--	--	(163.526)	--	--	(163.526)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.012	--	12.012
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(70)	--	--	--	--	--	70	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	84.890	84.890
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.033.556	8.033.556
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(75.552)	--	(75.552)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	27.890	--	--	--	(27.890)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	396.505	5.191.084	--	--	--	(5.587.589)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.354.607)	--	(2.354.607)
Saldo em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Mutações do período		7.000.000	--	1.183	(70)	396.505	(1.781.026)	(266.261)	379.727	(157.369)	--	84.890	5.657.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		5.589.230	14.371.690	12.285.466
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		14.800.646	38.448.127	15.407.820
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	14.462.318	28.649.755	25.775.635
Depreciações e amortizações	21.c	2.118.880	4.253.871	4.178.235
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	15 e 16	44.169	44.169	(1.569)
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(2.180.340)	(4.295.548)	(4.367.566)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	22	31.967	19.479	(24.371)
Lucro na alienação de investimentos	22	(52.870)	(52.870)	(2.545)
Ganho de capital	22	(46.885)	(118.695)	(5.861.813)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	22	8.434	14.525	(7.209)
Amortização de ágio em investimentos	14.d	101.593	205.341	204.052
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	1.536.683	2.946.000	4.087.726
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	191.972	(67.600)	(1.487.004)
Comissões de corretagem diferidas		(408.249)	(750.632)	(802.402)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(128.023)	9.361.703	(4.343.112)
Resultado dos não controladores		(847.953)	(1.675.039)	(1.741.984)
Outros ajustes		(31.050)	(86.332)	(198.253)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		20.389.876	52.819.817	27.693.286
Variações Patrimoniais		18.541.956	(29.576.965)	9.926.154
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		47.625.201	(47.304.735)	(14.109.660)
Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		645.877	2.116.809	1.822.074
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(639.842)	(3.271.913)	(449.931)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		1.953.034	(2.640.176)	2.413.319
(Aumento) Redução em operações de crédito		19.034.241	35.580.723	(57.956.773)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		53.108	202.289	(30.327)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(2.771.087)	(5.701.352)	1.059.589
(Aumento) Redução em outros valores e bens		12.091	(8.748)	66.527
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.588.651)	(6.628.278)	(4.621.911)
(Redução) Aumento em depósitos		5.102.156	(18.439.030)	(3.756.346)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(37.334.603)	41.112.384	39.601.214
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(9.342.372)	(23.395.139)	40.970.718
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(5.873.576)	(16.238.548)	10.058.157
(Redução) Aumento em outras obrigações		2.659.530	15.051.695	(5.174.334)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		6.849	(12.946)	33.838
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		38.931.832	23.242.852	37.619.440
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento				
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(10.849.149)	(34.052.003)	(34.761.204)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		13.341.665	29.962.323	24.030.749
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(4.755.049)	(1.731.045)	(76.952)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.346.908	2.520.093	2.344.781
Aquisição de imobilizado de uso		(1.061.839)	(1.421.783)	(1.369.308)
Alienação de imobilizado de uso		63.544	43.700	19.976
Alienação de investimentos		249.945	195.680	59.448
Aquisição de intangíveis		(2.902.746)	(3.085.455)	(1.706.715)
Baixa de intangíveis/diferidos		543.239	543.239	173.237
Recursos oriundos de parceria no setor de cartões		--	--	2.314.674
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.023.482)	(7.025.251)	(8.971.314)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento				
Varição da participação dos acionistas não controladores		110.733	84.890	34.626
Aumento em obrigações por dívida subordinada		3.328.064	2.040.187	5.404.593
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		397.863	(5.876.377)	8.243.493
Aquisição de ações em tesouraria		--	(157.369)	(75.873)
Dividendos pagos		--	--	(1.551.766)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.253.757)	(2.530.730)	(4.198.619)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2.582.903	(6.439.399)	7.856.454
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Início do período		65.504.394	102.707.171	61.859.479
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		128.023	(9.361.703)	4.343.112
Fim do período		103.123.670	103.123.670	102.707.171
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		37.491.253	9.778.202	36.504.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2016		Exercício/2016		Exercício/2015	
Receitas		91.051.435		160.317.361		181.966.312	
Receitas de intermediação financeira		94.917.256		167.305.078		181.332.178	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		12.383.160		24.003.921		22.360.619	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.462.318)		(28.649.755)		(25.775.635)	
Ganhos de capital	22	104.691		210.934		5.960.415	
Outras receitas/(despesas)		(1.891.354)		(2.552.817)		(1.911.265)	
Despesas da Intermediação Financeira		(64.776.138)		(106.728.131)		(133.511.351)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.690.911)		(9.083.868)		(9.003.478)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(297.231)		(651.886)		(638.433)	
Serviços de terceiros	21.c	(718.612)		(1.469.457)		(1.579.014)	
Comunicações	21.c	(590.984)		(1.170.401)		(1.182.062)	
Processamento de dados	21.c	(450.835)		(844.887)		(738.378)	
Transporte	21.c	(586.025)		(1.133.525)		(1.184.132)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(675.145)		(1.237.307)		(1.118.821)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(393.891)		(787.540)		(722.374)	
Propaganda e publicidade	21.c	(193.137)		(319.110)		(379.666)	
Outras		(785.051)		(1.469.755)		(1.460.598)	
Valor Adicionado Bruto		21.584.386		44.505.362		39.451.483	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(2.220.473)		(4.459.212)		(4.382.287)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		19.363.913		40.046.150		35.069.196	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		2.180.340		4.295.548		4.367.566	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto		2.180.340		4.295.548		4.367.566	
Valor Adicionado a Distribuir		21.544.253	100,00%	44.341.698	100,00%	39.436.762	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		21.544.253	100,00%	44.341.698	100,00%	39.436.762	100,00%
Pessoal		11.411.424	52,97%	21.339.572	48,13%	19.994.447	50,70%
Salários e honorários		8.337.064		14.842.936		13.058.966	
Participação de empregados e administradores no lucro		388.859		1.015.628		1.827.985	
Benefícios e treinamentos		1.516.905		2.921.609		2.708.403	
FGTS		406.071		791.201		749.271	
Outros encargos		762.525		1.768.198		1.649.822	
Impostos, Taxas e Contribuições		5.313.165	24,66%	11.851.046	26,73%	1.993.270	5,05%
Federais		4.584.533		10.443.806		676.135	
Estaduais		525		941		832	
Municipais		728.107		1.406.299		1.316.303	
Remuneração de Capitais de Terceiros		762.254	3,54%	1.442.485	3,25%	1.307.502	3,32%
Aluguéis	21.c	762.254		1.442.485		1.307.502	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	4.057.410	18,83%	9.708.595	21,89%	16.141.543	40,93%
Juros sobre capital próprio da União		513.113		1.280.680		2.569.299	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		430.276		1.073.927		1.875.940	
Dividendos da União		--		--		752.961	
Dividendos de outros acionistas		--		--		547.546	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		29.325		75.552		255.877	
Lucro retido		2.236.743		5.603.397		8.397.936	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		847.953		1.675.039		1.741.984	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganização Societária na área de Seguros

Incorporação da BB Cor Participações S.A. pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) incorporou a BB Cor Participações S.A. (BB Cor) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R\$ 26.976 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

b) Parceria no Setor de Cartões

BB Elo Cartões e Cielo S.A.

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na sociedade foi autorizada pelo Banco Central do Brasil em 30.12.2014.

A criação da sociedade, oriunda da parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade possui o direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30% para a BB Elo Cartões e 70% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Cateno, na data da aquisição, ficou distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.211.700 mil impactou o resultado do Banco no exercício/2015, conforme quadro a seguir:

1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões, líquido de efeitos tributários (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado Consolidado (3+4)	3.456.860
6) Participação de empregados no lucro, líquida de efeitos tributários	(245.160)
7) Impacto no Lucro Líquido Consolidado (5+6)	3.211.700

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa e BB Fund Class D). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 14.02.2017.

a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	31.12.2016	31.12.2015
		% de Participação	
Segmento Bancário			
Banco do Brasil AG	Bancária	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd. ⁽¹⁾	Arrendamento	--	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	100,00%	100,00%
Braslian American Merchant Bank	Bancária	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	58,97%	58,96%
Segmento Investimentos			
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos			
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização			
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	66,36%	66,25%
BB Cor Participações S.A. ^{(2) (3)}	Holding	--	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽²⁾	Corretora	66,36%	66,25%
BB Seguros Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	66,36%	66,25%
Segmento Meios de Pagamento			
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Outros Segmentos			
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽⁴⁾	Turismo	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽²⁾	Informática	99,99%	99,97%

(1) A empresa realizou sua última Assembleia Geral em 28.01.2016, ocasião em que os saldos de todas as contas do balanço eram iguais a zero, tendo sido formalmente encerrada em 29.04.2016.

(2) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(3) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 27.12.2016 (Nota 2.a).

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2016.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Custos dos juros e serviços correntes e passados, referentes aos planos de benefícios aos empregados, dos grupamentos Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal.

Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, dos grupamentos Outras Receitas Operacionais para Despesas de Pessoal e Outras Despesas Operacionais, respectivamente.

Ressarcimento de despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, do grupamento Outras Receitas Operacionais para Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Varição cambial dos investimentos, do grupamento Resultado de Participações em Coligadas e Controladas para Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Exercício/2015	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(163.120.330)	3.833.344	(159.286.986)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(38.150.601)	3.833.344	(34.317.257)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.211.848	3.833.344	22.045.192
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.863.980)	(3.833.344)	(15.697.324)
Despesas de Pessoal	(20.770.313)	8.142	(20.762.171)
Resultado de participações em coligadas e controladas	7.797.453	(3.429.887)	4.367.566
Outras receitas operacionais	10.583.736	(459.764)	10.123.972
Outras despesas operacionais	(11.339.458)	48.165	(11.291.293)

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação do Banco e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%. Não são registrados novos valores no ativo diferido, de acordo com a resolução CMN n.º 3.617/2008.

No exercício de 2016, os saldos registrados em títulos contábeis excluídos foram reclassificados para as adequadas contas do ativo, de acordo com a natureza da operação, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.791/2016.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – a metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB-Consolidado (Nota 4.j) em função de que os investimentos em entidades controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada na Nota 3. Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Composição do Resultado Gerencial por Segmento

	2º Semestre/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira	98.472.753	38.861	55.473	2.809.836	179.503	26.037	(327.922)	101.254.541
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	60.124.975	--	--	--	--	--	(56.353)	60.068.622
Empréstimos e direitos creditórios descontados	33.351.197	--	--	--	--	--	(4.468)	33.346.729
Financiamentos	18.218.906	--	--	--	--	--	--	18.218.906
Arrendamento mercantil	188.541	--	--	--	--	--	--	188.541
Demais	8.366.331	--	--	--	--	--	(51.885)	8.314.446
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	35.033.460	179.538	55.473	79.505	179.503	25.965	(313.431)	35.240.013
Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.572.122	1.780	56.236	--	--	22.675	(314.125)	26.338.688
Títulos de renda fixa	8.039.529	2.156	(763)	79.505	179.503	2.111	694	8.302.735
Títulos de renda variável	421.809	175.602	--	--	--	1.179	--	598.590
Instrumentos financeiros derivativos	(475.821)	(140.677)	--	--	--	--	--	(616.498)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.160.792	--	--	--	--	72	26	3.160.890
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	629.347	--	--	--	--	--	--	629.347
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.730.331	--	--	41.836	2.772.167
Despesas da intermediação financeira	(82.544.917)	(237.853)	13	(1.923.642)	(3.331)	(62.065)	490.951	(84.280.844)
Despesas de captação no mercado	(62.561.245)	(233.440)	--	--	--	(62.345)	439.426	(62.417.604)
Captações com depósitos	(21.664.662)	(233.440)	--	--	--	--	247.406	(21.650.696)
Captações no mercado aberto	(27.718.867)	--	--	--	--	--	192.020	(27.526.847)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11.587.275)	--	--	--	--	--	(55.319)	(11.642.594)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(1.225.472)	--	--	--	--	--	--	(1.225.472)
Outras	(364.969)	--	--	--	--	--	(7.026)	(371.995)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(4.512.778)	--	--	--	--	--	51.525	(4.461.253)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(15.423.376)	(4.413)	13	--	(3.331)	280	--	(15.430.827)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.518)	--	--	--	--	--	--	(47.518)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(1.923.642)	--	--	--	(1.923.642)
Outras receitas	14.517.739	649.070	857.955	3.869.370	3.612.317	1.338.515	(1.142.663)	23.702.303
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	9.774.858	436.563	850.318	1.278.504	2.910.508	837.843	(844.720)	15.243.874
Rendas de cartões	708.831	--	--	--	--	--	--	708.831
Administração de fundos	1.408.988	--	598.213	789.598	--	1.007	(4.082)	2.793.724
Seguros, previdência e capitalização	234.826	--	--	1.355.756	--	--	--	1.590.582
Outras	3.049.690	411.399	12.481	(866.850)	2.910.508	836.836	(840.638)	5.513.426
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.372.523	25.164	239.624	--	--	--	--	4.637.311
Resultado de participações em coligadas e controladas	17.472	(8.308)	--	(37.518)	385	--	--	(27.969)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.322.065	--	--	142.089	2.464.154
Demais receitas	4.725.409	220.815	7.637	306.319	701.424	500.672	(440.032)	6.022.244
Outras despesas	(29.983.263)	(298.689)	(159.450)	(1.381.980)	(2.398.677)	(845.903)	979.634	(34.088.328)
Despesas de pessoal	(12.426.141)	(40.162)	(45.964)	(272.051)	(166.795)	(179.114)	4.308	(13.125.919)
Outras despesas administrativas	(6.512.161)	(33.956)	(28.280)	(379.501)	(392.200)	(173.391)	816.451	(6.703.038)
Amortização	(1.592.794)	(54.700)	--	(49.248)	(78.049)	(1.821)	--	(1.776.612)
Depreciação	(574.151)	(1.610)	--	(8.944)	(61.096)	(5.509)	--	(651.310)
Despesas tributárias	(2.476.070)	(38.308)	(59.501)	(304.705)	(314.206)	(128.579)	--	(3.321.369)
Demais despesas	(6.401.946)	(129.953)	(25.705)	(367.531)	(1.386.331)	(357.489)	158.875	(8.510.080)
Lucro antes da Tributação e Participações	462.312	151.389	753.991	3.373.584	1.389.812	456.584	--	6.587.672
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	30.749	(23.932)	(332.383)	(1.225.045)	(470.894)	(69.960)	--	(2.091.465)
Participações no lucro	(414.238)	--	(830)	(19.946)	(1.676)	(2.107)	--	(438.797)
Participação dos não controladores	(147.040)	--	--	(700.911)	--	(2)	--	(847.953)
Lucro Líquido	(68.217)	127.457	420.778	1.427.682	917.242	384.515	--	3.209.457

	Exercício/2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas da Intermediação Financeira	174.237.290	(10.226)	95.409	6.059.214	355.653	99.266	(662.874)	180.173.732
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	108.005.559	--	--	--	--	--	(152.743)	107.852.816
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	63.077.073	--	--	--	--	--	(9.254)	63.067.819
Financiamentos	28.349.265	--	--	--	--	--	--	28.349.265
Arrendamento mercantil	411.559	--	--	--	--	--	--	411.559
Demais	16.167.662	--	--	--	--	--	(143.489)	16.024.173
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	59.709.239	150.852	95.409	148.496	355.653	99.036	(595.465)	59.963.220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.175.411	2.527	96.317	--	--	42.228	(587.345)	47.729.138
Títulos de renda fixa	15.972.181	7.405	(332)	148.496	355.653	41.744	1.605	16.526.752
Títulos de renda variável	(4.438.353)	140.920	(576)	--	--	15.064	(9.725)	(4.292.670)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.089.518)	(161.078)	--	--	--	--	--	(2.250.596)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	7.458.828	--	--	--	--	230	4	7.459.062
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.153.182	--	--	--	--	--	--	1.153.182
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.910.718	--	--	85.330	5.996.048
Despesas da intermediação financeira	(141.344.226)	(457.991)	4	(4.117.154)	(3.387)	(120.229)	904.873	(145.138.110)
Despesas de captação no mercado	(117.817.486)	(446.286)	--	--	--	(120.857)	807.881	(117.576.748)
Captações com depósitos	(39.738.489)	(446.286)	--	--	--	--	469.313	(39.715.462)
Captações no mercado aberto	(51.229.678)	--	--	--	--	--	338.470	(50.891.208)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.640.384)	--	--	--	--	(105.519)	98	(23.745.805)
Dividas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.473.121)	--	--	--	--	--	--	(2.473.121)
Outras	(735.814)	--	--	--	--	(15.338)	--	(751.152)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	6.566.551	--	--	--	--	--	96.992	6.663.543
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(30.017.729)	(11.705)	4	--	(3.387)	628	--	(30.032.189)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(75.562)	--	--	--	--	--	--	(75.562)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(4.117.154)	--	--	--	(4.117.154)
Outras receitas	28.774.334	1.240.966	1.669.751	7.574.789	6.629.594	2.566.120	(2.238.317)	46.217.237
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	18.973.334	799.140	1.654.901	2.397.700	5.471.798	1.580.581	(1.628.475)	29.248.979
Rendas de cartões	1.388.200	--	--	--	2.505.241	--	--	3.893.441
Administração de fundos	2.799.972	--	1.115.797	1.467.937	--	1.904	(8.109)	5.377.501
Seguros, previdência e capitalização	313.406	--	--	1.779.096	--	--	--	2.092.502
Outras	6.166.194	749.420	85.733	(849.333)	2.966.557	1.578.677	(1.620.366)	9.076.882
Rendas com tarifas, taxas e comissões	8.305.562	49.720	453.371	--	--	--	--	8.808.653
Resultado de participações em coligadas e controladas	21.557	(19.096)	--	(37.405)	(62.450)	147	--	(97.247)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.699.278	--	--	272.281	4.971.559
Demais receitas	9.779.443	460.922	14.850	515.216	1.220.246	985.392	(882.123)	12.093.946
Outras despesas	(56.898.700)	(566.726)	(307.406)	(2.696.267)	(4.219.431)	(1.630.665)	1.996.318	(64.322.877)
Despesas de pessoal	(22.997.451)	(77.785)	(88.614)	(544.338)	(322.271)	(359.691)	8.626	(24.381.524)
Outras despesas administrativas	(12.455.368)	(69.286)	(54.616)	(736.294)	(697.030)	(328.626)	1.554.870	(12.786.350)
Amortização	(3.219.245)	(109.330)	--	(104.444)	(152.525)	(2.892)	--	(3.588.436)
Depreciação	(1.141.052)	(3.166)	--	(18.301)	(120.899)	(10.645)	--	(1.294.063)
Despesas tributárias	(5.039.558)	(63.322)	(115.437)	(682.251)	(609.282)	(242.210)	3.999	(6.748.061)
Demais despesas	(12.046.026)	(243.837)	(48.739)	(610.639)	(2.317.424)	(686.601)	428.823	(15.524.443)
Lucro antes da Tributação e Participações	4.768.698	206.023	1.457.758	6.820.582	2.762.429	914.492	--	16.929.982
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.700.168)	(39.529)	(648.631)	(2.571.345)	(946.945)	(185.372)	--	(6.091.990)
Participações no lucro	(1.085.281)	--	(1.251)	(37.896)	(1.759)	(3.210)	--	(1.129.397)
Participação dos não controladores	(287.007)	--	--	(1.388.029)	--	(3)	--	(1.675.039)
Lucro Líquido	1.696.242	166.494	807.876	2.823.312	1.813.725	725.907	--	8.033.556

	Exercício/2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas da Intermediação Financeira	190.181.112	64.417	90.261	5.065.962	287.602	153.924	(516.848)	195.326.430
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	115.686.044	--	--	--	--	--	(177.485)	115.508.559
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	55.827.745	--	--	--	--	16.870	(18.122)	55.826.493
Financiamentos	46.192.111	--	--	--	--	--	(70)	46.192.041
Arrendamento mercantil	732.745	--	--	--	--	--	--	732.745
Demais	12.933.443	--	--	--	--	(16.870)	(159.293)	12.757.280
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	63.371.832	64.895	90.261	58.427	287.602	153.040	(427.874)	63.598.183
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.769.880	1.254	83.529	--	--	35.413	(451.473)	40.438.603
Títulos de renda fixa	14.219.611	7.433	10.104	58.427	287.602	69.535	23.599	14.676.311
Títulos de renda variável	8.382.341	56.208	(3.372)	--	--	48.092	--	8.483.269
Instrumentos financeiros derivativos	2.396.855	(478)	--	--	--	327	--	2.396.704
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	8.082.929	--	--	--	--	557	(441)	8.083.045
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	643.452	--	--	--	--	--	--	643.452
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.007.535	--	--	88.952	5.096.487
Despesas da intermediação financeira	(167.097.414)	(346.250)	(40)	(3.276.891)	(286)	(67.731)	731.197	(170.057.415)
Despesas de captação no mercado	(104.525.558)	(332.921)	--	--	--	(69.481)	683.757	(104.244.203)
Captações com depósitos	(33.351.153)	(332.921)	--	--	--	--	384.104	(33.299.970)
Captações no mercado aberto	(43.769.624)	--	--	--	--	--	319.919	(43.449.705)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.822.441)	--	--	--	--	(62.293)	437	(23.884.297)
Dividas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.844.219)	--	--	--	--	--	--	(2.844.219)
Outras	(738.121)	--	--	--	--	(7.188)	(20.703)	(766.012)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(35.108.132)	--	--	--	--	(2)	47.441	(35.060.693)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(27.411.910)	(13.329)	(40)	--	(286)	1.752	(1)	(27.423.814)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(51.814)	--	--	--	--	--	--	(51.814)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(3.276.891)	--	--	--	(3.276.891)
Outras receitas	28.449.729	1.138.415	1.518.009	7.473.007	11.643.619	2.315.789	(2.233.966)	50.304.602
Rendas de prestação de serviços	17.755.958	694.697	1.503.554	2.046.731	4.870.678	1.419.267	(1.475.175)	26.815.710
Rendas de cartões	798.641	--	--	--	4.647.682	--	--	5.446.323
Administração de fundos	2.236.172	--	969.022	1.166.208	--	4.224	(8.121)	4.367.505
Seguros, previdência e capitalização	152.930	--	--	859.146	--	--	--	1.012.076
Outras	14.568.215	694.697	534.532	21.377	222.996	1.415.043	(1.467.054)	15.989.806
Resultado de participações em coligadas e controladas	166.180	4.917	--	1.496	50.480	6.884	--	229.957
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.067.317	--	--	258.335	5.325.652
Demais receitas	10.527.591	438.801	14.455	357.463	6.722.461	889.638	(1.017.126)	17.933.283
Outras despesas	(54.150.456)	(565.631)	(291.025)	(2.535.997)	(4.408.315)	(1.487.578)	1.992.573	(61.446.429)
Despesas de pessoal	(20.943.713)	(68.936)	(83.318)	(531.387)	(307.821)	(335.028)	8.614	(22.261.589)
Outras despesas administrativas	(12.209.852)	(74.043)	(53.699)	(793.724)	(637.709)	(292.753)	1.454.357	(12.607.423)
Amortização	(3.181.051)	(95.260)	--	(86.866)	(126.129)	(2.531)	--	(3.491.837)
Depreciação	(1.106.414)	(3.416)	--	(19.433)	(29.730)	(8.765)	--	(1.167.758)
Despesas tributárias	(4.143.061)	(59.075)	(104.914)	(631.666)	(1.062.817)	(219.554)	--	(6.221.087)
Demais despesas	(12.566.365)	(264.901)	(49.094)	(472.921)	(2.244.109)	(628.947)	529.602	(15.696.735)
Lucro antes da Tributação e Participações	(2.617.029)	290.951	1.317.205	6.726.081	7.522.620	914.404	(27.044)	14.127.188
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	9.758.764	(80.415)	(542.320)	(2.391.215)	(2.532.534)	(234.656)	17.774	3.995.398
Participações no lucro	(1.919.324)	--	(1.949)	(53.922)	(3.338)	(2.510)	--	(1.981.043)
Participação dos não controladores	(322.584)	--	--	(1.419.393)	--	(7)	--	(1.741.984)
Lucro Líquido	4.899.827	210.536	772.936	2.861.551	4.986.748	677.231	(9.270)	14.399.559

h) Composição do Patrimônio Gerencial por Segmento

	31.12.2016							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.406.524.835	2.503.111	1.235.913	182.241.899	13.498.936	6.725.329	(16.985.898)	1.595.744.125
Disponibilidades	12.848.803	7.656	1.814	141.124	190.899	12.331	(52.842)	13.149.785
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	414.749.848	68.426	1.025.870	2.241.485	1.331.905	439.227	(8.137.223)	411.719.538
Títulos e valores mobiliários	129.150.667	1.097.819	6.677	166.590.019	6.456.153	841.793	(2.086.565)	302.056.563
Títulos para negociação	6.556.200	39.176	--	8.456.771	--	841.067	(559.624)	15.333.590
Títulos Disponíveis para Venda	116.266.151	1.058.643	21	150.342.815	6.456.153	726	(1.526.941)	272.597.568
Títulos mantidos até o vencimento	6.328.316	--	6.656	7.790.433	--	--	--	14.125.405
Instrumentos financeiros derivativos	2.762.190	194.364	--	--	--	--	(1.348)	2.955.206
Relações Interfinanceiras e Interdependências	69.070.181	--	--	--	--	--	--	69.070.181
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	586.036.313	--	--	--	13	2.684.260	(2.758.327)	585.962.259
Empréstimos e direitos creditórios descontados	218.412.404	--	--	--	--	2.684.260	(2.728.124)	218.368.540
Financiamentos	402.982.199	--	--	--	--	--	(30.201)	402.951.998
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	612.087	--	--	--	--	--	--	612.087
Arrendamento mercantil	667.866	--	--	--	13	--	(2)	667.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.638.243)	--	--	--	--	--	--	(36.638.243)
Provisão para operações de crédito	(36.593.864)	--	--	--	--	--	--	(36.593.864)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(44.379)	--	--	--	--	--	--	(44.379)
Outros créditos	191.214.774	1.123.583	201.158	9.256.510	5.494.153	2.687.020	(3.949.228)	206.027.970
Outros valores e bens	692.059	11.263	394	4.012.761	25.813	60.698	(365)	4.802.623
Permanente	30.235.785	5.202.576	26.968	795.836	986.556	427.331	(16.987.954)	20.687.098
Investimentos	13.890.304	5.172.646	26.968	172.178	613.313	347.511	(16.981.053)	3.241.867
Participações em coligadas e controladas	13.723.377	3.830.326	--	117.418	637.356	--	(16.981.053)	1.327.424
Outros investimentos	205.127	1.349.266	26.987	68.525	1.264	347.511	--	1.998.680
Imparidade acumulada	(38.200)	(6.946)	(19)	(13.765)	(25.307)	--	--	(84.237)
Imobilizado de Uso	7.532.094	18.194	--	132.367	211.074	74.339	--	7.968.068
Intangível	8.813.387	11.736	--	491.291	162.169	5.481	(6.901)	9.477.163
Diferido	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL DO ATIVO	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)	1.616.431.223
Passivo Total	1.351.005.928	4.686.872	1.131.252	175.813.096	7.057.961	3.679.613	(14.605.087)	1.528.769.635
Depósitos	447.951.025	3.437.479	--	419	(1)	--	(3.694.126)	447.694.796
Captações no mercado aberto	396.136.610	--	--	--	--	--	(6.670.996)	389.465.614
Recursos de aceites e emissão de títulos	173.257.205	--	--	--	904.834	2.801.839	--	176.963.878
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.500.930	--	--	--	--	--	--	2.500.930
Obrigações por Empréstimos	21.286.886	138.293	--	--	1.188.954	43.864	(74.065)	22.583.932
Obrigações por Repasses	84.785.421	--	--	--	--	--	--	84.785.421
Instrumentos financeiros derivativos	3.225.277	318	--	--	--	--	(1.349)	3.224.246
Outras Obrigações	221.862.574	1.110.782	1.131.252	175.812.677	4.964.174	833.910	(4.164.551)	401.550.818
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	166.831.163	--	--	(5.384)	166.825.779
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	63.066.711	--	--	--	--	--	(1.509)	63.065.202
Demais	158.795.863	1.110.782	1.131.252	8.981.514	4.964.174	833.910	(4.157.658)	171.659.837
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	464.509	--	--	--	--	3.692	(365)	467.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.290.183	3.018.815	131.629	7.224.639	7.427.531	3.469.355	(19.368.400)	87.193.752
TOTAL DO PASSIVO	1.436.760.620	7.705.687	1.262.881	183.037.735	14.485.492	7.152.660	(33.973.852)	1.616.431.223

	31.12.2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.409.073.850	2.329.479	1.240.081	146.093.675	12.747.355	7.173.216	(15.830.164)	1.562.827.492
Disponibilidades	18.133.602	7.929	77	180.153	173.296	5.501	(142.051)	18.358.507
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	361.260.988	5.516	910.185	1.668.826	525.161	377.959	(6.287.566)	358.461.069
Títulos e valores mobiliários	124.492.021	1.426.399	16.685	129.887.846	3.901.426	621.833	(2.170.536)	258.175.674
Títulos para negociação	9.306.703	85.061	9.638	114.352.196	325.744	467.560	(270.266)	124.276.636
Títulos Disponíveis para Venda	111.259.972	1.341.338	21	3.417.303	1.055.790	154.273	(1.900.184)	115.328.513
Títulos mantidos até o vencimento	3.925.346	--	7.026	12.118.347	2.519.892	--	(86)	18.570.525
Instrumentos financeiros derivativos	4.637.397	1.278	--	--	61.268	--	(1.873)	4.698.070
Relações Interfinanceiras e Interdependências	66.042.169	--	--	--	--	--	--	66.042.169
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	650.686.508	--	--	--	--	3.212.445	(3.284.977)	650.613.976
Empréstimos e direitos creditórios descontados	255.485.376	--	--	--	--	3.212.445	(3.222.024)	255.475.797
Financiamentos	428.031.499	--	--	--	--	--	(62.953)	427.968.546
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	333.291	--	--	--	--	--	--	333.291
Arrendamento mercantil	971.490	--	--	--	--	--	--	971.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.135.148)	--	--	--	--	--	--	(34.135.148)
Provisão para operações de crédito	(34.072.735)	--	--	--	--	--	--	(34.072.735)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(62.413)	--	--	--	--	--	--	(62.413)
Outros créditos	183.060.716	868.725	312.199	10.574.438	8.071.210	2.891.602	(3.942.715)	201.836.175
Outros valores e bens	760.449	19.632	935	3.782.412	14.994	63.876	(446)	4.641.852
Permanente	29.586.286	4.494.814	23.682	704.052	1.078.740	360.083	(15.036.138)	21.211.519
Investimentos	12.900.909	4.461.766	23.682	250.811	550.904	296.361	(15.036.138)	3.448.295
Participações em coligadas e controladas	12.718.420	3.209.678	1	196.509	508.230	--	(15.036.138)	1.596.700
Outros investimentos	255.374	1.256.839	23.700	63.803	42.982	296.361	--	1.939.059
Imparidade acumulada	(72.885)	(4.751)	(19)	(9.501)	(308)	--	--	(87.464)
Imobilizado de Uso	7.314.359	21.710	--	114.139	358.915	57.212	--	7.866.335
Intangível	9.347.037	11.338	--	339.102	168.921	6.510	--	9.872.908
Diferido	23.981	--	--	--	--	--	--	23.981
TOTAL DO ATIVO	1.438.660.136	6.824.293	1.263.763	146.797.727	13.826.095	7.533.299	(30.866.302)	1.584.039.011
Passivo Total	1.358.397.939	3.937.451	1.132.134	140.402.507	7.536.739	4.136.328	(13.522.313)	1.502.020.785
Depósitos	465.860.141	3.014.721	--	386	462	--	(3.557.918)	465.317.792
Captações no mercado aberto	352.869.871	--	--	--	--	--	(5.393.427)	347.476.444
Recursos de aceites e emissão de títulos	197.760.042	788	--	--	479.284	3.447.244	--	201.687.358
Relações Interfinanceiras e Interdependências	5.511.011	--	--	--	--	--	--	5.511.011
Obrigações por Empréstimos	31.574.204	101.068	--	--	2.355.094	48.073	(72.511)	34.005.928
Obrigações por Repasses	91.908.322	--	--	--	--	--	--	91.908.322
Instrumentos financeiros derivativos	4.747.983	251	--	--	--	4	(1.872)	4.746.366
Outras Obrigações	208.166.365	820.623	1.132.134	140.402.121	4.701.899	641.007	(4.496.585)	351.367.564
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	131.546.178	--	--	(14.032)	131.532.146
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	64.907.232	--	--	--	--	--	--	64.907.232
Demais	143.259.133	820.623	1.132.134	8.855.943	4.701.899	641.007	(4.482.553)	154.928.186
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	482.500	--	--	--	--	--	(447)	482.053
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.779.697	2.886.842	131.629	6.395.220	6.289.356	3.396.971	(17.343.542)	81.536.173
TOTAL DO PASSIVO	1.438.660.136	6.824.293	1.263.763	146.797.727	13.826.095	7.533.299	(30.866.302)	1.584.039.011

i) Conciliação do Resultado Gerencial por Segmento com o Resultado Contábil

	2º Semestre/2016								
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	101.254.541	(3.644.900)	--	--	(2.737.046)	71.932	15.311	(42.582)	94.917.256
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	60.068.622	(2.888.374)	--	--	--	--	--	--	57.180.248
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	33.346.729	(655.093)	--	--	--	--	--	--	32.691.636
Financiamentos	18.218.906	(1.861.400)	--	--	--	--	--	--	16.357.506
Arrendamento mercantil	188.541	(33.047)	--	--	--	--	--	--	155.494
Demais	8.314.446	(338.834)	--	--	--	--	--	--	7.975.612
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	35.240.013	(1.220.487)	--	--	(6.715)	71.932	15.311	(746)	34.099.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.338.688	(538.217)	--	--	--	--	(3)	--	25.800.468
Títulos de renda fixa	8.302.735	(612.670)	--	--	(6.715)	71.932	16.493	(746)	7.771.029
Títulos de renda variável	598.590	(69.600)	--	--	--	--	(1.179)	--	527.811
Instrumentos financeiros derivativos	(616.498)	50.133	--	--	--	--	--	--	(566.365)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.160.890	(31.734)	--	--	--	--	--	--	3.129.156
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	629.347	445.562	--	--	--	--	--	--	1.074.909
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	2.772.167	--	--	--	(2.730.331)	--	--	(41.836)	--
Despesas da intermediação financeira	(84.280.844)	3.132.116	--	--	1.923.642	3.302	--	(16.672)	(79.238.456)
Despesas de captação no mercado	(62.417.604)	2.046.834	--	--	--	--	--	(16.672)	(60.387.442)
Captações com depósitos	(21.650.696)	139.629	--	--	--	--	--	(13.735)	(21.524.802)
Captações no mercado aberto	(27.526.847)	1.064.539	--	--	--	--	--	(2.937)	(26.465.245)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11.642.594)	840.816	--	--	--	--	--	--	(10.801.778)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(1.225.472)	--	--	--	--	--	--	--	(1.225.472)
Outras	(371.995)	1.850	--	--	--	--	--	--	(370.145)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(4.461.253)	120.075	--	--	--	--	--	--	(4.341.178)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(15.430.827)	965.207	--	--	--	3.302	--	--	(14.462.318)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.518)	--	--	--	--	--	--	--	(47.518)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(1.923.642)	--	--	--	1.923.642	--	--	--	--
Outras receitas	23.702.303	(703.114)	360.882	--	(1.007.927)	(3.308.429)	(23.127)	271.094	19.291.682
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15.243.874	(320.055)	--	--	77.252	(2.910.100)	(332)	292.521	12.383.160
Rendas de cartões	708.831	--	--	--	--	--	--	--	708.831
Administração de fundos	2.793.724	(28.505)	--	--	(789.598)	--	--	4.082	1.979.703
Seguros, previdência e capitalização	1.590.582	--	--	--	--	--	--	--	1.590.582
Outras	5.513.426	(104.407)	--	--	866.850	(2.910.100)	(332)	288.439	3.653.876
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.637.311	(187.143)	--	--	--	--	--	--	4.450.168
Resultado de participações em coligadas e controladas	(27.969)	99.699	569.364	--	1.380.295	158.951	--	--	2.180.340
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	2.464.154	--	--	--	(2.322.065)	--	--	(142.089)	--
Demais receitas	6.022.244	(482.758)	(208.482)	--	(143.409)	(557.280)	(22.795)	120.662	4.728.182
Outras despesas	(34.088.328)	1.312.357	132.719	--	992.309	2.372.092	109.439	(211.840)	(29.381.252)
Despesas de pessoal	(13.125.919)	332.482	10.180	--	244.575	164.950	--	(35)	(12.373.767)
Outras despesas administrativas	(6.703.038)	360.590	7.331	--	264.340	391.707	2.408	(164.152)	(5.840.814)
Amortização	(1.776.612)	6.296	865	--	44.671	78.049	--	--	(1.646.731)
Depreciação	(651.310)	6.020	1.610	--	8.841	61.095	2	--	(573.742)
Despesas tributárias	(3.321.369)	94.838	4.123	--	112.849	290.293	265	--	(2.819.001)
Demais despesas	(8.510.080)	512.131	108.610	--	317.033	1.385.998	106.764	(47.653)	(6.127.197)
Lucro antes da Tributação e Participações	6.587.672	96.459	493.601	--	(829.022)	(861.103)	101.623	--	5.589.230
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(2.091.465)	(98.563)	(1.154)	--	764.207	343.012	(58.998)	--	(1.142.961)
Participações no lucro	(438.797)	28.316	--	--	19.946	1.676	--	--	(388.859)
Participação dos não controladores	(847.953)	--	--	--	--	--	--	--	(847.953)
Lucro Líquido	3.209.457	26.212	492.447	--	(44.869)	(516.415)	42.625	--	3.209.457

	Exercício/2016								BB Consolidado
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas da Intermediação Financeira	180.173.732	(6.998.503)	--	--	(5.923.919)	142.808	(1.679)	(87.361)	167.305.078
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	107.852.816	(6.048.224)	--	--	--	--	--	--	101.804.592
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	63.067.819	(1.379.490)	--	--	--	--	--	--	61.688.329
Financiamentos	28.349.265	(4.037.278)	--	--	--	--	--	--	24.311.987
Arrendamento mercantil	411.559	(78.140)	--	--	--	--	--	--	333.419
Demais	16.024.173	(553.316)	--	--	--	--	--	--	15.470.857
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	59.963.220	(2.171.594)	--	--	(13.201)	142.808	(1.679)	(2.031)	57.917.523
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.729.138	(1.047.926)	--	--	--	--	(9)	--	46.681.203
Títulos de renda fixa	16.526.752	(1.020.727)	--	--	(13.201)	142.808	13.394	(2.031)	15.646.995
Títulos de renda variável	(4.292.670)	(102.941)	--	--	--	--	(15.064)	--	(4.410.675)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.250.596)	70.984	--	--	--	--	--	--	(2.179.612)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	7.459.062	54.645	--	--	--	--	--	--	7.513.707
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.153.182	1.095.686	--	--	--	--	--	--	2.248.868
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	5.996.048	--	--	--	(5.910.718)	--	--	(85.330)	--
Despesas da intermediação financeira	(145.138.110)	5.638.359	--	--	4.117.154	3.358	--	1.353	(135.377.886)
Despesas de captação no mercado	(117.576.748)	4.061.276	--	--	--	--	--	(27.185)	(113.542.657)
Captações com depósitos	(39.715.462)	270.128	--	--	--	--	--	(22.237)	(39.467.571)
Captações no mercado aberto	(50.891.208)	2.166.694	--	--	--	--	--	(4.948)	(48.729.462)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.745.805)	1.620.573	--	--	--	--	--	--	(22.125.232)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.473.121)	(1)	--	--	--	--	--	--	(2.473.122)
Outras	(751.152)	3.882	--	--	--	--	--	--	(747.270)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	6.663.543	198.007	--	--	--	--	--	28.538	6.890.088
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(30.032.189)	1.379.076	--	--	--	3.358	--	--	(28.649.755)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(75.562)	--	--	--	--	--	--	--	(75.562)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(4.117.154)	--	--	--	4.117.154	--	--	--	--
Outras receitas	46.217.237	(1.676.590)	729.483	--	(1.989.118)	(6.012.235)	(23.805)	486.069	37.731.041
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	29.248.979	(595.939)	--	--	266.697	(5.471.133)	(668)	555.985	24.003.921
Rendas de cartões	3.893.441	(16.173)	--	--	--	(2.505.241)	--	--	1.372.027
Administração de fundos	5.377.501	(57.430)	--	(378)	(1.467.937)	--	--	8.109	3.859.865
Seguros, previdência e capitalização	2.092.502	145.055	--	--	885.301	--	--	--	3.122.858
Outras	9.076.882	(323.690)	--	378	849.333	(2.965.892)	(668)	547.876	7.184.219
Rendas com tarifas, taxas e comissões	8.808.653	(343.701)	--	--	--	--	--	--	8.464.952
Resultado de participações em coligadas e controladas	(97.247)	199.110	1.160.083	--	2.636.046	397.703	(147)	--	4.295.548
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	4.971.559	--	--	--	(4.699.278)	--	--	(272.281)	--
Demais receitas	12.093.946	(1.279.761)	(430.600)	--	(192.583)	(938.805)	(22.990)	202.365	9.431.572
Outras despesas	(64.322.877)	2.950.283	250.680	--	1.969.490	4.153.217	112.725	(400.061)	(55.286.543)
Despesas de pessoal	(24.381.524)	665.048	19.900	--	491.718	318.935	--	(74)	(22.885.997)
Outras despesas administrativas	(12.786.350)	661.530	14.760	--	516.417	695.959	4.384	(309.559)	(11.202.859)
Amortização	(3.588.436)	15.484	1.660	--	95.290	152.525	--	--	(3.323.477)
Depreciação	(1.294.063)	16.163	3.166	--	18.099	120.898	2	--	(1.135.735)
Despesas tributárias	(6.748.061)	200.579	7.040	--	336.664	561.916	338	--	(5.641.524)
Demais despesas	(15.524.443)	1.391.479	204.154	--	511.302	2.302.984	108.001	(90.428)	(11.096.951)
Lucro antes da Tributação e Participações	16.929.982	(86.451)	980.163	--	(1.826.393)	(1.712.852)	87.241	--	14.371.690
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(6.091.990)	101.341	(2.114)	--	1.704.018	699.464	(58.186)	--	(3.647.467)
Participações no lucro	(1.129.397)	74.114	--	--	37.896	1.759	--	--	(1.015.628)
Participação dos não controladores	(1.675.039)	--	--	--	--	--	--	--	(1.675.039)
Lucro Líquido	8.033.556	89.004	978.049	--	(84.479)	(1.011.629)	29.055	--	8.033.556

	Exercício/2015								BB Consolidado
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	
Receitas da Intermediação Financeira	195.326.430	(8.927.661)	--	--	(5.018.873)	115.892	(48.475)	(115.135)	181.332.178
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	115.508.559	(6.651.578)	--	--	--	--	--	66	108.857.047
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	55.826.493	(1.338.485)	--	--	--	--	--	--	54.488.008
Financiamentos	46.192.041	(3.669.670)	--	--	--	--	--	70	42.522.441
Arrendamento mercantil	732.745	(310.833)	--	--	--	--	--	--	421.912
Demais	12.757.280	(1.332.590)	--	--	--	--	--	(4)	11.424.686
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	63.598.183	(2.466.978)	--	--	(11.338)	115.892	(48.475)	(26.249)	61.161.035
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.438.603	(949.479)	--	--	--	--	(23)	--	39.489.101
Títulos de renda fixa	14.676.311	(1.436.399)	--	--	(11.338)	115.892	(465)	(26.249)	13.317.752
Títulos de renda variável	8.483.269	(81.100)	--	--	--	--	(47.987)	--	8.354.182
Instrumentos financeiros derivativos	2.396.704	(1.040.517)	--	--	--	--	--	--	1.356.187
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	8.083.045	(254.674)	--	--	--	--	--	--	7.828.371
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	643.452	1.486.086	--	--	--	--	--	--	2.129.538
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	5.096.487	--	--	--	(5.007.535)	--	--	(88.952)	--
Despesas da intermediação financeira	(170.057.415)	7.522.107	--	--	3.276.891	287	2	(28.858)	(159.286.986)
Despesas de captação no mercado	(104.244.203)	5.367.680	--	--	--	--	--	(28.858)	(98.905.381)
Captações com depósitos	(33.299.970)	248.086	--	--	--	--	--	(48.136)	(33.100.020)
Captações no mercado aberto	(43.449.705)	1.794.439	--	--	--	--	--	(1.424)	(41.656.690)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(23.884.297)	3.320.253	--	--	--	--	--	--	(20.564.044)
Dívidas subordinadas no exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(2.844.219)	--	--	--	--	--	--	--	(2.844.219)
Outras	(766.012)	4.902	--	--	--	--	--	20.702	(740.408)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(35.060.693)	488.359	--	--	--	--	2	--	(34.572.332)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(27.423.814)	1.647.892	--	--	--	287	--	--	(25.775.635)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(51.814)	18.176	--	--	--	--	--	--	(33.638)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(3.276.891)	--	--	--	3.276.891	--	--	--	--
Outras receitas	50.304.602	(1.156.657)	615.155	--	(1.950.353)	(5.288.728)	(50.053)	444.682	42.918.648
Rendas de prestação de serviços	26.815.710	(477.095)	--	--	429.062	(4.870.204)	(632)	463.778	22.360.619
Rendas de cartões	5.446.323	1.007.515	--	--	--	(4.647.682)	--	--	1.806.156
Administração de fundos	4.367.505	303.984	--	--	(1.166.208)	--	--	8.121	3.513.402
Seguros, previdência e capitalização	1.012.076	286.729	--	--	1.616.644	--	--	--	2.915.449
Outras	15.989.806	(2.075.323)	--	--	(21.374)	(222.522)	(632)	455.657	14.125.612
Resultado de participações em coligadas e controladas	229.957	174.737	950.400	--	2.702.723	316.633	(6.884)	--	4.367.566
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	5.325.652	--	--	--	(5.067.317)	--	--	(258.335)	--
Demais receitas	17.933.283	(854.299)	(335.245)	--	(14.821)	(735.157)	(42.537)	239.239	16.190.463
Outras despesas	(61.446.429)	2.968.691	279.342	--	1.955.338	3.835.430	29.943	(300.689)	(52.678.374)
Despesas de pessoal	(22.261.589)	685.223	22.120	--	487.156	304.921	7	(9)	(20.762.171)
Outras despesas administrativas	(12.607.423)	563.306	22.566	--	546.877	637.390	3.355	(198.176)	(11.032.105)
Amortização	(3.491.837)	11.205	1.402	--	75.844	126.129	--	--	(3.277.257)
Depreciação	(1.167.758)	10.265	3.416	--	19.317	29.730	(2)	--	(1.105.032)
Despesas tributárias	(6.221.087)	199.194	10.431	--	431.447	498.008	384	--	(5.081.623)
Demais despesas	(15.696.735)	1.499.498	219.407	--	394.697	2.239.252	26.199	(102.504)	(11.420.186)
Lucro antes da Tributação e Participações	14.127.188	406.480	894.497	--	(1.736.997)	(1.337.119)	(68.583)	--	12.285.466
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.995.398	(467.876)	(2.926)	--	1.607.742	552.250	(526)	--	5.684.062
Participações no lucro	(1.981.043)	95.797	--	--	53.922	3.338	1	--	(1.827.985)
Participação dos não controladores	(1.741.984)	--	--	--	--	--	--	--	(1.741.984)
Lucro Líquido	14.399.559	34.401	891.571	--	(75.333)	(781.531)	(69.108)	--	14.399.559

j) Conciliação do Patrimônio Gerencial por Segmento com o Patrimônio Contábil

	31.12.2016								
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.595.744.125	(41.558.107)	(184.721)	--	(177.891.818)	(9.354.405)	(196.725)	1.690.891	1.368.249.230
Disponibilidades	13.149.785	(53.107)	(6)	--	(140.137)	(190.856)	(361)	40.453	12.805.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	411.719.538	(5.621.791)	(1.945)	--	(79.519)	(783.234)	(2)	478.625	405.711.672
Títulos e valores mobiliários	302.056.563	(14.231.364)	(60.997)	--	(165.768.841)	(2.948.635)	(57.568)	666.961	119.656.119
Títulos para negociação	15.333.590	(1.692.133)	(2.177)	--	(8.065.656)	--	(57.519)	558.115	6.074.220
Títulos Disponíveis para Venda	272.597.568	(11.369.862)	(58.820)	--	(150.342.760)	(2.948.635)	(49)	108.846	107.986.288
Títulos mantidos até o vencimento	14.125.405	(1.169.369)	--	--	(7.360.425)	--	--	--	5.595.611
Instrumentos financeiros derivativos	2.955.206	(1.342.643)	--	--	--	--	--	--	1.612.563
Relações Interfinanceiras e Interdependências	69.070.181	(170.321)	--	--	--	--	--	--	68.899.860
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	585.962.259	(20.506.284)	--	--	--	(13)	--	30.201	565.486.163
Empréstimos e direitos creditórios descontados	218.368.540	(4.295.509)	--	--	--	--	--	--	214.073.031
Financiamentos	402.951.998	(17.905.526)	--	--	--	--	--	30.201	385.076.673
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	612.087	--	--	--	--	--	--	--	612.087
Arrendamento mercantil	667.877	(63.668)	--	--	--	(13)	--	--	604.196
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.638.243)	1.758.419	--	--	--	--	--	--	(34.879.824)
Provisão para operações de crédito	(36.593.864)	1.755.413	--	--	--	--	--	--	(34.838.451)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(44.379)	3.006	--	--	--	--	--	--	(41.373)
Outros créditos	206.027.970	610.609	(110.510)	--	(7.890.560)	(5.405.854)	(100.585)	474.641	193.605.711
Outros valores e bens	4.802.623	(243.206)	(11.263)	--	(4.012.761)	(25.813)	(38.209)	--	471.371
Permanente	20.687.098	3.835.441	(141.566)	--	5.937.888	283.713	(347.496)	2.872.666	33.127.744
Investimentos	3.241.867	3.984.875	(111.636)	--	6.557.762	656.956	(347.484)	2.872.666	16.855.006
Participações em coligadas e controladas	1.327.424	4.020.579	1.237.625	--	6.612.522	632.913	--	2.872.666	16.703.729
Outros investimentos	1.998.680	(61.978)	(1.349.261)	--	(68.525)	(1.034)	(347.484)	--	170.398
Imparidade acumulada	(84.237)	26.274	--	--	13.765	25.077	--	--	(19.121)
Imobilizado de Uso	7.968.068	(48.943)	(18.194)	--	(132.367)	(211.074)	(12)	--	7.557.478
Intangível	9.477.163	(100.491)	(11.736)	--	(487.507)	(162.169)	--	--	8.715.260
Diferido	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL DO ATIVO	1.616.431.223	(37.722.666)	(326.287)	--	(171.953.930)	(9.070.692)	(544.221)	4.563.547	1.401.376.974
Passivo Total	1.528.769.635	(37.554.963)	(326.287)	--	(171.836.688)	(6.465.090)	(18.491)	1.168.844	1.313.736.960
Depósitos	447.694.796	(1.894.137)	--	--	--	--	--	180.029	445.980.688
Captações no mercado aberto	389.465.614	(15.310.205)	--	--	--	--	--	478.623	374.634.032
Recursos de aceites e emissão de títulos	176.963.878	(10.892.691)	--	--	--	(904.834)	--	--	165.166.353
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.500.930	(49.843)	--	--	--	--	--	--	2.451.087
Obrigações por Empréstimos	22.583.932	(877.538)	(138.293)	--	--	(1.188.954)	--	30.201	20.409.348
Obrigações por Repasses	84.785.421	(1.702.251)	--	--	--	--	--	--	83.083.170
Instrumentos financeiros derivativos	3.224.246	(1.353.855)	--	--	--	--	--	--	1.870.391
Outras Obrigações	401.550.818	(5.474.443)	(187.994)	--	(171.836.688)	(4.371.302)	(18.491)	479.991	220.141.891
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	166.825.779	--	--	--	(166.831.163)	--	--	5.384	--
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	63.065.202	(2.438.317)	--	--	--	--	--	--	60.626.885
Demais	171.659.837	(3.036.126)	(187.994)	--	(5.005.525)	(4.371.302)	(18.491)	474.607	159.515.006
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	467.836	(17.882)	--	--	--	--	(3.692)	--	446.262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.193.752	(149.821)	--	--	(117.242)	(2.605.602)	(522.038)	3.394.703	87.193.752
TOTAL DO PASSIVO	1.616.431.223	(37.722.666)	(326.287)	--	(171.953.930)	(9.070.692)	(544.221)	4.563.547	1.401.376.974

	31.12.2015								
	Consolidado Gerencial	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Ajustes Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.562.827.492	(43.677.717)	(225.085)	--	(142.601.627)	(8.735.033)	(247.690)	1.685.689	1.369.026.029
Disponibilidades	18.358.507	(89.687)	(70)	--	(180.149)	(173.271)	(50)	139.141	18.054.421
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	358.461.069	(5.531.652)	--	--	(118.438)	(128.729)	(377)	59.914	352.741.787
Títulos e valores mobiliários	258.175.674	(15.196.624)	(46.248)	--	(129.243.107)	(394.870)	(144.386)	772.579	113.923.018
Títulos para negociação	124.276.636	(2.607.333)	(27.137)	--	(113.707.509)	(325.744)	(9.200)	260.628	7.860.341
Títulos Disponíveis para Venda	115.328.513	(9.015.051)	(19.111)	--	(3.417.251)	(1.055.668)	(135.186)	511.865	102.198.111
Títulos mantidos até o vencimento	18.570.525	(3.574.240)	--	--	(12.118.347)	986.542	--	86	3.864.566
Instrumentos financeiros derivativos	4.698.070	(1.274.770)	--	--	--	(61.268)	--	--	3.362.032
Relações Interfinanceiras e Interdependências	66.042.169	(36.078)	--	--	--	--	--	--	66.006.091
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, líquido de provisões	650.613.976	(21.973.353)	--	--	--	--	--	62.953	628.703.576
Empréstimos e direitos creditórios descontados	255.475.797	(4.827.634)	--	--	--	--	--	--	250.648.163
Financiamentos	427.968.546	(18.645.225)	--	--	--	--	--	62.953	409.386.274
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	333.291	--	--	--	--	--	--	--	333.291
Arrendamento mercantil	971.490	(96.655)	--	--	--	--	--	--	874.835
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.135.148)	1.596.161	--	--	--	--	--	--	(32.538.987)
Provisão para operações de crédito	(34.072.735)	1.582.794	--	--	--	--	--	--	(32.489.941)
Provisão para outros créditos e arrendamento mercantil	(62.413)	13.367	--	--	--	--	--	--	(49.046)
Outros créditos	201.836.175	720.613	(159.135)	--	(9.277.521)	(7.961.901)	(70.856)	651.102	185.738.477
Outros valores e bens	4.641.852	(296.166)	(19.632)	--	(3.782.412)	(14.994)	(32.021)	--	496.627
Permanente	21.211.519	3.567.307	(23.444)	--	5.728.477	1.275.229	(296.334)	639.974	32.102.728
Investimentos	3.448.295	3.665.928	9.604	--	6.181.716	1.803.065	(296.334)	639.974	15.452.248
Participações em coligadas e controladas	1.596.700	3.700.168	1.262.618	--	6.236.018	1.845.739	--	639.974	15.281.217
Outros investimentos	1.939.059	(57.856)	(1.253.014)	--	(63.803)	(42.752)	(296.334)	--	225.300
Imparidade acumulada	(87.464)	23.616	--	--	9.501	78	--	--	(54.269)
Imobilizado de Uso	7.866.335	(48.539)	(21.710)	--	(114.137)	(358.915)	--	--	7.323.034
Intangível	9.872.908	(42.675)	(11.338)	--	(339.102)	(168.921)	--	--	9.310.872
Diferido	23.981	(7.407)	--	--	--	--	--	--	16.574
TOTAL DO ATIVO	1.584.039.011	(40.110.410)	(248.529)	--	(136.873.150)	(7.459.804)	(544.024)	2.325.663	1.401.128.757
Passivo Total	1.502.020.785	(40.087.565)	(246.235)	--	(136.764.430)	(6.929.341)	(46.537)	1.186.699	1.319.133.376
Depósitos	465.317.792	(1.350.136)	--	--	--	(462)	--	452.524	464.419.718
Captações no mercado aberto	347.476.444	(13.962.425)	--	--	--	--	--	7.629	333.521.648
Recursos de aceites e emissão de títulos	201.687.358	(12.645.794)	(788)	--	--	(479.284)	--	--	188.561.492
Relações Interfinanceiras e Interdependências	5.511.011	(41.604)	--	--	--	--	--	--	5.469.407
Obrigações por Empréstimos	34.005.928	(1.957.338)	(101.068)	--	--	(2.355.094)	--	62.932	29.655.360
Obrigações por Repasses	91.908.322	(1.832.616)	--	--	--	--	--	--	90.075.706
Instrumentos financeiros derivativos	4.746.366	(1.457.194)	--	--	--	--	--	--	3.289.172
Outras Obrigações	351.367.564	(6.840.458)	(144.379)	--	(136.764.430)	(4.094.501)	(46.537)	663.614	204.140.873
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	131.532.146	--	--	--	(131.546.178)	--	--	14.032	--
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	64.907.232	(3.022.968)	--	--	--	--	--	--	61.884.264
Demais	154.928.186	(3.817.490)	(144.379)	--	(5.218.252)	(4.094.501)	(46.537)	649.582	142.256.609
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	482.053	(22.845)	--	--	--	--	--	--	459.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.536.173	--	(2.294)	--	(108.720)	(530.463)	(497.487)	1.138.964	81.536.173
TOTAL DO PASSIVO	1.584.039.011	(40.110.410)	(248.529)	--	(136.873.150)	(7.459.804)	(544.024)	2.325.663	1.401.128.757

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	12.805.771	18.054.422
Disponibilidades em moeda nacional	7.824.081	8.990.683
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.974.123	9.056.034
Aplicações em ouro	7.567	7.705
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	90.317.899	84.652.749
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	58.269.836	38.195.496
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.037.173	46.457.253
Aplicações em moeda estrangeira	10.890	--
Total	103.123.670	102.707.171

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto	371.682.685	303.530.816
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	58.281.504	38.196.143
Letras Financeiras do Tesouro	58.180.683	--
Letras do Tesouro Nacional	--	22.232.207
Notas do Tesouro Nacional	--	15.139.814
Outros títulos	100.821	824.122
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	313.401.181	265.334.673
Letras Financeiras do Tesouro	219.292.289	399.992
Letras do Tesouro Nacional	45.437.404	117.887.474
Notas do Tesouro Nacional	48.526.197	146.872.982
Outros títulos	145.291	174.225
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.028.987	49.210.971
Total	405.711.672	352.741.787
Ativo circulante	404.769.645	351.419.935
Ativo não circulante	942.027	1.321.852

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	25.547.566	46.208.022	39.109.087
Posição bancada	2.047.547	3.498.633	3.080.043
Posição financiada	23.500.019	42.709.389	36.029.044
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	252.902	473.181	380.014
Total	25.800.468	46.681.203	39.489.101

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	1.075.500	1.123.994	1.639.408	200.170	2.035.148	5.520.274	6.074.220	553.946	7.525.861	7.860.341	334.480
Títulos Públicos	13	1.095.166	1.635.183	194.435	1.993.536	4.417.848	4.918.333	500.485	6.250.648	6.558.357	307.709
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	36.413	--	328.093	362.858	364.506	1.648	1.035.232	1.035.362	130
Letras do Tesouro Nacional	--	8.859	15.510	46.020	835.024	898.123	905.413	7.290	1.189.094	1.184.359	(4.735)
Notas do Tesouro Nacional	--	3.983	--	--	544.827	545.506	548.810	3.304	85.030	84.783	(247)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	6.260	14.505	--	35.040	57.873	55.805	(2.068)	72.333	65.760	(6.573)
Títulos de governos estrangeiros	11	1.076.064	1.479.622	143.624	226.853	2.445.109	2.926.174	481.065	3.754.840	4.084.718	329.878
Outros	2	--	89.133	4.791	23.699	108.379	117.625	9.246	114.119	103.375	(10.744)
Títulos Privados	1.075.487	28.828	4.225	5.735	41.612	1.102.426	1.155.887	53.461	1.275.213	1.301.984	26.771
Debêntures	--	17.559	--	--	19.440	37.100	36.999	(101)	59.310	57.924	(1.386)
Cotas de fundos de investimento	1.075.290	--	--	--	--	1.006.172	1.075.290	69.118	1.071.605	1.113.316	41.711
Ações	28	--	--	--	--	16	28	12	26	65	39
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--
Certificados de depósito bancário	--	2	--	--	--	2	2	--	--	--	--
Eurobonds	--	9.113	2.447	1.218	21.007	44.308	33.785	(10.523)	114.568	91.349	(23.219)
Outros	169	2.154	1.778	4.517	1.165	14.828	9.783	(5.045)	29.703	39.329	9.626

Vencimento em Dias	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	922.587	2.126.353	1.557.510	4.525.993	98.853.845	109.958.998	107.986.288	(1.972.710)	107.308.851	102.198.111	(5.110.740)
Títulos Públicos	1.817	1.457.277	62.035	965.584	70.403.479	72.588.429	72.890.192	301.763	57.430.254	56.038.610	(1.391.644)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	312.557	49.535.338	49.913.679	49.847.895	(65.784)	36.475.017	36.474.678	(339)
Letras do Tesouro Nacional	--	1.167.814	--	566.200	6.771.426	8.201.990	8.505.440	303.450	5.456.744	5.216.331	(240.413)
Notas do Tesouro Nacional	--	142.709	104	--	7.694.666	7.591.708	7.837.479	245.771	5.182.210	4.661.076	(521.134)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	530	634	2.839	4.031	4.003	(28)	5.157	4.713	(444)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.679.586	2.747.485	2.679.586	(67.899)	3.120.701	2.685.040	(435.661)
Títulos de governos estrangeiros	--	146.754	61.401	--	2.933.702	3.229.155	3.141.857	(87.298)	6.123.190	6.112.039	(11.151)
Outros	1.817	--	--	86.193	785.922	900.381	873.932	(26.449)	1.067.235	884.733	(182.502)
Títulos Privados	920.770	669.076	1.495.475	3.560.409	28.450.366	37.370.569	35.096.096	(2.274.473)	49.878.597	46.159.501	(3.719.096)
Debêntures	--	27.296	1.049.907	2.673.024	25.762.176	30.902.601	29.512.403	(1.390.198)	40.004.158	39.289.630	(714.528)
Notas promissórias	--	72.294	--	117.799	--	189.478	190.093	615	918.460	931.194	12.734
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	44.990	47.794	44.990	(2.804)	50.936	46.771	(4.165)
Cotas de fundos de investimento	18.389	--	--	482.089	467.307	840.127	967.785	127.658	3.012.747	1.656.953	(1.355.794)
Ações	198.167	--	--	--	--	103.273	198.167	94.894	810	457	(353)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	81.699	365.158	238.079	2.016	685.081	686.952	1.871	1.066.970	1.068.167	1.197
Certificados de depósito bancário	--	309.520	--	--	--	309.653	309.520	(133)	97.628	97.608	(20)
Letras financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	20.542	20.500	(42)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	80.410	--	264.646	413.561	345.056	(68.505)	479.761	468.783	(10.978)
Outros	704.214	178.267	--	49.418	1.909.231	3.879.001	2.841.130	(1.037.871)	4.226.585	2.579.438	(1.647.147)
3 - Mantidos até o Vencimento	430.008	--	--	109.310	4.405.532	5.595.611	4.944.850	(650.761)	3.864.566	3.625.314	(239.252)
Títulos Privados	430.008	--	--	109.310	4.405.532	5.595.611	4.944.850	(650.761)	3.864.566	3.625.314	(239.252)
Debêntures	--	--	--	109.310	4.251.342	4.760.259	4.360.652	(399.607)	3.506.434	3.506.434	--
Cotas de fundos de investimento	--	--	--	--	--	--	--	--	7.026	7.026	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	147.533	398.687	147.533	(251.154)	351.106	111.854	(239.252)
Letras Financeiras	430.008	--	--	--	--	430.008	430.008	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	6.657	6.657	6.657	--	--	--	--
Total	2.428.095	3.250.347	3.196.918	4.835.473	105.294.525	121.074.883	119.005.358	(2.069.525)	118.699.278	113.683.766	(5.015.512)

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.428.095	3.250.347	3.196.918	4.835.473	105.294.525	121.074.883	119.005.358	(2.069.525)	118.699.278	113.683.766	(5.015.512)
Carteira própria	2.428.095	2.907.473	3.186.726	3.378.366	66.540.036	80.504.897	78.440.696	(2.064.201)	90.500.313	89.084.740	(1.415.573)
Vinculados a compromissos de recompra	--	33.354	10.192	1.457.088	35.909.519	37.412.855	37.410.153	(2.702)	24.095.222	20.495.283	(3.599.939)
Vinculados à prestação de garantias	--	309.520	--	19	2.844.970	3.157.131	3.154.509	(2.622)	4.103.743	4.103.743	--

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2016						31.12.2015			
	Valor de Mercado					Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Por Categoria	2.428.095	11.282.738	74.762.227	24.463.841	6.068.457	121.074.883	119.005.358	118.699.278	113.683.766	
1 - Títulos para Negociação	1.075.500	2.963.572	1.446.078	234.307	354.763	5.520.274	6.074.220	7.525.861	7.860.341	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	922.587	8.209.856	71.070.695	22.961.053	4.822.097	109.958.998	107.986.288	107.308.851	102.198.111	
3 - Mantidos até o Vencimento	430.008	109.310	2.245.454	1.268.481	891.597	5.595.611	4.944.850	3.864.566	3.625.314	

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	15.745.981	103.910.138	119.656.119	21.905.761	92.017.257	113.923.018
Carteira própria	13.937.394	65.273.440	79.210.834	20.534.138	71.087.575	91.621.713
Vinculados a compromissos de recompra	1.499.048	35.791.728	37.290.776	1.257.846	16.939.716	18.197.562
Vinculados à prestação de garantias	309.539	2.844.970	3.154.509	113.777	3.989.966	4.103.743

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

	31.12.2016		31.12.2015	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	6.074.220	5%	7.860.341	7%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	107.986.288	90%	102.198.111	90%
3 - Mantidos até o Vencimento	5.595.611	5%	3.864.566	3%
Valor Contábil da Carteira	119.656.119	100%	113.923.018	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(650.761)	--	(239.252)	--
Valor de Mercado da Carteira	119.005.358	--	113.683.766	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	25.800.468	46.681.203	39.489.101
Títulos de renda fixa	7.771.029	15.646.995	13.317.752
Títulos de renda variável	527.811	(4.410.675)	8.354.182
Total	34.099.308	57.917.523	61.161.035

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício/2016, houve a seguinte reclassificação:

Embora o Conglomerado tenha a intenção e a capacidade financeira de levar as debêntures de emissão da Cielo até o vencimento (dezembro/2023), em 27.04.2016, o Conselho de Administração da Cielo aprovou a aquisição de parte das debêntures, no valor de até R\$ 2.000.000 mil, tendo como efeito prático a antecipação do vencimento das debêntures. Em decorrência desse fato, em 30.06.2016, o Conglomerado reclassificou a totalidade desses títulos da categoria “Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Disponíveis para Venda”, gerando impacto negativo de marcação a mercado no Patrimônio Líquido do Conglomerado no montante de R\$ 39.326 mil, líquido dos efeitos tributários.

	Movimentação
Valor de mercado	3.446.831
Valor contábil antes da reclassificação	3.506.416
Marcação a mercado	(59.585)
Efeitos tributários	20.259
Impacto no patrimônio líquido	(39.326)

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no exercício/2015.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 221.735 mil em 31.12.2016 (R\$ 464.076 mil em 31.12.2015).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	12.675.733	--	--	1.600.302	--	--
DI	3.767.529	--	--	1.042.332	--	--
Moedas	8.899.499	--	--	530.810	--	--
Commodities	8.705	--	--	27.160	--	--
Compromissos de Venda	2.109.516	--	--	9.188.542	--	--
DI	1.103.821	--	--	6.205.028	--	--
Moedas	872.351	--	--	2.977.888	--	--
Libor	111.061	--	--	--	--	--
Commodities	22.283	--	--	5.626	--	--
Operações a Termo						
Posição Ativa	4.472.363	300.860	253.699	12.525.819	1.359.977	1.749.951
Termo de moeda	4.436.664	297.777	242.787	12.492.001	1.358.628	1.744.654
Termo de mercadoria	35.699	3.083	10.912	33.818	1.349	5.297
Posição Passiva	10.058.932	(968.637)	(582.138)	11.454.776	(783.298)	(582.955)
Termo de moeda	10.053.226	(967.623)	(581.870)	11.430.037	(778.007)	(575.299)
Termo de mercadoria	5.706	(1.014)	(268)	24.739	(5.291)	(7.656)
Contrato de Opções						
De Compra - Posição Comprada	244	15	--	--	--	--
Commodities	244	15	--	--	--	--
De Venda - Posição Comprada	194.039	285.472	193.414	--	--	--
Moeda estrangeira	573	25	67	--	--	--
Ações	193.333	285.437	193.333	--	--	--
Commodities	133	10	14	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	228.388	(19.787)	(30.500)	391.447	(15.121)	(119.529)
Moeda estrangeira	67.646	(2.518)	(134)	11.381	(522)	(883)
Pré-fixados	--	--	--	348.015	(9.830)	(107.098)
Índice DI	160.486	(17.244)	(30.366)	32.051	(4.769)	(11.548)
Commodities	256	(25)	--	--	--	--
De Venda - Posição Vendida	16.979	(306)	(156)	426.369	(238.328)	(166.391)
Moeda estrangeira	7.285	(161)	(42)	--	--	--
Pré-fixados	--	--	--	348.016	(237.202)	(166.254)
Commodities	9.694	(145)	(114)	78.353	(1.126)	(137)
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	8.501.031	1.131.352	1.128.122	6.649.135	1.362.026	1.562.039
DI	4.328.151	841.661	837.366	1.170.012	28.463	11.245
Moeda estrangeira	3.933.371	283.274	282.439	5.233.939	1.326.041	1.546.439
Pré-fixado	239.509	6.417	8.317	222.787	6.416	4.104
IPCA	--	--	--	22.397	1.106	251
Posição Passiva	10.748.833	(1.078.089)	(1.190.214)	15.978.320	(1.906.269)	(2.354.368)
DI	2.565.720	(157.851)	(152.659)	187.764	(6.638)	(4.577)
Moeda estrangeira	7.831.015	(915.496)	(1.026.088)	15.550.493	(1.897.600)	(2.347.504)
Pré-fixado	352.098	(4.742)	(11.467)	41.172	(2.513)	(1.190)
IPCA	--	--	--	198.891	482	(1.097)
Outros derivativos ⁽¹⁾						
Posição Ativa						
Moeda estrangeira	3.258.027	42.868	37.328	1.123.416	32.242	50.042
Posição Passiva						
Moeda estrangeira	2.735.958	(83.191)	(67.383)	2.422.956	(46.492)	(65.929)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward - NDF*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor de referência)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015
Contratos futuros	2.670.562	10.243.045	91.243	1.780.399	14.785.249	10.788.844
Contratos a termo	3.709.670	6.096.552	3.496.773	1.228.300	14.531.295	23.980.595
Contratos de opções	378	92.548	195.245	151.479	439.650	817.816
Contratos de swaps	3.350.701	6.082.512	3.391.115	6.425.536	19.249.864	22.627.455
Outros	3.120.404	2.565.463	237.180	70.938	5.993.985	3.546.372

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor de referência em 31.12.2016)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
BM&FBovespa	14.674.188	--	203.311	--	--
Balcão					
Instituições financeiras	111.061	1.133.156	--	16.964.279	5.993.985
Cliente	--	13.398.139	236.339	2.285.585	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	1.587.775	2.637.630
Total	1.587.775	2.637.630

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.12.2016	31.12.2015
Hedge de risco de mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	555.105	338.068
Swap	361.772	338.068
Opções	193.333	--
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	197.585	--
Títulos e valores mobiliários	197.585	--
Passivo	(361.623)	(338.300)
Outros Passivos	(361.623)	(338.300)

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros o Banco utiliza um swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de uma captação externa, enquanto o BB Investimentos utiliza um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%:

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Perdas dos itens objeto de hedge	(1.090)	(1.090)	(155.010)
Ganhos dos instrumentos de hedge	1.252	1.252	153.943
Efeito líquido	162	162	(1.067)
Ganhos dos itens objeto de hedge	176.150	279.165	--
Perda dos instrumentos de hedge	(174.453)	(277.290)	--
Efeito líquido	1.697	1.875	--

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de termo	232.887	20.812	1.280.205	469.746
Mercado de opções	193.414	--	--	--
Contratos de swaps	753.996	374.126	1.056.926	505.113
Outros derivativos	32.921	4.407	31.033	19.009
Total	1.213.218	399.345	2.368.164	993.868
Passivo				
Operações de termo	(482.991)	(99.147)	(558.119)	(24.836)
Mercado de opções	(1.498)	(29.158)	(274.372)	(11.548)
Contratos de swaps	(540.564)	(649.650)	(1.086.815)	(1.267.553)
Outros derivativos	(64.291)	(3.092)	(48.256)	(17.673)
Total	(1.089.344)	(781.047)	(1.967.562)	(1.321.610)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Swap	247.676	1.323.678	(642.453)
Termo	(201.176)	(1.884.810)	1.696.893
Opções	(145.671)	(163.322)	(104.511)
Futuro	(365.877)	(1.272.037)	440.527
Outros derivativos	(101.317)	(183.121)	(34.269)
Total	(566.365)	(2.179.612)	1.356.187

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos Vinculados

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	63.451.094	60.810.918
Exigibilidade adicional sobre depósitos	13.958.774	14.425.618
Depósitos de poupança	23.919.390	24.116.566
Depósitos à vista	11.443.864	8.018.230
Depósitos a prazo	11.974.996	12.238.303
Recursos de microfinanças	261.744	363.781
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	1.874.492	1.643.753
Outros	17.834	4.667
Sistema Financeiro da Habitação	2.557.791	2.496.198
Fundo de compensação de variações salariais	2.925.091	2.663.942
Provisão para perdas em créditos vinculados	(380.953)	(173.192)
Demais	13.653	5.448
Tesouro Nacional - Crédito Rural	56.868	54.304
Crédito rural - Proagro	247.558	210.965
Provisão para perdas em créditos vinculados	(190.690)	(156.661)
Total	66.065.753	63.361.420
Ativo circulante	66.063.844	63.361.321
Ativo não circulante	1.909	99

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.800.451	5.541.673	4.888.334
Exigibilidade adicional sobre depósitos	951.282	1.893.332	2.156.167
Depósitos de poupança	976.215	1.943.681	1.731.982
Exigibilidade sobre recursos a prazo	872.954	1.704.660	1.000.185
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	167.692	262.385	177.073
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	24.443	46.763	40.058
Desvalorização de Créditos Vinculados	(221.790)	(242.376)	(7.967)
Total	2.770.796	5.608.445	5.097.498

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.12.2016	31.12.2015
Operações de Crédito	599.761.791	660.367.728
Empréstimos e direitos creditórios descontados	214.073.031	250.648.163
Financiamentos	145.770.876	180.849.464
Financiamentos rurais e agroindustriais	185.067.911	178.902.040
Financiamentos imobiliários	54.237.642	49.559.757
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	244	75.013
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	612.087	333.291
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	53.225.445	58.325.100
Operações com cartão de crédito	23.510.421	22.940.041
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	13.714.072	17.582.677
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	14.983.588	16.985.182
Avais e fianças honrados	494.543	397.550
Diversos	522.821	419.650
Operações de Arrendamento Mercantil	604.196	874.835
Total da Carteira de Crédito	653.591.432	719.567.663
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(36.070.120)	(33.577.000)
(Provisão para operações de crédito)	(34.838.451)	(32.489.941)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(1.190.296)	(1.038.013)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(41.373)	(49.046)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	617.521.312	685.990.663

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação. Foram reclassificados, em 31.12.2015, em Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito, os prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, no montante de R\$ 1.718.461 mil.

(4) Inclui o valor de R\$ 10.153 mil em 31.12.2016 (R\$ 8.421 mil em 31.12.2015) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Operações de Crédito	57.024.754	101.471.173	108.435.135
Empréstimos e direitos creditórios descontados	32.691.636	61.688.329	54.488.008
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.400.459	14.595.398	12.179.673
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	3.428.830	6.227.903	7.568.573
Financiamentos imobiliários	3.261.363	5.737.739	4.300.231
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	2.326.761	4.571.415	3.717.186
Financiamentos à exportação	2.145.783	4.468.558	4.239.360
Financiamentos	5.040.015	2.817.982	20.446.020
Financiamentos de moedas estrangeiras	655.669	1.160.868	1.357.157
Avais e fianças honrados	36.708	112.316	53.851
Demais	37.530	90.665	85.076
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	155.494	333.419	421.912
Total	57.180.248	101.804.592	108.857.047

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 84.186 mil no segundo semestre de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 44.149 mil), R\$ 163.028 mil no exercício de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 85.496 mil) e R\$ 66.418 mil no exercício de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 37.499 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 59.895 mil, R\$ 130.970 mil e R\$ 102.410 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Setor Público	74.322.898	11,4	79.036.961	11,0
Administração pública	38.405.221	5,9	41.774.780	5,8
Petroleiro	24.103.485	3,7	24.790.928	3,5
Energia elétrica	9.621.700	1,5	11.142.352	1,6
Serviços	1.018.844	0,2	325.448	--
Demais atividades	1.173.648	0,1	1.003.453	0,1
Setor Privado ⁽¹⁾	579.268.534	88,6	640.530.702	89,0
Pessoa Física	322.781.095	49,4	311.366.311	43,3
Pessoa Jurídica	256.487.439	39,2	329.164.391	45,7
Mineração e metalurgia	31.000.025	4,7	38.377.486	5,3
Agronegócio de origem vegetal	28.655.250	4,4	35.625.466	5,0
Transportes	19.229.779	2,9	23.552.525	3,3
Imobiliário	18.187.443	2,8	20.162.150	2,8
Serviços	16.610.111	2,5	21.583.846	3,0
Automotivo	16.596.819	2,5	25.412.588	3,5
Energia elétrica	15.781.797	2,4	17.950.892	2,5
Agronegócio de origem animal	15.365.491	2,4	14.306.536	2,0
Comércio varejista	12.853.623	2,0	17.872.597	2,5
Combustíveis	12.514.748	1,9	21.594.810	3,0
Atividades específicas da construção	9.178.884	1,4	12.223.985	1,7
Têxtil e confecções	7.699.639	1,2	10.250.211	1,4
Insumos agrícolas	7.499.071	1,1	10.410.596	1,4
Eletroeletrônico	6.587.528	1,0	8.429.919	1,2
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.899.556	0,9	7.112.589	1,0
Químico	5.805.797	0,9	8.038.385	1,1
Papel e celulose	5.674.382	0,9	9.009.701	1,3
Madeireiro e moveleiro	5.134.764	0,8	6.251.811	0,9
Instituições e serviços financeiros	4.690.779	0,7	5.775.570	0,8
Construção pesada	4.158.241	0,6	6.076.581	0,8
Telecomunicações	3.878.719	0,6	4.185.482	0,6
Demais atividades	3.484.993	0,6	4.960.665	0,6
Total	653.591.432	100,0	719.567.663	100,0

(1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2016	31.12.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas											
01 a 30	11.156.169	7.215.563	12.893.744	7.733.161	680.716	637.674	52.654	97.852	111.844	40.579.377	53.744.732
31 a 60	8.691.989	4.279.400	4.715.049	2.531.076	414.136	366.088	34.981	319.114	85.750	21.437.583	26.577.542
61 a 90	7.551.861	3.745.661	3.327.619	1.874.410	250.920	132.704	83.991	174.189	76.443	17.217.798	22.691.437
91 a 180	26.287.389	9.802.246	9.521.530	4.820.785	794.295	1.217.447	121.280	94.236	230.030	52.889.238	67.876.209
181 a 360	42.907.344	10.784.992	24.351.150	8.550.941	1.539.321	765.813	315.844	192.894	407.556	89.815.855	98.952.476
Acima de 360	205.402.129	67.892.694	61.940.674	38.317.250	8.126.413	8.340.208	1.719.073	1.266.888	4.068.476	397.073.805	422.930.993
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	308.912	1.117.495	495.045	229.193	661.335	63.085	35.831	6.292	36.990	2.954.178	1.130.563
Demais ⁽¹⁾	400.601	--	--	--	--	--	--	--	--	400.601	373.113
Subtotal	302.706.394	104.838.051	117.244.811	64.056.816	12.467.136	11.523.019	2.363.654	2.151.465	5.017.089	622.368.435	694.277.065
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	52.774	184.532	95.696	139.924	102.487	127.973	530.868	1.234.254	1.154.552
31 a 60	--	--	33.545	98.263	72.485	83.839	59.538	61.360	274.700	683.730	744.060
61 a 90	--	--	27.929	69.654	56.013	65.083	56.495	47.671	205.658	528.503	520.178
91 a 180	--	--	77.552	205.848	167.935	209.352	160.542	149.583	632.417	1.603.229	1.614.801
181 a 360	--	--	146.549	376.375	318.985	454.362	288.766	284.313	1.111.612	2.980.962	2.743.742
Acima de 360	--	--	820.366	1.470.668	1.227.906	2.644.302	1.588.313	1.408.644	4.431.971	13.592.170	9.768.847
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	10.014	41.766	57.538	46.303	28.458	23.940	92.279	300.298	261.878
15 a 30	--	--	234.204	270.185	63.595	162.511	50.400	62.858	172.679	1.016.432	798.591
31 a 60	--	--	23.643	421.653	114.858	156.883	245.469	149.645	326.979	1.439.130	1.185.605
61 a 90	--	--	206	33.709	279.609	134.661	112.808	98.203	693.296	1.352.492	1.031.905
91 a 180	--	--	227	15.742	57.739	378.958	601.936	544.226	1.310.456	2.909.284	2.827.156
181 a 360	--	--	2	39.533	1.036	63.958	157.028	295.503	2.601.771	3.158.831	2.429.502
Acima de 360	--	--	137	34	783	1.248	6.706	78.149	336.625	423.682	209.781
Subtotal	--	--	1.427.148	3.227.962	2.514.178	4.541.384	3.458.946	3.332.068	12.721.311	31.222.997	25.290.598
Total	302.706.394	104.838.051	118.671.959	67.284.778	14.981.314	16.064.403	5.822.600	5.483.533	17.738.400	653.591.432	719.567.663

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Proceca, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 12.299 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2016				31.12.2015			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽²⁾	Total
AA	--	302.706.394	--	--	--	375.016.460	--	--	--
A	0,5	104.838.051	524.190	25.164	549.354	144.777.671	723.888	145.036	868.924
B	1	118.671.959	1.186.720	256.585	1.443.305	124.924.839	1.249.248	181.690	1.430.938
C	3	67.284.778	2.018.543	1.039.438	3.057.981	25.525.757	765.773	291.326	1.057.099
D	10	14.981.314	1.498.131	213.709	1.711.840	11.032.891	1.103.289	149.499	1.252.788
E	30	16.064.403	4.819.321	146	4.819.467	11.796.903	3.539.071	1.300.232	4.839.303
F	50	5.822.600	2.911.300	--	2.911.300	4.767.971	2.383.986	642.265	3.026.251
G	70	5.483.533	3.838.473	--	3.838.473	3.806.414	2.664.490	518.450	3.182.940
H	100	17.738.400	17.738.400	--	17.738.400	17.918.757	17.918.757	--	17.918.757
Total		653.591.432	34.535.078	1.535.042	36.070.120	719.567.663	30.348.502	3.228.498	33.577.000

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

(2) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo Inicial	36.967.684	33.577.000	25.294.947
Constituição/(reversão)	14.129.793	28.321.460	25.476.117
Provisão mínima requerida	12.594.751	30.014.916	23.653.117
Provisão adicional ⁽¹⁾	--	(3.228.498)	1.823.000
Provisão complementar ⁽²⁾	1.535.042	1.535.042	--
Variação cambial - provisões no exterior	116.099	(75.459)	200.583
Baixas para prejuízo	(15.143.456)	(25.752.881)	(17.394.647)
Saldo Final	36.070.120	36.070.120	33.577.000

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo Inicial	1.593.627	1.287.621	1.041.399
Constituição/(reversão)	332.525	328.295	299.518
Variação cambial - provisões no exterior	3.150	1.391	(16.211)
Baixas para prejuízo/outras ajustes	(362.664)	(50.669)	(37.085)
Saldo Final	1.566.638	1.566.638	1.287.621

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano ⁽¹⁾	269.250	352.475
De 1 a 5 anos	334.612	519.337
Acima de 5 anos	334	3.023
Total a Valor Presente	604.196	874.835

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	155.494	333.419	421.912
Arrendamento financeiro	155.494	333.419	421.912
Despesas de Arrendamento Mercantil	(85.311)	(188.266)	(255.075)
Arrendamento financeiro	(85.225)	(188.055)	(254.685)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(86)	(211)	(390)
Total	70.183	145.153	166.837

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2016	% da Carteira	31.12.2015	% da Carteira
Maior Devedor	24.759.930	3,8	25.120.839	3,5
10 Maiores devedores	82.224.321	12,6	92.471.599	12,9
20 Maiores devedores	109.099.432	16,7	122.894.723	17,1
50 Maiores devedores	146.075.455	22,3	168.071.302	23,4
100 Maiores devedores	170.529.116	26,1	197.567.210	27,5

k) Créditos Renegociados

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	19.146.516	40.882.458	47.028.040
Renegociados por atraso ⁽²⁾	6.631.073	15.268.685	15.125.821
Renovados ⁽³⁾	12.515.443	25.613.773	31.902.219
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso			
Saldo Inicial	25.049.740	19.652.990	9.030.112
Contratações ⁽²⁾	6.631.073	15.268.685	15.125.821
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.856.769)	(3.283.983)	(1.994.263)
Baixas para prejuízo	(2.737.820)	(4.551.468)	(2.508.680)
Saldo Final ⁽⁴⁾	27.086.224	27.086.224	19.652.990
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		11.925.112	8.585.067
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		44,0%	43,7%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		7.375.489	3.171.173
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		27,2%	16,1%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 90.278 mil (R\$ 116.986 mil em 31.12.2015) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 6.915.256 mil (R\$ 5.233.849 mil em 31.12.2015) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	118.745.942	144.106.823
Garantias prestadas ⁽¹⁾	6.445.216	9.730.748
Créditos de exportação confirmados	218.348	3.498.059
Créditos abertos para importação contratados	229.143	1.239.989
Recursos vinculados	4.523.775	2.772.443
Valores garantidos por depósitos vinculados	4.439.602	2.723.589

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 442.300 mil (R\$ 541.312 mil em 31.12.2015), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		770.150	66.504
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005 e 01/2016	762.601	6
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	7.549	66.498
Financiamentos		2.800.917	3.167.671
Proger Urbano Investimento	18/2005	2.302.862	2.682.793
FAT Taxista	02/2009	352.767	306.224
FAT Turismo - Investimento	01/2012	100.930	138.424
Proger Exportação	27/2005	44.292	40.203
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	66	27
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		66.570	117.358
Pronaf Investimento	05/2005	55.267	95.907
Proger Rural Investimento	13/2005	8.490	13.865
Pronaf Custeio	04/2005	2.298	2.709
Proger Rural Custeio	02/2006	454	887
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	61	3.990
Total		3.637.637	3.351.533

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	16.896.594	20.789.338
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	40.232	48.204
Direitos sobre vendas de câmbio	20.428.130	11.730.483
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(20.178.005)	(11.378.722)
Valores em moedas estrangeiras a receber	887	1.805
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	283.707	229.014
Total	17.471.545	21.420.122
Ativo circulante	17.188.751	19.847.057
Ativo não circulante	282.794	1.573.065
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	18.739.249	14.025.881
(Importação financiada)	(4.561)	(11.721)
Obrigações por compras de câmbio	17.513.179	18.491.690
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(13.115.132)	(16.993.015)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	54.017	72.204
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	14.537	14.901
Total	23.201.289	15.599.940
Passivo circulante	17.879.212	13.737.534
Passivo não circulante	5.322.077	1.862.406
Carteira de Câmbio Líquida	(5.729.744)	5.820.182
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	270.106	1.293.982
Créditos de exportação confirmados	218.348	3.498.059

b) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de câmbio	5.483.467	15.682.264	18.705.053
Despesas de câmbio	(5.125.107)	(13.777.002)	(15.974.180)
Resultado de Operações de Câmbio	358.360	1.905.262	2.730.873

12 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	31.12.2016	31.12.2015
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	377.698	333.908
Outros	541	696
Total	378.239	334.604

b) Diversos

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	42.883.504	39.995.482
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	33.121.209	27.359.764
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	23.510.421	22.940.041
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	17.431.080	16.399.235
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	14.983.588	16.985.182
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.813.584	8.046.349
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.562.010	9.079.921
Títulos e créditos a receber - outros	6.268.085	3.679.591
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	3.418.200	3.384.982
Devedores diversos - país	2.779.446	2.313.728
Adiantamentos e antecipações salariais	1.732.680	286.804
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	1.482.045	1.511.529
Aquisição de recebíveis	958.678	3.862.570
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	940.330	1.021.565
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	854.546	1.498.881
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	661.559	996.876
Devedores diversos - exterior	238.213	191.166
Ativos atuariais (Nota 26.e)	151.828	169.474
Devedores por depósitos em garantia - outros	74.103	60.013
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	22.583	1.093.351
Devedores por compra de valores e bens	12.674	41.142
Outros	324.871	511.769
Total	174.225.237	161.429.415
Ativo circulante	107.887.734	100.389.034
Ativo não circulante	66.337.503	61.040.381

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FNDE, FDA e FDCO).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2016	31.12.2015
Bens Não de Uso Próprio	277.417	271.143
Bens em regime especial	172.116	166.729
Imóveis	41.849	50.104
Imóveis habitacionais	40.125	13.605
Máquinas e equipamentos	3.138	3.693
Veículos e afins	508	516
Outros	19.681	36.496
Material em Estoque	61.885	61.390
Subtotal	339.302	332.533
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(137.564)	(120.940)
Despesas Antecipadas	269.633	285.034
Despesas de pessoal - programa de alimentação	171.218	162.348
Dependências externas	74.787	84.229
Prêmios de seguros a apropriar	14.323	14.172
Aluguéis	5.718	5.810
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	355	11.953
Despesas tributárias	31	27
Outros	3.201	6.495
Total	471.371	496.627
Ativo circulante	454.562	480.840
Ativo não circulante	16.809	15.787

(1) O BB Consolidado reconheceu, no exercício/2016, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 14.525 mil (reversão de provisão no valor de R\$ 7.209 mil no exercício/2015).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 - INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2016	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2015	Movimentações - Exercício/2016			Saldo contábil 31.12.2016	Resultado de equivalência Exercício/2015
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência		
No País							15.100.387	(2.684.167)	(80.849)	4.295.701	16.631.072	4.365.890
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	7.826.980	8.527.500	425.814	43.114.693	9.581.043	50,00%	3.828.153	(79.167)	242.271	221.713	4.212.970	280.493
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.182.681	567.124	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.631.654	(143.782)	(3.205)	170.137	3.654.804	133.124
Cielo S.A. ⁽⁴⁾	3.500.000	9.078.088	3.887.036	648.600	--	28,70%	1.834.175	(215.676)	(141.124)	1.127.599	2.604.974	950.780
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2.050.198	2.901.749	1.853.046	1.039.908	2.079.400	74,99%	1.978.221	(1.139.848)	24.522	1.275.741	2.138.636	1.260.362
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.968.380	3.508.567	480.184	369.163	384.231	50,00%	1.657.372	--	9.006	119.717	1.786.095	215.470
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.193.539	2.400.224	1.009.043	572	1.145	75,00%	1.790.343	(659.775)	(111.932)	756.732	1.775.368	867.683
Neoenergia S.A.	4.739.025	9.762.760	380.332	701.327	--	11,99%	1.168.345	(32.954)	--	19.508	1.154.899	71.057
Elo Participações S.A.	800.227	1.752.655	330.296	372	--	49,99%	747.076	(46.901)	10.862	165.115	876.152	233.989
IRB Brasil Resseguros S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.453.080	3.326.361	848.021	63.727	--	20,51%	659.379	(99.224)	(29.979)	148.118	678.294	119.480
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	231.264	451.092	439.195	107.989	107.989	66,66%	294.480	(266.268)	(20.282)	292.768	300.698	240.282
Outras Participações							181.360	(572)	(694)	(1.447)	178.647	(6.830)
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							707.512	--	(177.290)	--	530.222	--
Resultado não realizado ⁽⁶⁾							(3.377.683)	--	116.996	--	(3.260.687)	--
No Exterior							180.830	--	(108.020)	(153)	72.657	1.676
Outras participações no exterior							--	--	153	(153)	--	1.676
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							180.830	--	(108.173)	--	72.657	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas							15.281.217	(2.684.167)	(188.869)	4.295.548	16.703.729	4.367.566
(Provisão para perdas)							(9.018)	--	--	(2.195)	(11.213)	--

(1) Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e à variação cambial sobre investimentos no exterior.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,09%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Nota 2.b).

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balço Patrimonial	31.12.2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	201.198.875	103.011.830	12.721.902	14.222.113	13.246.982	12.049.304	24.039.386	31.649.490	412.139.882
Disponibilidades	12	183.569	818	24.700	154.151	238	30.303	245.136	638.927
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	17.116.281	1.142.792	--	--	--	603.916	640.809	19.503.798
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	199.144.914	31.165.043	--	7.111.850	4.528.605	265.076	8.684.767	17.420.032	268.320.287
Operações de Crédito	--	40.747.426	--	--	--	--	--	226.010	40.973.436
Outros créditos e outros valores e bens	1.841.757	13.005.442	712.383	6.666.868	8.150.479	489.832	4.240.064	10.398.541	45.505.366
Permanente	212.192	794.069	10.865.909	418.695	413.747	11.294.158	10.480.336	2.718.962	37.198.068
Passivo Total	198.798.651	94.484.330	539.221	11.320.364	9.738.415	2.286.544	14.961.298	23.929.192	356.058.015
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	70.069.511	--	--	--	981.528	9.478.071	191.369	80.720.479
Outras Obrigações	198.798.651	24.414.819	539.221	11.320.364	9.738.415	1.305.016	5.483.227	23.737.823	275.337.536
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	197.533.558	--	--	8.315.330	7.291.486	--	--	18.718.610	231.858.984
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	4.876.634	--	--	--	--	--	--	4.876.634
Demais	1.265.093	19.538.185	539.221	3.005.034	2.446.929	1.305.016	5.483.227	5.019.213	38.601.918
Patrimônio Líquido	2.400.224	8.527.500	12.182.681	2.901.749	3.508.567	9.762.760	9.078.088	7.720.298	56.081.867
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,70%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.800.048	4.263.750	3.654.804	2.176.022	1.754.284	1.170.272	2.605.602	2.410.699	19.835.481
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	61.132	--	--	--	--	427.763	115.545	602.879
Outros valores ⁽¹⁾	(24.681)	(50.780)	--	(37.386)	31.811	(15.373)	(628)	(3.637.594)	(3.734.631)
Saldo do investimento	1.773.806	4.274.102	3.654.804	2.138.636	1.786.095	1.154.899	3.032.737	(1.111.350)	16.703.729

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	Exercício/2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	508.568	2.516.966	--	781.222	851.444	--	--	1.612.795	6.270.995
Receitas de prestação de serviços	1.957.380	496.866	2.794.186	--	8.125	--	8.192.123	1.156.401	14.605.081
Outras despesas administrativas	(230.996)	(1.207.848)	(1.028.907)	(210.499)	(485.652)	(20.137)	(913.426)	(646.020)	(4.743.485)
Outras receitas/despesas operacionais	(524.446)	(981.001)	(905.981)	2.314.836	271.769	403.369	(1.712.794)	241.104	(893.144)
Resultado não operacional	(709)	1.626	--	4.063	7.107	4.135	(24.661)	36.239	27.800
Resultado antes da tributação	1.709.797	826.609	859.298	2.889.622	652.793	387.367	5.541.242	2.400.519	15.267.247
Tributação sobre o lucro e participações	(700.754)	(400.795)	(292.174)	(1.036.576)	(172.609)	(7.035)	(1.654.206)	(750.876)	(5.015.025)
Lucro Líquido	1.009.043	425.814	567.124	1.853.046	480.184	380.332	3.887.036	1.649.643	10.252.222
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,70%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	756.732	212.907	170.137	1.389.599	240.092	45.591	1.115.661	658.464	4.589.183
Outros valores ⁽¹⁾	--	8.806	--	(113.858)	(120.375)	(26.083)	11.938	(54.063)	(293.635)
Resultado de equivalência patrimonial	756.732	221.713	170.137	1.275.741	119.717	19.508	1.127.599	604.401	4.295.548

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balanco Patrimonial	31.12.2015								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Brasilcap Capitalização S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	IRB – Brasil Resseguros S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	151.373.655	110.379.915	13.818.200	14.144.637	15.124.957	14.441.038	24.251.378	15.328.868	358.862.648
Disponibilidades	14	179.915	817	122.338	169.502	13.894	34.519	3.653	524.652
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	17.186.642	--	--	--	577.447	9.467	--	17.773.556
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	149.739.705	32.974.008	12.907.255	6.492.107	4.385.502	5.620.654	279.579	377.515	212.776.325
Operações de Crédito	--	44.329.680	--	--	--	--	--	--	44.329.680
Outros créditos e outros valores e bens	1.436.501	14.947.330	902.287	7.195.294	10.114.638	7.933.277	13.272.436	1.657.438	57.459.201
Permanente	197.435	762.340	7.841	334.898	455.315	295.766	10.655.377	13.290.262	25.999.234
Passivo Total	148.950.418	102.768.172	13.376.436	11.506.835	11.809.306	11.227.797	17.872.593	2.997.946	320.509.503
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	--	37.005.799	--	--	--	--	--	3.407	37.009.206
Outras Obrigações	148.950.418	65.762.373	13.376.436	11.506.835	11.809.306	11.227.797	17.872.593	2.994.539	283.500.297
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	148.246.754	--	12.354.368	8.210.249	8.220.696	9.055.437	--	--	186.087.504
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	6.045.936	--	--	--	--	--	--	6.045.936
Demais	703.664	59.716.437	1.022.068	3.296.586	3.588.610	2.172.360	17.872.593	2.994.539	91.366.857
Patrimônio Líquido	2.423.237	7.611.743	441.764	2.637.802	3.315.651	3.213.241	6.378.785	12.330.922	38.353.145
% de Participação	75,00%	50,00%	66,66%	74,99%	50,00%	20,43%	28,72%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.817.428	3.805.872	294.480	1.978.088	1.657.826	656.308	1.831.987	8.140.618	20.182.607
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	121.597	34.187	--	--	17.856	535.433	180.830	888.342
Outros valores ⁽¹⁾	(27.085)	22.281	--	132	(453)	3.071	2.188	(5.789.866)	(5.789.732)
Saldo do investimento	1.788.782	3.949.750	328.667	1.978.220	1.657.373	677.235	2.369.608	2.531.582	15.281.217

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	Exercício/2015								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Brasilcap Capitalização S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	IRB – Brasil Resseguros S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	538.510	3.003.572	453.896	766.529	850.542	840.916	--	--	6.453.965
Receitas de prestação de serviços	1.555.048	442.404	--	--	9.513	--	7.717.078	3.653.340	13.377.383
Outras despesas administrativas	(212.899)	(1.177.176)	(57.158)	(235.682)	(482.298)	(107.756)	(524.860)	(1.916.572)	(4.714.401)
Outras receitas/despesas operacionais	80.068	(2.502.485)	235.503	2.117.314	478.857	279.556	(2.503.203)	(113.922)	(1.928.312)
Resultado não operacional	21	(28.752)	415	296	459	43.916	(37.092)	(4.024)	(24.761)
Resultado antes da tributação	1.960.748	(262.437)	632.656	2.648.457	857.073	1.056.632	4.651.923	1.618.822	13.163.874
Tributação sobre o lucro e participações	(805.282)	744.156	(253.841)	(880.247)	(259.634)	(298.196)	(1.230.759)	(211.880)	(3.195.683)
Lucro Líquido	1.155.466	481.719	378.815	1.768.210	597.439	758.436	3.421.164	1.406.942	9.968.191
% de Participação	75,00%	50,00%	66,66%	74,99%	50,00%	20,43%	28,72%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	866.600	240.860	252.518	1.325.981	298.720	154.948	982.558	516.000	4.638.184
Outros valores ⁽¹⁾	1.083	39.633	(12.236)	(65.619)	(83.250)	(35.468)	(31.778)	(82.984)	(270.619)
Resultado de equivalência patrimonial	867.683	280.493	240.282	1.260.362	215.470	119.480	950.780	433.016	4.367.566

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	31.12.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	38.462	35.189
Títulos patrimoniais	57	58
Ações e cotas	48.930	89.346
Outros investimentos	4.038	7.625
Outras participações no exterior	78.911	93.082
Total ⁽¹⁾	170.398	225.300
(Provisão para perdas)	(7.908)	(45.251)

(1) Inclui o montante de R\$ 4.797 mil (R\$ 9.090 mil em 31.12.2015) relativo à Imparidade Acumulada.

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo Inicial	741.072	889.903	1.077.869
Amortizações ⁽¹⁾	(101.593)	(205.341)	(204.052)
Variação cambial ⁽²⁾	(2.832)	(47.915)	16.086
Perda por imparidade ⁽³⁾	(32.207)	(32.207)	--
Saldo Final	604.440	604.440	889.903

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre os ágios do Banco do Brasil Americas e do Banco Patagonia.

(3) Incidente sobre o ágio do Banco do Brasil Americas.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2017	2018	2019	Após 2020	Total
Banco do Brasil	79.577	18.795	19.170	16.247	133.789
Banco Votorantim	61.132	--	--	--	61.132
Banco Patagonia	18.445	18.795	19.170	16.247	72.657
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(35.810)	(8.458)	(8.627)	(7.311)	(60.206)
Total Líquido	43.767	10.337	10.543	8.936	73.583
Outras Participações					
BB-BI	123.517	141.696	162.550	--	427.763
Cielo	123.517	141.696	162.550	--	427.763
BB Seguros	16.564	11.040	10.028	5.256	42.888
Brasilcap	8.593	8.780	7.659	--	25.032
IRB-Brasil Resseguros S.A.	7.971	2.260	2.369	5.256	17.856
BB Consolidado	219.658	171.531	191.748	21.503	604.440
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(97.024)	(75.975)	(85.184)	(9.098)	(267.281)
Total Líquido	122.634	95.556	106.564	12.405	337.159

(1) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	4,2%	14,2%
Banco do Brasil Americas	2,0%	8,6%
Banco Patagonia	19,0%	27,7%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

Com exceção do Banco do Brasil Americas, de acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
BB Seguridade (BBSE3)	R\$ 29,88
Cielo (CIEL3)	R\$ 32,51

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2016.

Em 2016, foi reconhecida provisão para perda por imparidade sobre o ágio pela aquisição do Banco do Brasil Americas (Nota 14.d), no valor de R\$ 32.207 mil, motivada principalmente pela revisão anual das projeções financeiras, as quais subsidiaram o cálculo do valor em uso da empresa.

Em 2015, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2015	Exercício/2016			31.12.2016			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.867.155	11.215	(359.377)	(7.804)	7.540.885	(4.012.361)	(17.335)	3.511.189
Móveis e equipamentos de uso	1.488.760	405.951	(259.277)	(100)	3.692.632	(2.057.173)	(125)	1.635.334
Sistemas de processamento de dados	1.186.740	355.254	(433.570)	--	3.909.978	(2.801.554)	--	1.108.424
Imobilizações em curso	102.952	538.193	--	--	641.145	--	--	641.145
Terrenos	197.476	1.430	--	--	198.906	--	--	198.906
Instalações	207.947	573	(33.962)	--	986.452	(811.894)	--	174.558
Sistemas de segurança	162.518	32.165	(29.066)	--	418.522	(252.905)	--	165.617
Sistemas de comunicação	100.085	32.186	(19.076)	--	287.815	(174.620)	--	113.195
Sistemas de transporte	7.652	1.147	(1.407)	--	15.203	(7.811)	--	7.392
Móveis e equipamentos em estoque	1.749	(31)	--	--	1.718	--	--	1.718
Total	7.323.034	1.378.083	(1.135.735)	(7.904)	17.693.256	(10.118.318)	(17.460)	7.557.478

16 - INTANGÍVEL
a) Movimentação e Composição

	31.12.2015	Exercício/2016				31.12.2016			
	Saldo contábil	Aquisições	Varição Cambial	Baixas	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	5.301.265	2.634.019	--	(505.833)	(1.833.012)	10.579.000	(4.932.821)	(49.740)	5.596.439
Softwares	1.709.152	435.079	(36.265)	(37.406)	(231.346)	3.551.865	(1.712.651)	--	1.839.214
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	1.907.615	--	--	--	(900.156)	4.961.028	(3.953.569)	--	1.007.459
Outros ativos intangíveis	392.840	23.664	--	--	(144.356)	560.044	(287.896)	--	272.148
Total	9.310.872	3.092.762	(36.265)	(543.239)	(3.108.870)	19.651.937	(10.886.937)	(49.740)	8.715.260

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro de 2009.

b) Estimativa de Amortização

	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Valores a amortizar	3.041.974	1.868.459	1.340.533	895.184	1.569.110	8.715.260

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2016 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2017 e projeções internas de resultado de 2018 a 2021.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ^{(1) (2)}	2,7%	14,6%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos exercícios de 2016 e 2015, não houve perda por imparidade sobre o ágio da sociedade incorporada.

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à Vista	69.349.186	66.549.760
Pessoas físicas	33.991.206	31.156.677
Pessoas jurídicas	22.205.568	23.101.575
Vinculados	7.546.026	5.648.623
Governos	2.622.497	1.808.898
Empresas ligadas	875.450	2.306.081
Moedas estrangeiras	691.111	774.883
Instituições do sistema financeiro	568.135	617.029
Especiais do Tesouro Nacional	349.606	268.841
Domiciliados no exterior	70.856	75.041
Outros	428.731	792.112
Depósitos de Poupança	151.763.344	151.845.281
Pessoas físicas	143.469.320	142.195.252
Pessoas jurídicas	7.964.554	9.302.317
Empresas ligadas	313.852	332.789
Instituições do sistema financeiro	15.618	14.923
Depósitos Interfinanceiros	20.664.801	41.482.547
Depósitos a Prazo	204.150.246	204.542.130
Judiciais	121.969.028	113.652.254
Moeda nacional	52.691.661	58.101.859
Moedas estrangeiras	22.475.927	27.256.485
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	5.187.817	4.102.449
Funproger (Nota 17.f)	324.120	263.488
Outros	1.501.693	1.165.595
Outros Depósitos	53.111	--
Total	445.980.688	464.419.718
Passivo circulante	394.668.312	406.119.891
Passivo não circulante	51.312.376	58.299.827

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	129.088.437	19.370.004	7.217.217	20.617.072	27.857.516	204.150.246	204.542.130
Depósitos de poupança	151.763.344	--	--	--	--	151.763.344	151.845.281
Depósitos à vista	69.349.186	--	--	--	--	69.349.186	66.549.760
Depósitos interfinanceiros	--	7.943.879	9.883.134	692.507	2.145.281	20.664.801	41.482.547
Outros depósitos	53.111	--	--	--	--	53.111	--
Total	350.254.078	27.313.883	17.100.351	21.309.579	30.002.797	445.980.688	464.419.718

(1) Inclui o valor de R\$ 51.067.563 mil (R\$ 56.772.137 mil em 31.12.2015), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2016	31.12.2015
Carteira Própria	59.207.850	68.880.140
Letras Financeiras do Tesouro	32.718.983	14.615.322
Títulos privados	25.591.345	52.141.995
Títulos no exterior	897.522	2.122.823
Carteira de Terceiros	315.426.182	264.641.508
Letras Financeiras do Tesouro	219.552.794	399.993
Notas do Tesouro Nacional	50.163.996	146.413.188
Letras do Tesouro Nacional	45.709.377	117.828.280
Títulos no exterior	15	47
Total	374.634.032	333.521.648
Passivo circulante	358.409.319	294.973.701
Passivo não circulante	16.224.713	38.547.947

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Captações com Depósitos	(21.524.802)	(39.467.571)	(33.100.020)
Depósitos judiciais	(6.280.245)	(12.166.575)	(11.803.840)
Depósitos de poupança	(6.089.526)	(12.089.954)	(11.318.496)
Depósitos a prazo	(4.225.528)	(8.457.276)	(9.161.340)
Depósitos interfinanceiros	(4.929.503)	(6.753.766)	(816.344)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(26.465.245)	(48.729.462)	(41.656.690)
Carteira de terceiros	(23.063.286)	(41.986.978)	(35.480.009)
Carteira própria	(3.401.959)	(6.742.484)	(6.176.681)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(10.801.778)	(22.125.232)	(20.564.044)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(7.673.387)	(15.487.657)	(14.151.742)
Letras financeiras	(1.974.160)	(3.946.905)	(3.493.054)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(883.937)	(1.835.259)	(1.809.911)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(270.294)	(855.411)	(1.109.337)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(278.619)	(552.964)	(598.974)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾	(946.852)	(1.920.157)	(2.245.245)
Outras	(370.146)	(747.271)	(740.408)
Total	(60.387.442)	(113.542.657)	(98.905.381)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2016			31.12.2015		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				13.409	57.761	71.170	55.004	98.318	153.322
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	127	1.440	1.567	181	1.841	2.022
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	12.187	51.238	63.425	53.075	88.252	141.327
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	57	246	303	104	485	589
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	1.038	4.837	5.875	1.644	7.740	9.384
Proger Urbano				1.531.783	2.914.158	4.445.941	753.477	2.523.289	3.276.766
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	481.056	2.150.447	2.631.503	753.477	2.523.289	3.276.766
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	1.050.727	763.711	1.814.438	--	--	--
Outros				182.140	488.566	670.706	132.916	539.445	672.361
Exportação	27/2005	RA	11/2005	15.768	41.379	57.147	804	37.352	38.156
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	149.178	348.576	497.754	82.299	304.362	386.661
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	15.777	97.990	113.767	5.409	137.240	142.649
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	1.417	621	2.038	44.404	60.491	104.895
Total				1.727.332	3.460.485	5.187.817	941.397	3.161.052	4.102.449

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.ºs 439/2005 e 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2016 é de R\$ 324.120 mil (R\$ 263.488 mil em 31.12.2015).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil						162.208.660	184.927.920
Programa "Global Medium - Term Notes"						6.421.430	11.065.431
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	364.455	338.300
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.669.293	1.994.618
	EUR	750.000	4,50%	2011	2016	--	3.321.757
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	3.496.582	4.321.203
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	891.100	1.089.553
						7.561.835	9.075.400
"Senior Notes"							
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	1.656.809	1.981.340
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	5.905.026	7.094.060
						63.632	168.518
Notas Estruturadas							
	EUR	18.400	2,23% a 3,55%		2021	63.632	--
	USD	37.458	0,64% a 3,55%		2016	--	168.518
Certificados de Depósitos⁽²⁾						3.388.669	9.556.835
Curto prazo			0,55% a 4,60%			3.169.956	9.003.872
Longo prazo			2,76% a 4,60%		2020	218.713	552.963
Certificados de Operações Estruturadas						102.312	11.324
Longo prazo					2020	102.312	11.324
Letras de Crédito Imobiliário						17.073.622	18.121.444
Curto Prazo						39.344	3.050.382
Longo Prazo ⁽³⁾					2020	17.034.278	15.071.062
Letras de Crédito do Agronegócio						124.965.334	134.822.921
Curto prazo						62.584.051	28.076.833
Longo prazo ⁽³⁾					2020	62.381.283	106.746.088
Letras Financeiras						2.631.826	2.106.047
Longo prazo ⁽³⁾			102,00% a 104,00% DI		2018	2.631.826	2.106.047
Banco Patagonia⁽⁴⁾						325.553	329.399
Curto prazo	ARS					247.691	147.662
Longo prazo	ARS				2019	77.862	181.737
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior⁽⁵⁾						2.801.840	3.447.244
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽⁵⁾	USD	36.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	117.580	234.799
Notas estruturadas ⁽⁵⁾							
	USD	500.000	Libor 6m+2,50%	2014/2015	2034	1.639.455	1.961.854
	USD	320.000	Libor 6m+3,25%	2015	2030	1.044.805	1.250.591
Valor Eliminado na Consolidação⁽⁶⁾						(169.700)	(143.071)
Total						165.166.353	188.561.492
Passivo circulante						68.052.214	43.600.506
Passivo não circulante						97.114.139	144.960.986

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, AUD, SGD, GBP e RMB.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.440 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 23,95% a.a. a 26,40% a.a. e Badlar+300 ptos. a Badlar+425 ptos.

(5) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs. A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de *default* do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(6) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
No País	--	--	--	--	--	38.494
Tomados pelas empresas não financeiras	--	--	--	--	--	38.494
No Exterior	6.699.119	11.297.975	1.921.880	490.374	20.409.348	29.616.866
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.671.462	11.262.020	1.921.880	490.374	20.345.736	29.540.426
Importação	27.657	35.955	--	--	63.612	76.440
Total	6.699.119	11.297.975	1.921.880	490.374	20.409.348	29.655.360
Passivo circulante					17.997.094	22.214.249
Passivo não circulante					2.412.254	7.441.111

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional - Crédito Rural		149.248	178.145
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 5,50% a.a. (se aplicado)	30.766	59.603
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	98.243	93.175
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	16.096	23.136
Outros		4.143	2.231
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 3,72% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	32.086.856	37.981.403
Caixa Econômica Federal	Pré 5,25% a.a. (média)	23.758.043	19.690.627
Finame	Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,08% a.a.	24.765.860	29.981.346
Outras Instituições Oficiais		2.322.686	2.233.887
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.a)		1.874.492	1.643.753
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. (se aplicado)	448.167	590.106
Outros		27	28
Total		83.082.693	90.065.408
Passivo circulante		39.463.427	39.015.494
Passivo não circulante		43.619.266	51.049.914

Do Exterior

	31.12.2016	31.12.2015
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	--	9.821
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	477	477
Total	477	10.298
Passivo circulante	95	9.916
Passivo não circulante	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Obrigações por Empréstimos ⁽¹⁾	(482.371)	6.122.612	(14.172.455)
Despesas de Obrigações por Repasses	(3.069.670)	(97.223)	(14.657.020)
Do exterior ⁽¹⁾	(594.033)	4.801.094	(9.560.675)
BNDES	(1.265.501)	(2.563.843)	(3.065.631)
Caixa Econômica Federal	(818.224)	(1.544.247)	(1.180.820)
Finame	(268.662)	(560.219)	(651.470)
Tesouro Nacional	(53.551)	(103.273)	(103.594)
Outras	(69.699)	(126.735)	(94.830)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	(172.908)	3.317.749	(6.273.188)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ⁽¹⁾	(531.192)	275.171	(2.717.339)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	274	(2.539.955)	3.502.745
Total	(4.255.867)	7.078.354	(34.317.257)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações legais (Nota 27.h)	15.441.581	14.076.071
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.472.488	1.048.359
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	2.088.502	2.298.292
Impostos e contribuições a recolher	1.412.098	1.392.468
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	481.286	556.313
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1)	276.015	245.695
Outras	316.854	316.960
Total	25.488.824	19.934.158
Passivo circulante	24.755.372	19.149.334
Passivo não circulante	733.452	784.824

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.12.2016	31.12.2015
Marinha Mercante	8.190.785	8.988.221
Pasep ⁽¹⁾	2.632.348	2.728.783
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.070.560	1.987.918
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	893.803	285.128
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	761.340	736.035
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	64.926	70.327
Outros	176.763	206.112
Total	14.790.525	15.002.524
Passivo circulante	9.055.620	10.021.062
Passivo não circulante	5.734.905	4.981.462

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						25.237.153	22.994.912
Recursos aplicados ⁽¹⁾						22.219.924	22.067.675
Recursos disponíveis ⁽²⁾						3.017.229	927.237
Dívidas Subordinadas no Exterior						9.668.175	11.568.774
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.197.183	2.630.575
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	4.977.616	5.953.739
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.493.376	2.984.460
Letras Financeiras Subordinadas						27.100.626	25.387.942
		1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016	--	1.852.172
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	3.918.702	3.387.610
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	8.120.026	7.152.153
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	367.374	317.168
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	7.561.372	6.536.599
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	258.947	224.433
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	526.593	453.485
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	234.894	202.528
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.208.470	1.899.302
		2.273.806	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	3.309.117	2.847.744
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	595.131	514.748
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						62.005.954	59.951.628
Valores eliminados na consolidação						(30.203)	(16.063)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽³⁾⁽⁴⁾						61.975.751	59.935.565
Passivo circulante						4.158.742	1.845.639
Passivo não circulante						57.817.009	58.089.926

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 40.181.808 mil (R\$ 39.839.840 mil em 31.12.2015) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(4) Inclui o montante de R\$ 6.874.205 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2016	31.12.2015
Bônus Perpétuos						
	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	4.954.884	5.939.561
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.731.512	6.632.211
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.539.293	7.878.240
	R\$	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.175.552	8.355.877
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.065.637	8.541.012
Total Banco do Brasil					31.466.878	37.346.901
Valores eliminados na consolidação					(1.252)	(4.898)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					23.365.626	29.242.003
Passivo circulante					279.308	121.313
Passivo não circulante					23.086.318	29.120.690

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014 a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 22.565.112 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.036.585 mil em 31.12.2015), sendo o montante de R\$ 17.840.287 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 1.498.500 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil (*outstanding value* USD 650.000 mil) e USD 750.000 mil (*outstanding value* USD 748.727 mil), respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	31.12.2016	31.12.2015
Operações com cartão de crédito/débito	21.471.614	20.727.736
Passivos atuariais (Nota 26.e)	12.527.486	9.513.475
Credores diversos no país	8.196.248	7.429.931
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	6.897.180	7.150.581
Provisões para pagamentos a efetuar	6.181.130	5.251.114
Recursos vinculados a operações de crédito	4.523.775	2.772.443
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	2.508.268	2.169.106
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.815.374	1.276.864
Obrigações por convênios oficiais	1.217.719	1.072.568
Credores diversos no exterior	864.820	1.097.487
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	637.623	772.616
Obrigações por operações vinculadas a cessão	612.132	333.298
Obrigações por aquisição de bens e direitos	470.607	584.440
Provisões para garantias prestadas	442.300	541.312
Credores por recursos a liberar	434.927	623.633
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	159.601	288.542
Obrigações por cotas de fundos de investimento	97.049	60.734
Coobrigações em cessões de crédito	729	1.000
Outras	300.799	99.246
Total	69.359.381	61.766.126
Passivo circulante	64.232.499	48.561.791
Passivo não circulante	5.126.882	13.204.335

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Conta corrente	3.259.619	6.228.719	5.224.460
Administração de fundos	1.979.702	3.859.863	3.513.402
Comissões de seguros, previdência e capitalização	1.590.582	3.122.857	2.915.449
Operações de crédito e garantias prestadas	880.066	1.684.333	1.717.916
Cobrança	838.567	1.678.767	1.698.521
Rendas de cartões	708.831	1.372.027	1.806.156
Arrecadações	528.893	1.046.273	1.045.148
Interbancária	420.505	845.788	775.387
Rendas do mercado de capitais	338.997	622.914	487.988
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	312.203	594.010	468.008
Taxas de administração de consórcios	305.723	543.725	427.034
Serviços fiduciários	275.575	538.027	490.659
Prestados a ligadas	111.095	220.808	218.316
De controladas não financeiras	11.584	24.705	38.225
Outros serviços	821.218	1.621.105	1.533.950
Total	12.383.160	24.003.921	22.360.619

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Proventos	(5.617.128)	(10.554.857)	(9.666.030)
Provisões administrativas de pessoal	(2.548.351)	(3.985.886)	(3.103.802)
Encargos sociais	(1.754.768)	(3.352.817)	(3.358.161)
Benefícios	(1.457.532)	(2.789.175)	(2.574.157)
Demandas trabalhistas	(480.194)	(1.247.273)	(1.193.041)
Previdência complementar	(454.219)	(841.703)	(753.549)
Treinamento	(36.764)	(65.109)	(67.711)
Honorários de diretores e conselheiros	(24.811)	(49.177)	(45.720)
Total	(12.373.767)	(22.885.997)	(20.762.171)

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Amortização	(1.646.731)	(3.323.477)	(3.277.255)
Serviços de terceiros	(718.612)	(1.469.457)	(1.579.014)
Aluguéis	(762.254)	(1.442.485)	(1.307.502)
Serviços de vigilância e segurança	(675.145)	(1.237.307)	(1.118.821)
Comunicações	(590.984)	(1.170.401)	(1.182.062)
Depreciação	(573.742)	(1.135.735)	(1.105.032)
Transporte	(586.025)	(1.133.525)	(1.184.132)
Processamento de dados	(450.835)	(844.887)	(738.378)
Serviços do sistema financeiro	(393.891)	(787.540)	(722.374)
Manutenção e conservação de bens	(357.575)	(685.982)	(712.645)
Água, energia e gás	(238.068)	(533.725)	(513.384)
Serviços técnicos especializados	(267.917)	(463.434)	(373.656)
Propaganda e publicidade	(193.137)	(319.110)	(379.666)
Promoções e relações públicas	(126.685)	(247.277)	(259.680)
Material	(59.163)	(118.161)	(125.049)
Viagem no país	(32.874)	(73.062)	(114.617)
Outras	(387.649)	(676.506)	(721.127)
Total	(8.061.287)	(15.662.071)	(15.414.394)

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização de depósitos em garantia	1.652.996	3.090.284	2.630.805
Recuperação de encargos e despesas	710.593	1.390.631	1.302.128
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	368.156	1.057.658	1.355.063
Rendas de títulos e créditos a receber	580.865	1.030.888	898.446
Operações com cartões	364.848	794.678	1.006.157
Receitas das empresas controladas não financeiras	165.551	323.064	258.164
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	168.876	247.918	195.202
Recuperação de parcela dos títulos de dívida	--	196.523	431.964
Atualização de impostos a compensar	27.029	95.490	79.293
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	23.733	69.832	341.001
Royalties e participações especiais	7.767	46.869	169.394
Dividendos recebidos	3.224	20.499	6.325
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	4.932	8.165	122.229
Previ - Atualização de ativo atuarial	--	--	570.439
Outras	408.778	665.429	757.362
Total	4.487.348	9.037.928	10.123.972

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização das obrigações atuariais	(850.377)	(1.581.033)	(959.405)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(807.639)	(1.365.510)	(934.671)
Operações com cartões	(589.782)	(1.322.569)	(2.363.783)
Descontos concedidos em renegociação	(672.783)	(1.314.000)	(895.677)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(568.490)	(1.175.949)	(1.169.547)
Demandas cíveis e fiscais	(887.726)	(1.067.116)	(2.705.930)
Bônus de relacionamento negocial	(437.919)	(698.372)	(87.245)
Despesas das empresas controladas não financeiras	(228.255)	(435.507)	(368.219)
Autoatendimento	(178.060)	(356.340)	(241.383)
Falhas/fraudes e outras perdas	(163.682)	(327.732)	(266.900)
Bônus de adimplência	(137.916)	(287.703)	(106.945)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(69.032)	(146.793)	(174.158)
Convênio INSS	(67.769)	(117.447)	(60.294)
Outras despesas de provisões operacionais	(75.054)	(75.863)	(9.334)
Despesas com Proagro	(20.816)	(38.921)	(30.600)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(10.835)	(21.990)	(25.592)
Outras despesas de provisões de controladas não financeiras	(9.881)	(18.646)	(24.100)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(8.785)	(18.515)	(391.645)
Atualização de JCP/Dividendos	(8.901)	(15.195)	(13.514)
Outras	(211.512)	(545.237)	(462.351)
Total	(6.005.214)	(10.930.438)	(11.291.293)

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas Não Operacionais	240.834	393.644	6.066.491
Ganhos de capital ⁽¹⁾	104.691	210.934	5.960.415
Lucro na alienação de investimentos/participação societária	52.870	52.870	2.545
Reversão de provisão para perdas em ações e cotas	37.327	37.327	--
Lucro na alienação de valores e bens	20.196	33.504	36.786
Rendas de aluguéis	5.841	10.124	10.463
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.278	4.688	21.102
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.522	3.021	5.452
Outras rendas não operacionais	16.109	41.176	29.728
Despesas Não Operacionais	(121.983)	(166.513)	(128.893)
Perdas de capital	(57.806)	(92.239)	(98.602)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(52.163)	(52.983)	(12.415)
Desvalorização de outros valores e bens	(10.712)	(19.213)	(13.893)
Outras despesas não operacionais	(1.302)	(2.078)	(3.983)
Total	118.851	227.131	5.937.598

(1) Inclui, no exercício/2015, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo Cartões Participações com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.931.659 mil (Nota 2).

23- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	76.218.169	70.673.370
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	27,37	25,31
Valor de mercado por ação (R\$)	28,09	14,74
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽²⁾	87.193.752	81.536.173

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

(2) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 23.h).

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 60.000.000 mil, em 31.12.2015) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do capital social no período de 31.12.2015 a 31.12.2016, no valor de R\$ 7.000.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.04.2016 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 16.08.2016.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, ressalvado o direito de titulares de bônus de subscrição emitidos pela companhia.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no art. 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 28.b).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo ao do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.660 mil (R\$ 2.730 mil, no exercício de 2015), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2016, foram realizadas reservas no montante de R\$ 70 mil (R\$ 75 mil, no exercício de 2015) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2016	31.12.2015
Reservas de Capital	15.509	14.326
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	27.646.569	29.031.090
Reserva legal	6.570.147	6.173.642
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	21.076.422	22.857.448
Margem operacional	17.567.395	19.608.076
Equalização de dividendos	3.509.027	3.249.372

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 31.12.2016, os valores das Reservas de lucros e das Reservas estatutárias são de R\$ 27.983.954 mil e R\$ 21.413.807 mil, respectivamente (R\$ 29.396.365 mil e R\$ 23.222.723 mil, em 31.12.2015) devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 337.385 mil (R\$ 365.275 mil em 31.12.2015) (Nota 23.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro líquido	3.178.199	7.930.114	14.108.487
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.784.750.547	2.787.552.822	2.794.842.378
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,14	2,84	5,05

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2016	Exercício/2015
1) Lucro líquido – BB Banco Múltiplo	7.930.114	14.108.487
No País	8.452.960	13.561.470
No Exterior	(522.846)	547.017
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	75.552	255.877
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	8.005.666	14.364.364
Dividendos - <i>Payout</i>	2.354.607	5.745.746
Dividendo mínimo obrigatório	1.886.423	3.352.676
Dividendo adicional	468.184	2.393.070
4) Destinações:		
Lucro líquido	7.930.114	14.108.487
Lucros acumulados	12.082	7.643
Lucro distribuído	7.942.196	14.116.130
Reserva legal (5% do item 1)	396.505	705.425
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.354.607	5.745.746
Reservas estatutárias	5.191.084	8.926.420
Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos	--	(1.261.461)

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	274.466	0,098	11.03.2016	31.03.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	372.273	0,133	23.05.2016	31.05.2016
2º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	383.614	0,138	13.06.2016	30.06.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	380.865	0,138	22.08.2016	31.08.2016
3º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	352.694	0,126	12.09.2016	30.09.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	305.963	0,110	21.11.2016	29.11.2016
4º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	214.235	0,077	12.12.2016	29.12.2016
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar ⁽¹⁾	70.497	0,025	01.03.2017	10.03.2017
Total Destinado aos Acionistas	2.354.607	0,845		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
Dividendos pagos	1.261.461	0,451	21.05.2015	29.05.2015
2º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	810.594	0,291	11.06.2015	30.06.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	347.343	0,124	21.08.2015	01.09.2015
Dividendos pagos	39.046	0,014	21.08.2015	01.09.2015
3º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	743.037	0,266	11.09.2015	30.09.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	476.981	0,171	23.11.2015	02.12.2015
4º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	766.530	0,274	11.12.2015	30.12.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	246.620	0,088	02.03.2016	11.03.2016
Total Destinado aos Acionistas	5.745.746	2,056		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2016, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.059.573 mil (R\$ 1.889.754 mil no exercício de 2015).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	3.178.199	7.930.114	14.108.487	76.218.169	70.673.370
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	29.325	75.552	255.877	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	1.933	27.890	35.195	(337.385)	(365.275)
Participação dos não controladores	--	--	--	3.212.968	3.128.078
Consolidado	3.209.457	8.033.556	14.399.559	87.193.752	81.536.173

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações (Notas 3 e 23.c).

(2) Houve realização de resultados não realizados decorrente de cessão de crédito de períodos anteriores do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2016				2º Semestre/2015			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(1.427.491)	(139.564)	113.477	(1.453.578)	(1.277.709)	(1.782.221)	299.547	(2.760.383)
Subsidiárias no Exterior	38.265	(10.095)	1.310	29.480	25.883	(38.567)	(95)	(12.779)
Coligadas e Controladas	(91.733)	145.068	(58.890)	(5.555)	(170.374)	(247.532)	66.584	(351.322)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e Controladas	(5.545)	(4.197)	1.442	(8.300)	--	--	--	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(16.832.181)	2.232.671	(891.742)	(15.491.252)	(11.144.832)	(4.602.372)	1.829.017	(13.918.187)
Total	(18.318.685)	2.223.883	(834.403)	(16.929.205)	(12.567.032)	(6.670.692)	2.195.053	(17.042.671)

	Exercício/2016				Exercício/2015			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(2.760.383)	1.556.950	(250.145)	(1.453.578)	(757.714)	(2.464.570)	461.901	(2.760.383)
Subsidiárias no Exterior	(12.779)	41.926	333	29.480	30.118	(43.043)	146	(12.779)
Coligadas e controladas	(351.322)	526.474	(180.707)	(5.555)	(191.869)	(247.796)	88.343	(351.322)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	--	(14.278)	5.978	(8.300)	1.716	(2.600)	884	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(13.918.187)	(2.623.835)	1.050.770	(15.491.252)	(8.680.091)	(8.486.481)	3.248.385	(13.918.187)
Total	(17.042.671)	(512.763)	626.229	(16.929.205)	(9.597.840)	(11.244.490)	3.799.659	(17.042.671)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2016	31.12.2015
Banco Patagonia S.A.	822.165	1.006.300
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27
BB Tecnologia e Serviços	32	57
BB Seguridade S.A.	2.390.744	2.121.694
Participação dos não Controladores	3.212.968	3.128.078

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2016		31.12.2015	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.558.511.715	54,4	1.653.379.882	57,7
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	105.024.600	3,7	105.024.600	3,7
Caixa F1 Garantia Construção Naval	--	--	87.368.167	3,0
Fundo Garantidor para Investimentos	--	--	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	281.209.714	9,8	297.403.914	10,4
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	80.666.497	2,8	72.864.196	2,5
Outros acionistas	945.029.094	33,0	841.769.028	29,4
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.275.634.163	79,4	2.259.949.653	78,9
Residentes no exterior	589.782.857	20,6	605.467.367	21,1

(1) Inclui, em 31.12.2016, 50.100 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (42.709 ações, em 31.12.2015).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2016	31.12.2015
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	144	1
Diretoria Executiva	166.334	135.351
Conselho Fiscal	--	1.176
Comitê de Auditoria	10.075	10.075

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2016		31.12.2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.139.037.581	39,8	1.137.407.279	39,7
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167		--	
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	7.500.000		--	
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	--		5.625.400	
Aquisição de ações - programas de recompra	--		(4.183.700)	
Adimplemento de operações afiançadas pelo FGCM – Fundo Garantidor da Construção Naval	(8.075.350)		--	
Outras movimentações ⁽¹⁾	241.923		188.602	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.226.072.321	42,8	1.139.037.581	39,8
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 18.05.2015 onde foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 16.05.2016 onde foram adquiridas 3.623.700 ações, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente.

Em 31.12.2016, o Banco possuía 80.666.497 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.854.749 mil, das quais 71.884.869 ações decorrentes dos programas de recompra, 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCM – Fundo Garantidor a Construção Naval, 706.246 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações – Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores. A BB DTVM em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações Adquiridas	Custo Médio de Aquisição	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2012					
Banco do Brasil	212.301	26,78	159.238	53.063	03/2017
Total de ações a distribuir				53.063	
BB DTVM	19.792	26,78	16.622	3.170	03/2017
Total de ações a distribuir				3.170	
Programa 2013					
Banco do Brasil	353.800	20,36	212.328	70.736	03/2017
				70.736	03/2018
Total de ações a distribuir				141.472	
BB DTVM	24.546	23,83	14.732	4.907	04/2017
				4.907	04/2018
Total de ações a distribuir				9.814	
Programa 2014					
Banco do Brasil	316.683	24,08	126.720	63.321	02/2017
				63.321	02/2018
				63.321	02/2019
Total de ações a distribuir				189.963	
BB DTVM	27.063	22,98	10.827	5.412	04/2017
				5.412	04/2018
				5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				16.236	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.240	19,92	70.592	67.912	03/2017
				67.912	03/2018
				67.912	03/2019
				67.912	03/2020
Total de ações a distribuir				271.648	
BB DTVM	26.109	19,92	5.229	5.220	03/2017
				5.220	03/2018
				5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				20.880	

24 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Valores Correntes	(1.265.412)	(6.583.871)	(6.093.547)
IR e CSLL no país	(1.096.102)	(6.188.487)	(5.650.986)
Imposto de Renda no exterior	(169.310)	(395.384)	(442.561)
Valores Diferidos	122.451	2.936.404	11.777.609
Passivo Fiscal Diferido	76.904	139.328	(1.437.085)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	(3.836)	(4.133)
Marcação a mercado	227.524	652.509	(894.259)
Ganhos atuariais	(73.237)	36.618	(136.718)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(223.047)	(442.739)	(390.416)
Lucros do exterior	201.953	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	1.240	39.221	13.025
Créditos recuperados a prazo	(57.529)	(142.445)	(24.584)
Ativo Fiscal Diferido	45.547	2.797.076	13.214.694
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	461.814	2.499.299	12.371.029
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	(121.588)	148.340
Marcação a mercado	(422.256)	413.376	695.325
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	5.989	5.989	--
Total	(1.142.961)	(3.647.467)	5.684.062

(1) Inclui, no exercício/2015, o montante de R\$ 3.199.955 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado Antes dos Tributos e Participações	5.589.230	14.371.690	12.285.466
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	(2.515.154)	(6.467.261)	(4.918.221)
Encargos sobre JCP	424.525	1.059.573	1.889.754
Resultado de participações em coligadas/controladas em conjunto	982.141	1.933.985	1.906.648
Participação de empregados no lucro	168.954	444.950	749.890
Outros valores ⁽²⁾	(203.427)	(618.714)	6.055.991
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(1.142.961)	(3.647.467)	5.684.062

(1) A Medida Provisória n.º 675, de 21.05.2015, convertida na Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Refere-se, basicamente: (i) a variação cambial de ativos e passivos incidentes sobre os investimentos no exterior; (ii) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social das entidades controladas não financeiras em relação à alíquota (45%) demonstrada. Inclui, no exercício/2015, o montante de R\$ 3.199.955 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Cofins	(1.788.824)	(3.626.462)	(3.211.002)
ISSQN	(512.488)	(982.747)	(897.436)
PIS/Pasep	(300.949)	(606.794)	(552.261)
Outras	(216.740)	(425.521)	(420.924)
Total	(2.819.001)	(5.641.524)	(5.081.623)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2016	31.12.2015
Decorrentes da marcação a mercado	998.782	1.314.159
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	546.393	498.412
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	350.838	208.394
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	79.430	83.032
Dependências no Exterior	67.052	87.507
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	42.146	61.284
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	43.472
Outros	3.861	2.032
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	2.088.502	2.298.292
Imposto de Renda	914.441	1.050.205
Contribuição Social	611.497	694.446
Cofins	483.926	476.250
PIS/Pasep	78.638	77.391

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2015	Exercício/2016		31.12.2016
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	38.432.357	21.581.774	(18.009.178)	42.004.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.608.880	13.402.920	(11.592.666)	24.419.134
Provisões passivas	8.994.864	3.261.479	(2.605.589)	9.650.754
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.953.170	2.333.584	(1.564.958)	3.721.796
Marcação a mercado	2.217.768	1.550.301	(2.124.465)	1.643.604
Outras provisões	1.657.675	1.033.490	(121.500)	2.569.665
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.255.978	--	(561.607)	694.371
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	155.100	--	(27.783)	127.317
Prejuízo fiscal/Base negativa	152.047	27.129	(122.313)	56.863
Total dos Créditos Tributários Ativados	39.995.482	21.608.903	(18.720.881)	42.883.504
Imposto de Renda	21.895.424	12.153.645	(9.519.207)	24.529.862
Contribuição Social	17.894.105	9.299.563	(8.991.393)	18.202.275
Cofins	177.165	133.931	(180.887)	130.209
PIS/Pasep	28.788	21.764	(29.394)	21.158

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos tributários no exterior	1.067.634	1.168.990
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	4.581	--
Diferenças temporárias	160	--
Total dos Créditos Tributários	1.072.375	1.168.990
Imposto de Renda	670.756	730.619
Contribuição Social	401.619	438.371

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2016, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	10.154.571	9.345.202
Em 2018	10.172.186	8.987.035
Em 2019	10.329.472	8.780.969
Em 2020	10.217.756	8.385.410
Em 2021	1.263.839	930.877
Em 2022	257.311	133.074
Em 2023	134.155	65.858
Em 2024	79.709	24.896
Em 2025	69.169	23.343
Em 2026	205.336	139.307
Total de Créditos Tributários em 31.12.2016	42.883.504	36.815.971

No exercício de 2016, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 17.923.776 mil, correspondente a 264,82% da respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2015.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2016, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2017	30%	24%
Em 2018	21%	24%
Em 2019	32%	24%
Em 2020	12%	24%
Em 2021	3%	3%
A partir de 2022	2%	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Benefícios de curto prazo	22.720	50.471	56.526
Honorários e encargos sociais	19.207	38.049	36.412
Diretoria Executiva	17.140	34.167	33.078
Comitê de Auditoria	1.611	2.956	2.440
Conselho de Administração	248	507	491
Conselho Fiscal	208	419	403
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	1.623	9.067	16.865
Outros ⁽¹⁾	1.890	3.355	3.249
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	690	1.180	97
Remuneração baseada em ações	--	7.260	5.966
Total	23.410	58.911	62.589

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O Banco divulga as transações realizadas com o Tesouro Nacional dentre as quais se destacam as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2016, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 48.343 mil (R\$ 47.572 mil no exercício de 2015).

O Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irretratável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo (Nota 2).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 26.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2016	Exercício/2015
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	7.786.348	10.079.564
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	215	8.782

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2016				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	819.732	--	--	819.732
Títulos e valores mobiliários	--	3.526.917	--	897.187	4.424.104
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	14.091.895	--	31.239.992	45.331.887
Valores a receber de ligadas	--	165.711	--	133	165.844
Outros ativos ⁽⁶⁾	5.162.844	874.394	--	53.066	6.090.304
Passivos					
Depósitos à vista	379.593	174.192	759	2.923.658	3.478.202
Depósitos em poupança	--	--	1.196	277.842	279.038
Depósitos a prazo remunerados	--	2.429	538	11.643.110	11.646.077
Captações mercado aberto	--	5.699.646	--	3.100.600	8.800.246
Obrigações por empréstimos e repasses	2.471.934	--	--	80.610.367	83.082.301
Outros passivos	115.348	1.425.515	--	662.042	2.202.905
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁷⁾	--	6.814.807	--	837.984	7.652.791
2º Semestre/2016					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	3.513.982	3.810.062	--	2.391.446	9.715.490
Despesas com captação	(53.551)	(277.204)	(125)	(2.934.352)	(3.265.232)
Exercício/2016					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	6.393.676	7.787.233	--	4.718.993	18.899.902
Despesas com captação	(103.273)	(478.407)	(277)	(5.797.816)	(6.379.773)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cateno.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito com outras partes relacionadas possuem R\$ 120.404 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	31.12.2015				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	1.248.267	--	--	1.248.267
Títulos e valores mobiliários	--	3.558.578	--	597.289	4.155.867
Operações de crédito	--	16.468.457	--	31.984.466	48.452.923
Valores a receber de ligadas	--	23.240	--	240	23.480
Outros ativos ⁽⁵⁾	5.278.660	2.022.227	--	237.822	7.538.709
Passivos					
Depósitos à vista	341.643	330.289	1.182	3.972.183	4.645.297
Depósitos em poupança	--	--	3.332	296.581	299.913
Depósitos a prazo remunerados	--	322.107	787	21.475.651	21.798.545
Captações mercado aberto	--	4.893.122	--	3.322.111	8.215.233
Obrigações por empréstimos e repasses	2.412.031	--	--	87.655.291	90.067.322
Outros passivos	399.262	1.287.629	--	5.047.244	6.734.135
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁶⁾	--	6.800.000	--	662.526	7.462.526
2º Semestre/2015					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	4.313.944	3.849.530	--	2.205.225	10.368.699
Despesas com captação	(59.855)	(86.519)	(130)	(3.112.606)	(3.259.110)
Exercício/2015					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	8.183.695	18.899.656	--	3.806.376	30.889.727
Despesas com captação	(103.594)	(137.478)	(333)	(6.309.345)	(6.550.750)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cateno.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(6) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2016			31.12.2015		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	106.110	116.432	222.542	112.847	110.020	222.867
Plano de Benefícios 1 - Previ	11.268	99.037	110.305	18.658	92.582	111.240
Plano Previ Futuro	78.886	1.084	79.970	78.340	942	79.282
Plano Informal	--	3.267	3.267	--	3.472	3.472
Outros Planos	15.956	13.044	29.000	15.849	13.024	28.873
Planos de Assistência Médica	105.364	106.429	211.793	113.952	99.783	213.735
Cassi	93.283	99.245	192.528	101.528	92.515	194.043
Outros Planos	12.081	7.184	19.265	12.424	7.268	19.692

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Planos de Aposentadoria e Pensão	793.862	1.470.795	1.367.680
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	307.828	575.569	549.275
Plano Previ Futuro	313.919	570.814	499.803
Plano Informal	95.406	184.003	180.547
Outros Planos	76.709	140.409	138.055
Planos de Assistência Médica	629.209	1.221.675	1.110.904
Cassi	540.231	1.061.596	976.675
Outros Planos	88.978	160.079	134.229
Total	1.423.071	2.692.470	2.478.584

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2017, estão estimadas em R\$ 795.679 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Planos de Aposentadoria e Pensão	(864.588)	(1.496.120)	(439.930)
Plano de Benefícios 1 - Previ	(397.027)	(616.738)	358.000
Plano Previ Futuro	(313.919)	(570.814)	(499.803)
Plano Informal	(73.318)	(159.964)	(141.379)
Outros Planos	(80.324)	(148.604)	(156.748)
Planos de Assistência Médica	(810.783)	(1.610.839)	(1.362.534)
Cassi	(734.199)	(1.464.114)	(1.238.351)
Outros Planos	(76.584)	(146.725)	(124.183)
Total	(1.675.371)	(3.106.959)	(1.802.464)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional nº 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 26.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2016 e 31.12.2015.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015
Saldo Inicial	(121.329.915)	(122.884.677)	(909.280)	(920.380)	(6.248.098)	(5.830.331)	(6.301.921)	(6.428.867)
Custo de juros	(17.069.298)	(15.217.436)	(121.736)	(111.770)	(941.398)	(731.014)	(860.756)	(768.894)
Custo do serviço corrente	(455.492)	(428.722)	--	--	(85.735)	(95.421)	(26.616)	(34.274)
Custo do serviço passado	--	--	(38.228)	(29.609)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	10.350.474	9.432.737	184.002	180.547	624.614	564.759	585.425	514.118
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(19.845.343)	7.768.183	(80.228)	(28.068)	(1.297.805)	(156.091)	(1.006.081)	415.996
Ajuste de experiência	(1.749.063)	(198.997)	(8.380)	(35.065)	(293.184)	(616.729)	259.022	(183.233)
Alterações premissas biométricas	--	(2.626.460)	--	(44.338)	--	(125.433)	(78.102)	1.243
Alterações premissas financeiras	(18.096.280)	10.593.640	(71.848)	51.335	(1.004.621)	586.071	(1.187.001)	597.986
Saldo Final	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(143.946.397)	(118.378.747)	--	--	--	--	(5.731.092)	(5.394.014)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(4.403.177)	(2.951.168)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.878.857)	(907.907)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015	Exerc/2016	Exerc/2015
Saldo Inicial	118.378.747	135.145.646	--	--	--	--	5.394.014	5.115.870
Receita de juros	16.291.315	16.362.156	--	--	--	--	725.014	627.308
Contribuições recebidas	575.569	549.275	184.002	180.547	624.614	564.759	177.830	156.514
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(10.350.474)	(9.432.737)	(184.002)	(180.547)	(624.614)	(564.759)	(585.425)	(514.118)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	19.051.240	(24.245.593)	--	--	--	--	19.659	8.440
Saldo Final	143.946.397	118.378.747	--	--	--	--	5.731.092	5.394.014

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1) Valor justo dos ativos do plano	143.946.397	118.378.747	--	--	--	--	5.731.092	5.394.014
2) Valor presente das obrigações atuariais	(148.349.574)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	(4.403.177)	(2.951.168)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.878.857)	(907.907)
4) (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido Registrado⁽¹⁾	(2.201.588)	(1.475.583)	(965.470)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(1.260.178)	(711.040)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,13	12.652.886	12.662.361	12.528.318	243.001.022	280.844.587
Plano Informal (Previ)	5,36	161.543	144.931	129.415	950.017	1.385.906
Plano de Associados (Cassi)	9,58	725.083	713.856	701.907	14.967.786	17.108.632
Regulamento Geral (Economus)	10,02	427.437	431.729	434.383	10.478.608	11.772.157
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11,96	2.104	2.244	2.392	97.359	104.099
Plus I e II (Economus)	6,44	51.141	47.501	44.052	442.358	585.052
Grupo B' (Economus)	8,63	14.677	14.581	14.468	259.916	303.642
Prevmais (Economus)	11,94	18.768	18.906	18.902	657.428	714.004
Multifuturo I (Fusesc)	10,06	5.810	5.767	5.720	134.707	152.004
Plano I (Fusesc)	8,99	38.042	37.874	37.667	726.373	839.956
Plano BEP (Prevbep)	11,34	3.266	3.656	4.082	125.791	136.795

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Custo do serviço corrente	(115.381)	(227.746)	(214.361)	--	--	--	(46.210)	(85.734)	(95.421)	(6.082)	(13.324)	(17.170)
Custo dos juros	(3.986.855)	(8.534.649)	(7.608.718)	(55.158)	(121.736)	(111.770)	(449.570)	(941.398)	(731.014)	(212.619)	(466.551)	(415.349)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.705.209	8.145.657	8.181.079	--	--	--	--	--	--	159.616	361.817	313.068
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(18.160)	(38.228)	(29.609)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(238.419)	(436.982)	(411.916)	(101.986)	(184.881)	(163.199)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.163	7.610	1.719
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	(397.027)	(616.738)	358.000	(73.318)	(159.964)	(141.379)	(734.199)	(1.464.114)	(1.238.351)	(156.908)	(295.329)	(280.931)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Renda Fixa	58.053.582	49.198.207	4.831.482	4.827.283
Renda Variável ⁽¹⁾	70.648.892	55.353.902	294.651	131.884
Investimentos imobiliários	9.126.202	8.203.647	194.858	205.422
Empréstimos e financiamentos	5.254.043	4.770.664	100.183	104.914
Outros	863.678	852.327	309.918	124.511
Total	143.946.397	118.378.747	5.731.092	5.394.014
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	11.631.219	7.887.153	23.926	22.087
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	156.758	152.194	7.848	9.168

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 30.265.763 mil (R\$ 20.521.220 mil em 31.12.2015), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Taxa de inflação (a.a.)	5,41%	7,96%	5,29%	8,10%	5,43%	7,97%	5,40%	7,94%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,77%	7,35%	5,84%	7,37%	5,75%	7,28%	5,77%	7,35%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,49%	15,90%	--	--	--	--	11,48%	15,88%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,04%	1,01%	--	--	--	--	0,92%	0,88%
Tábua de sobrevivência	AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	5,77%	5,00%
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Valor apurado - Previ	130.196.465	119.301.485	(144.371.339)	(135.862.751)	(14.174.874)	(16.561.266)
Incorporação dos valores do contrato 97	14.251.784	14.314.157	(14.251.784)	(14.314.157)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.145.314	1.135.082	(1.145.314)	(1.135.082)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(1.647.166)	(16.371.977)	--	--	(1.647.166)	(16.371.977)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	11.418.863	29.982.075	11.418.863	29.982.075
Valor apurado - Banco	143.946.397	118.378.747	(148.349.574)	(121.329.915)	(4.403.177)	(2.951.168)

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	31.12.2016	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		
		+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	148.349.574	145.096.490	151.562.043	148.423.539	148.275.607	145.103.456	151.730.697
	Superávit/(déficit) do plano	(4.403.177)	(1.150.093)	(7.615.646)	(4.477.142)	(4.329.210)	(1.157.059)	(7.784.300)
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	965.470	930.150	1.001.581	--	--	953.208	978.077
	Superávit/(déficit) do plano	(965.470)	(930.150)	(1.001.581)	--	--	(953.208)	(978.077)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	7.948.422	7.769.462	8.124.821	7.951.936	7.944.908	7.764.205	8.141.149
	Superávit/(déficit) do plano	(7.948.422)	(7.769.462)	(8.124.821)	(7.951.936)	(7.944.908)	(7.764.025)	(8.141.149)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.955.325	5.852.623	6.054.870	--	--	5.813.254	6.103.465
	Superávit/(déficit) do plano	(1.595.398)	(1.492.687)	(1.694.935)	--	--	(1.453.319)	(1.743.529)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	47.401	49.020	45.808	--	--	46.055	48.807
	Superávit/(déficit) do plano	(7.496)	(9.115)	(5.903)	--	--	(6.149)	(8.902)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	409.315	394.086	424.688	--	--	403.132	415.695
	Superávit/(déficit) do plano	(409.315)	(394.086)	(424.688)	--	--	(403.132)	(415.695)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	170.302	166.431	174.065	--	--	166.838	173.894
	Superávit/(déficit) do plano	(170.302)	(166.431)	(174.065)	--	--	(166.838)	(173.894)
Prevmias (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	282.885	281.925	283.887	285.046	280.799	274.873	291.326
	Superávit/(déficit) do plano	73.691	74.651	72.689	71.530	75.777	81.703	65.250
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	77.174	76.263	78.054	--	--	75.334	79.096
	Superávit/(déficit) do plano	115.027	115.938	114.148	--	--	116.868	113.105
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	606.479	597.107	615.654	--	--	595.995	617.371
	Superávit/(déficit) do plano	67.172	76.544	57.997	--	--	77.656	56.280
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	61.068	60.202	61.902	61.284	60.854	59.423	62.790
	Superávit/(déficit) do plano	47.764	48.630	46.930	47.549	47.978	49.409	46.042

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Actuarial		Passivo Actuarial	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Plano 1 (Previ)	--	--	(2.201.588)	(1.475.583)
Plano Informal (Previ)	--	--	(965.470)	(909.280)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(7.948.422)	(6.248.098)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(829.730)	(406.498)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	753	(2.659)	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(409.315)	(349.859)
Grupo B' (Economus)	--	--	(170.302)	(124.157)
Prevmais (Economus)	36.846	59.638	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	57.514	50.615	--	--
Plano I (Fusesc)	33.586	35.046	--	--
Plano BEP (Prevbep)	23.882	23.422	--	--
Total	151.828	169.474	(12.527.486)	(9.513.475)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	124.998	120.378	118.889
Atualização	4.902	14.065	18.413
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	(4.543)	(11.829)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	--	--	(5.095)
Saldo Final	129.900	129.900	120.378
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	9.376.684	8.959.543	8.155.243
Contribuição ao Plano 1	(307.828)	(571.026)	(532.351)
Atualização	363.254	1.043.593	1.336.651
Saldo Final	9.432.110	9.432.110	8.959.543
Total dos fundos de destinação do superávit	9.562.010	9.562.010	9.079.921

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas, nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	2.598.301	2.169.106	2.179.821
Constituição	1.135.171	1.979.961	1.220.599
Reversão da provisão	(845.381)	(869.084)	(212.550)
Baixa por pagamento	(596.948)	(1.112.098)	(1.256.075)
Atualização monetária e variação cambial	217.125	340.383	237.311
Saldo Final	2.508.268	2.508.268	2.169.106
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	267.932	245.695	206.515
Constituição	88.361	185.316	119.522
Reversão da provisão	(56.487)	(130.877)	(72.644)
Baixa por pagamento	(42.768)	(50.761)	(19.222)
Atualização monetária e variação cambial	18.977	26.642	11.524
Saldo Final	276.015	276.015	245.695
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	6.811.150	7.150.581	5.536.595
Constituição	4.059.429	5.817.446	4.854.727
Reversão da provisão	(3.230.461)	(4.745.939)	(2.588.483)
Baixa por pagamento	(892.887)	(1.667.060)	(1.169.978)
Atualização monetária e variação cambial	149.949	342.152	517.720
Saldo Final	6.897.180	6.897.180	7.150.581
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.681.463	9.681.463	9.565.382

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.444.396	147.098	5.622.324
De 5 a 10 anos	63.783	98.866	1.245.063
Acima de 10 anos	89	30.051	29.793
Total	2.508.268	276.015	6.897.180

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	171.422	215.042
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	10.702.278	12.777.102
Demandas Cíveis	1.975.843	3.270.906
Total	12.849.543	16.263.050

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.289.574 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 284.701 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 863.056 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.646.562 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos**g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	5.126.635	4.532.105
Demandas Fiscais	7.720.456	6.836.107
Demandas Cíveis	20.274.118	15.991.552
Total	33.121.209	27.359.764

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 15.441.581 mil (R\$ 14.076.071 mil em 31.12.2015), relativo à seguinte ação:

Em 29.01.1998, o Banco impetrou o Mandado de Segurança nº 1998.34.00.002278-3, distribuído para a 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi improvido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 8.869.908 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.952.179 mil, em 31.12.2016, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 3.591.404 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos Judiciais	17.431.080	16.399.235
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	9.614.069	8.582.224
Obrigação Legal - Provisão para Processo Judicial	15.441.581	14.076.071
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	8.869.908	7.504.398

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

Definido o inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é determinada a relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Crédito da Contraparte;
- c) Risco de Concentração de Crédito;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco de Mercado;
- g) Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- h) Risco de Estratégia;
- i) Risco de Reputação;
- j) Risco Socioambiental;
- k) Risco Legal;
- l) Risco de Contágio;
- m) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- n) Risco de Modelo; e
- o) Risco de Conformidade (Compliance).

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê Superior de Risco Global (CSRG), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês executivos específicos (de crédito, de mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2016		31.12.2015		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	405.711.672	405.651.496	352.741.787	352.737.420	(60.176)	(4.367)	(60.176)	(4.367)
Títulos e valores mobiliários	119.656.119	119.005.358	113.923.018	113.683.766	(2.623.471)	(5.349.992)	(650.761)	(239.252)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.972.710)	(5.110.740)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	(650.761)	(239.252)	(650.761)	(239.252)
Instrumentos financeiros derivativos	1.612.563	1.612.563	3.362.032	3.362.032	--	--	--	--
Operações de crédito	564.923.340	550.716.970	627.877.787	614.463.025	(14.206.370)	(13.414.762)	(14.206.370)	(13.414.762)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	20.664.801	21.238.847	41.482.547	42.491.031	(574.046)	(1.008.484)	(574.046)	(1.008.484)
Depósitos a prazo	204.150.246	204.053.427	204.542.130	204.319.982	96.819	222.148	96.819	222.148
Obrigações por operações compromissadas	374.634.032	373.070.084	333.521.648	331.363.071	1.563.948	2.158.577	1.563.948	2.158.577
Obrigações por empréstimos e repasses	103.492.518	103.735.064	119.731.066	119.978.533	(242.546)	(247.467)	(242.546)	(247.467)
Instrumentos financeiros derivativos	1.870.391	1.870.391	3.289.172	3.289.172	--	--	--	--
Outras Obrigações	220.141.891	220.036.070	204.140.873	201.344.954	105.821	2.795.919	105.821	2.795.919
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(15.940.021)	(14.848.428)	(13.967.311)	(9.737.688)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	115.673.071	77.497.818	38.175.253	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.074.220	4.798.108	1.276.112	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.612.563	--	1.612.563	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	107.986.288	72.699.710	35.286.578	--
Passivos	(2.232.014)	--	(2.232.014)	--
Captação com hedge	(361.623)	--	(361.623)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.870.391)	--	(1.870.391)	--

	Saldo em 31.12.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	113.420.484	62.764.151	50.656.333	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	7.860.341	6.546.397	1.313.944	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.362.032	--	3.362.032	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	102.198.111	56.217.754	45.980.357	--
Passivos	(3.627.472)	--	(3.627.472)	--
Captação com hedge	(338.300)	--	(338.300)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.289.172)	--	(3.289.172)	--

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,31 e a redução da taxa Selic para 12,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Varição de Taxas	Resultado	Varição de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(18.120)	Aumento	131
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	1	Aumento	(3)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	11.344	Aumento	678
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	5.883	Aumento	13.706

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Varição de Taxas	Resultado	Varição de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(36.332)	Redução	(959)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	--	Redução	(1)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(8.876)	Aumento	(1.140)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(100.430)	Redução	(92.657)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Varição de Taxas	Resultado	Varição de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(86.516)	Redução	(2.866)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	--	Redução	(2)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(16.402)	Aumento	(2.225)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(200.859)	Redução	(185.314)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Varição de Taxas	Resultado	Varição de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	6.022.914	Aumento	(3.478.743)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(4.647.926)	Aumento	1.361.365
Cupom de TBF		Redução	(13.544)	Redução	(42)
Cupom de TJLP		Redução	28.296	Aumento	(5.022)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	68.490	Aumento	32.171
Cupom de IGP-M		Redução	(151.412)	Aumento	(142.841)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	203	Aumento	(144)
Cupom de INPC		Redução	207.437	Aumento	(111.745)
Cupom de IPCA		Redução	1.199.604	Aumento	(601.591)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	886.493	Redução	(1.113.147)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	42.445	Aumento	(60.592)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.146.913)	Aumento	(12.538.082)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(6.064.945)	Redução	(5.590.381)
Cupom de TBF		Redução	(2.522)	Redução	(3.991)
Cupom de TJLP		Aumento	(43.223)	Aumento	(23.159)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(5.060)	Aumento	(13.651)
Cupom de IGP-M		Redução	(147.832)	Aumento	(230.618)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(231)	Aumento	(236)
Cupom de INPC		Aumento	(210.708)	Aumento	(177.195)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.024.907)	Aumento	(1.069.492)
Cupom de moedas estrangeiras		Redução	(1.070.351)	Redução	(1.383.209)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(724.627)	Aumento	(409.627)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(19.332.178)	Aumento	(23.646.296)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(12.265.979)	Redução	(11.394.648)
Cupom de TBF		Redução	(5.066)	Redução	(8.035)
Cupom de TJLP		Aumento	(87.006)	Aumento	(47.175)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(10.119)	Aumento	(27.300)
Cupom de IGP-M		Redução	(364.349)	Aumento	(439.872)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(461)	Aumento	(472)
Cupom de INPC		Aumento	(412.498)	Aumento	(346.949)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.926.332)	Aumento	(2.008.991)
Cupom de moedas estrangeiras		Redução	(2.210.173)	Redução	(2.857.467)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.449.254)	Aumento	(819.254)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2016, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2016, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 60%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2016	31.12.2015
PR - Patrimônio de Referência	130.453.208	135.551.196
Nível I	90.283.551	95.713.963
Capital Principal (CP)	67.718.439	68.677.378
Patrimônio Líquido	76.702.977	71.314.421
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(17.084.538)	(10.737.043)
Capital Complementar	22.565.112	27.036.585
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.840.287	21.375.495
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.724.825	5.661.090
Nível II	40.169.657	39.837.233
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.181.808	39.839.840
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.466.093	5.786.606
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.715.715	34.053.234
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	25.237.153	22.994.912
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	9.478.562	11.058.322
Dedução do Nível II	(12.151)	(2.607)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(12.151)	(2.607)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	705.851.280	840.508.940
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	643.214.021	785.773.084
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	18.844.349	18.346.766
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	43.792.910	36.389.090
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	69.702.814	92.455.983
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	60.750.394	43.095.213
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	12,79%	11,39%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	9,59%	8,17%
Índice de Basileia: (PR/RWA)	18,48%	16,13%

(1) Em 31.12.2016, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Em 31.12.2016, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 60%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(6.099.094)	(3.425.235)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽¹⁾⁽²⁾	(4.636.849)	(2.846.808)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽¹⁾	(4.258.360)	(2.346.233)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ⁽¹⁾⁽³⁾	(954.281)	(1.075.845)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(500.439)	(561.777)
Participação de não controladores ⁽¹⁾	(493.315)	(402.531)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(76.391)	(62.040)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(65.809)	--
Ativos diferidos ⁽⁴⁾	--	(16.574)
Total	(17.084.538)	(10.737.043)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em 31.12.2016, com relação ao investimento no Banco Votorantim, R\$ 1.662.293 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.550.676 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 581.162 mil no investimento e R\$ 1.009.306 mil no intangível. No intangível, refere-se principalmente ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(4) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

c) Índice de Imobilização

Em 31.12.2016, o índice de imobilização para o Conglomerado Prudencial, totalizou 15,52% (16,70% em 31.12.2015), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	3.209.457	8.033.556	14.399.559
Outros Resultados Abrangentes			
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	2.223.883	(512.763)	(11.244.490)
Banco do Brasil	2.093.107	(1.066.885)	(10.951.051)
Subsidiárias no exterior	(10.095)	41.926	(43.043)
Coligadas e controladas	140.871	512.196	(250.396)
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)	(834.403)	626.229	3.799.659
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	1.389.480	113.466	(7.444.831)
Lucro Abrangente	4.598.937	8.147.022	6.954.728
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	847.953	1.675.039	1.741.984

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23.02.2016, aprovou a fixação, para o exercício de 2016, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 25% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio Administrado	655	611	730.923.136	603.232.935
Fundos de investimentos	644	603	715.704.598	587.725.096
Carteiras administradas	11	8	15.218.538	15.507.839

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo		
Grupo BB	72.334.393	90.325.257
Terceiros	89.816.739	133.050.500
TOTAL DO ATIVO	162.151.132	223.375.757
Passivo		
Grupo BB	18.929.408	25.795.399
Terceiros	131.980.721	185.321.366
Patrimônio Líquido	11.241.003	12.258.992
Atribuível à controladora	10.418.838	11.252.692
Participação dos não controladores	822.165	1.006.300
TOTAL DO PASSIVO	162.151.132	223.375.757

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro	371.195	(213.834)	869.432
Atribuível à controladora	224.155	(500.841)	546.848
Participações dos não controladores	147.040	287.007	322.584

d) Recursos de Consórcios

	31.12.2016	31.12.2015
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	227.953	202.928
Obrigações do grupo por contribuições	10.633.440	8.321.348
Consoiciados - bens a contemplar	9.601.023	7.440.232
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	469	564
Quantidade de consorciados ativos	665.495	644.779
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	60.858	61.990

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	56.701	109.575	96.653

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	2º Semestre/2016		Exercício/2016		Exercício/2015	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	197	19.943	197	38.572	203	36.117
Outros órgãos/entidades	2	443	2	856	2	707
Entidades controladas e coligadas	2	736	2	1.396	2	1.371
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	223	--	223	--	276	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	586	--	586	--	592	--
Entidades dos funcionários	86	--	86	--	77	--
Entidades controladas e coligadas	532	--	532	--	586	--
Total	1.628	21.122	1.628	40.824	1.738	38.195

(1) Posição no último dia do período.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2016	31.12.2015
Menor salário	2.645,97	2.449,98
Maior salário	44.271,65	40.992,27
Salário Médio	7.056,03	6.869,98
Dirigentes		
Presidente	68.781,86	65.196,08
Vice-presidente	61.564,83	58.355,29
Diretor	52.177,45	49.457,30
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.948,54	5.638,43
Conselho de Administração	5.948,54	5.638,43
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	44.511,57

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2016

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.123.599	6.341
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	32.110	121
Demais	378.100	4.118
Total	1.533.809	10.580

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

h) Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI foi lançado em junho de 2015 para os funcionários com as condições necessárias de aposentar-se pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS ou requerer aposentadoria antecipada à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. O Plano encerrou no dia 14 de agosto de 2015 e teve 4.992 adesões. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R\$ 372.500 mil no exercício 2015.

i) Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI foi aprovado em novembro de 2016 para os funcionários que reuniam as condições para se aposentar. O Plano encerrou no dia 09 de dezembro de 2016 e teve 9.409 adesões. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R\$ 1.400.800 mil no exercício de 2016.

j) Venda de Participação Acionária

O BB Banco de Investimentos S.A.(BB-BI) e a AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. assinaram Acordo de Compra e Venda (Acordo) em que o BB-BI se compromete a vender toda sua participação de 17,45% no capital social da Kepler Weber S.A.

O valor firmado em contrato foi de R\$ 22,00 por ação e a concretização do Acordo não trará impacto relevante ao resultado do BB.

A efetivação do negócio está condicionada ao cumprimento de condições contratuais precedentes ao fechamento, bem como à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**
Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 4g e 10 das demonstrações contábeis consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

- **Valor de mercado de instrumentos financeiros**
O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.ºs 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis individuais consolidadas tomadas em conjunto.

- ***Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, cíveis e fiscais***

Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs 4n e 27 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.ºs 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

- **Benefícios a empregados**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 4l e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

- **Projeção de resultados futuros para a realização de ativos**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.ºs 4h, 24e e 24f), e ágio na aquisição de sociedade incorporada (notas explicativas n.ºs 4k e 16c) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado, avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, avaliação do cálculo do valor presente dos resultados das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

- **Participações Societárias**

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, esse é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho realizado.

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), e referente ao semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 15 de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a administração



pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 15 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Administradora de Consórcios S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, com representantes da alta administração e com executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, governança, crédito, finanças, além de trabalhos internos.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, perdas operacionais, processos de gestão de riscos e de capital, resultado atuarial, ouvidoria, dependências no exterior, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Revisou os relatórios das administrações, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seu relatório, datado de 15/02/2017, emitido sem ressalva.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte das administrações;
- b. a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2016 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2017.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia Elvio Lima Gaspar Luiz Serafim Spinola Santos

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2016.

Em 15 de fevereiro de 2017.

Eduardo Refinetti Guardia

Beny Parnes

Fabício da Soller

Daniel Sigelmann

Juliana Publio Donato de Oliveira

Luiz Serafim Spinola Santos

Paulo Rogério Caffarelli

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 15 de fevereiro 2017.

Felipe Palmeira Bardella
Conselheiro

Giorgio Bampi
Conselheiro

Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Aldo César Martins Braido
Presidente

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura
e Operações

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-Presidência de Tecnologia

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e
Gestão de Pessoas

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 15.02.2017, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura
e Operações

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e
Gestão de Pessoas

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-Presidência de Tecnologia

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Paulo Rogério Caffarelli

VICE-PRESIDENTES

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Antonio Mauricio Maurano
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Geraldo Afonso Dezena da Silva
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Márcio Hamilton Ferreira
Tarcísio Hübner
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Renato Bonetti
Cícero Przendsiuk
Edmar José Casalatina
Edson Pascoal Cardozo
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florêncio Campos
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Caetano de Andrade Minchillo
José Eduardo Moreira Bergo
Leonardo Silva de Loyola Reis
Márcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Márvio Melo Freitas
Nilson Martiniano Moreira
Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski
Wilsa Figueiredo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Eduardo Refinetti Guardia
Fabrício da Soller
Daniel Sigelmann
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Felipe Palmeira Bardella
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

